



REVISTA DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

REVISTA
DA
ACADEMIA
BAIANA
DE
EDUCAÇÃO

A Academia Baiana de Educação é uma sociedade civil, com personalidade jurídica própria, de duração ilimitada, fundada em 9 de setembro de 1982.

DIRETORIA DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO (2004-2006)

Presidente de Honra:	Leda Jesuíno dos Santos
Presidente:	Roberto Figueira Santos
Vice-presidente:	Hermano Augusto Palmeira Machado
Primeiro Secretário:	João Eurico Mata
Segundo Secretário:	Rosa Pereira Levita
Tesoureiro:	Marcelo Augusto Carvalho Rocha
Diretor da Revista e da Biblioteca:	José Nilton Carvalho Pereira
Diretor de Arquivo e Museu:	Francisco Pinheiro Lima Júnior

Revista da Academia Baiana de Educação, v. 2, n. 11, novembro 2005.

Bahia, ABED, 2005.

v. 21 x 28 cm (anual)

1. Educação – Periódicos

Editoração e Impressão: COLÉGIO APOIO
Capa: MANOELITO DAMASCENO

I. Academia Baiana de Educação

CDD 370.05

CDU 370.05

Correspondência:

Av. Sete de Setembro, 1839 - Vitória

Salvador-BA CEP: 40.080-001

Fone: (71) 3336-7899

DISTRIBUIÇÃO, sem ônus, para sócios

SUMÁRIO

DISCURSO PRONUNCIADO PELO PROF. ROBERTO FIGUEIRA SANTOS, PRESIDENTE DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO, NA INSTALAÇÃO DOS SEMINÁRIOS SOBRE LICENCIATURAS ⁽¹⁾	9
AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E O CHOQUE DE GESTÃO	12
Alírio de Souza	
A IDÉIA LEVA AO ATO.....	15
Francisco Pinheiro Lima Jr.	
DISCURSO DE POSSE DA PROFESSORA MARIA ANÁLIA COSTA MOURA NA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO.....	22
Maria Anália Costa Moura	
DISCURSO NA CONCESSÃO DO TÍTULO DE EDUCADOR DO ANO 2000 AO ACADÊMICO DR. JOSÉ CORGOZINO DE CARVALHO FILHO.....	31
Maria Anália Costa Moura	
BREVE NOTÍCIA SOBRE A CRIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFBA.....	35
Zilma Parente de Barros	
DISCURSO DO PROFESSOR ANTÔNIO DE PÁDUA CARNEIRO, DIRETOR DA FACULDADE RUY BARBOSA, SALVADOR-BA, AO RECEBER O TÍTULO DO EDUCADOR DO ANO DE 2004, CONFERIDO PELA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO, EM 25 DE OUTUBRO DE 2005.....	38
HOMENAGEM AO PROFESSOR GERMANO MACHADO.....	41
Leda Jesuíno	
À BEIRA DO TÚMULO DE MARIA LUGIA GALEFFI.....	42
Leda Jesuíno	
DISCURSO NA CONCESSÃO DO TÍTULO DE EDUCADOR DO ANO DE 2005 AO PROF. DR. JOÃO FERNANDES DA CUNHA.....	43
Leda Jesuíno	
DISCURSO DO PROF. DR. JOÃO FERNANDES DA CUNHA AO RECEBER O TÍTULO DE EDUCADOR DO ANO DE 2005.....	45
REGIMENTO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	48
José Nilton Carvalho Pereira	
INTERDISCIPLINARIDADE E A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI.....	53
José Nilton Carvalho Pereira	
ESTATUTO DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO.....	55
REGIMENTO DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO.....	59
PATRONOS DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO.....	68
ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS TITULARES.....	70

(1) Os anais dos Seminários sobre Licenciaturas serão objeto de publicação específica.

A matéria contida nesta publicação é da responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a expressão do pensamento da Academia Baiana de Educação.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO PROF. ROBERTO FIGUEIRA SANTOS, PRESIDENTE DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO, NA INSTALAÇÃO DOS SEMINÁRIOS SOBRE LICENCIATURAS

É com grande satisfação que declaro instalados os Seminários sobre Licenciaturas, organizados pela Academia Baiana de Educação com o apoio da Fundação José Carvalho; da Fundação João Fernandes da Cunha; das Faculdades de Educação da Universidade Federal e da Universidade Estadual da Bahia; e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia. Estamos, assim, dando cumprimento ao programa traçado no início da gestão dos atuais dirigentes desta Academia.

Em meio aos complexos problemas educacionais do Brasil, merece especial destaque o da formação de professores para os diferentes níveis de ensino. Vincula-se estreitamente esse tema à remuneração e à valorização da atividade de magistério, pela sociedade a que servem. Alguns aspectos da questão se revestem de feição universal, e deles se têm ocupado educadores de todo o mundo ocidental, como é o caso da busca do equilíbrio entre as chamadas “disciplinas de conteúdo” e as “disciplinas pedagógicas”, no currículo de formação dos professores. Outros temas, peculiares a cada país, refletem características das comunidades onde o professor exerce sua atividade.

Cabe lembrar que a rápida e necessária expansão da matrícula em escolas de níveis fundamental e médio, ocorrida no Brasil em tempos recentes, incluiu grande número de alunos cujos familiares, no passado, permaneceram analfabetos a vida inteira, ou tiveram muito poucos anos de escolaridade. O ambiente que costuma cercar esses jovens, por sua vez, tende a influenciar, negativamente, a atitude do aluno, assim como a dos próprios familiares, no tocante ao significado da frequência à escola.

A atenção dos educadores brasileiros vem se concentrando, cada vez mais, na melhoria da qualidade do ensino, especialmente depois que se tornou possível **reduzir** a proporção das crianças brasileiras que atingiram a idade escolar e não estão matriculadas na rede formal de ensino. Entre os fatores de que depende a qualidade do processo ensino-aprendizagem está, sabidamente, o uso adequado das técnicas pedagógicas em relação ao desenvolvimento físico e mental da criança.

A urgência com que se impõe a formação de professores em nível superior, particularmente para as **disciplinas de ciências** nos níveis fundamental e médio, incentivou o emprego das técnicas de ensino a distância, que se têm aperfeiçoado constantemente, em paralelo ao progresso da tecnologia da informação. Não é sem

razão que o Ministério da Educação lançou o programa “Pró-licenciatura”, destinado a oferecer cursos superiores a 200.000 professores das últimas séries do ensino fundamental. Para isso, firmou convênios com 19 instituições em 13 Estados e no Distrito Federal, destinados ao aperfeiçoamento da formação dos professores da rede pública. Além disso, foi lançado o Programa “Pró-Letramento”, com a finalidade de treinar professores que lidam com alunos “defasados”.

Para ter-se idéia de como têm evoluído, no Brasil, as exigências para a formação do professor, basta comparar-se o tratamento dado ao assunto na primeira e na segunda Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgadas com trinta e cinco anos de intervalo, entre uma e outra, respectivamente, em 1961 e 1996. Nesse meio tempo, atravessou o Brasil notórias e profundas transformações sociais e econômicas que vêm exigindo maior atenção para a nossa rede de estabelecimentos de ensino. Os brasileiros se engajaram, vigorosamente, junto com outros povos do mundo ocidental, na chamada “revolução das expectativas crescentes”, ocorrida nas últimas décadas. Dela resultou a demanda por mais educação, de melhor qualidade, para a população jovem do nosso país. As novas gerações estão a aspirar padrões de vida muito mais elevados que os dos seus pais e avós. E a criação de riqueza tem estado, como nunca na história da humanidade, a depender dos padrões educacionais.

A fim de acompanhar o ritmo de evolução da atual “era do conhecimento”, o educador passou a assumir papel ainda mais relevante que no passado, junto à sociedade. É este mais um item a merecer reflexão nos presentes Seminários. É claro que não bastam exigências da legislação, cuja aplicação não irá corresponder à letra dos textos pertinentes, caso a coletividade a que essas normas se destinam não estiver compenetrada da sua importância.

O grande sucesso da rede nacional de pós-graduação “*stricto sensu*” tem favorecido, significativamente, o preparo dos professores para o nível superior de estudos, com os reflexos naturais e obrigatórios sobre as demais fases do processo educativo. Em meio às grandes dificuldades vividas pelas nossas instituições públicas de ensino superior, a rede oficial de mestrados e doutorados tem se expandido, nas últimas três a quatro décadas, em moldes anteriormente desconhecidos. Pode-se, por isto, entrever um futuro promissor para os nossos cursos universitários, particularmente devido ao desenvolvimento paralelo da pesquisa científica nas mesmas instituições. Entretanto, o estudante que não

encontrar bons professores nos níveis fundamental e médio terá, com certeza, reduzida chance de alcançar o nível superior de estudos, principalmente para os cursos em que a competição é mais acirrada.

Tanto na capital como no interior de várias unidades da Federação, a exemplo de S. Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e outros, vem-se observando, desde as últimas quatro a cinco décadas, a implantação de novos cursos superiores em ritmo acelerado, o que, até mesmo, ultrapassou, em alguns casos, a ampliação do mercado de trabalho para esses profissionais. O mapa da Bahia, secularmente, tem manifestado uma concentração de bens e serviços na Capital do Estado e em municípios vizinhos, que tem sido, proporcionalmente, maior do que a observada em outras unidades da Federação. Nisso se inclui a infra-estrutura para a Educação em nível superior. A expansão das oportunidades de estudos universitários somente se vem observando, na capital como no interior, nas últimas duas a três décadas com atraso em relação a outros Estados. Acumulou-se, então, paulatinamente, uma grande demanda reprimida de alunos desejosos de preparar-se para carreiras que exijam nível superior de estudos.

Curiosamente, cursos como os de Comunicação, Direito e Administração com várias habilitações, têm surgido em nosso Estado em grandes números, mesmo quando o mercado de trabalho não mostre perspectiva de absorver tantos portadores desses diplomas. Impressiona, paralelamente, a reduzida criação de cursos novos para a formação de professores, assim como o elevado número de vagas não preenchidas em alguns desses últimos. Impressiona, sim, porque já faltam agora, e faltarão em muito maior número, no futuro próximo, professores titulados conforme manda a lei, para preencherem as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho para os profissionais da educação. Iniciativas muito recentes têm sido implementadas na tentativa de atenuar o problema, particularmente, por meio do ensino a distância. Estatísticas também recentes, no entanto, geradas pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais, revelam que, a nível nacional, entre as vagas na área da educação, mais numerosas que para outras carreiras, é muito mais alta a proporção das ociosidades. Assim, de número superior a 12.500 vagas não preenchidas no ensino superior público, no ano de 2.002, em todo o Brasil, mais de 6.600 foram da área da educação. Essas estatísticas parecem desconcertantes.

A explicação mais plausível para tal realidade, porem, está no baixo salário dos diplomados nos cursos de licenciatura, o que vem atraindo número reduzido de candidatos, sobretudo entre os de melhor desempenho escolar. Por sua vez, as ofertas de minguada remuneração parecem resultar da insuficiente

valorização do papel do professor na nossa sociedade, quando comparada com o que ocorre entre outros povos, de tradição cultural mais consolidada e com menores índices de desigualdade socioeconômica.

Existe farta literatura a demonstrar o crescimento dos salários do trabalhador, em função dos anos de escolaridade. E sem professores dos níveis fundamental e médio que sejam bem formados, bem remunerados, dispendo de biblioteca e de equipamento didático adequado ao cumprimento dos seus misteres, conscientes da condição de agentes de mudanças, cumprindo a função de orientadores da juventude para o exercício da cidadania, - pouco ou nada vale a simples freqüência do aluno à escola. Observa-se, de outra parte, nítida desigualdade na distribuição de matrículas nos cursos superiores entre as diferentes regiões do país, correspondendo aos respectivos indicadores de desenvolvimento econômico. Em 2.003, 49% das matrículas nesses cursos ocorreram em escolas da região Sudeste, enquanto 25% estavam na região sul, 19% no Nordeste, e apenas 5,9% no Norte. Cumpre lembrar que as estruturas sociais que geram a pobreza e com ela se conformam, tendem a produzir sistemas educacionais precários, à imagem e semelhança dos que existiram tradicionalmente, o que poderá perpetuar o "status quo", a não ser que se implantem políticas de ação comunitária planejadas para superar o difícil problema.

A escassez de professores titulados se mostra mais aguda nas áreas das ciências exatas, nas quais aparecem de forma particularmente perversa as desigualdades entre as várias regiões do país. Impossível se torna imaginar para o povo brasileiro em seu conjunto, o futuro de paz, de progresso e de enriquecimento com menor desigualdade social, enquanto não estiver a nossa mocidade preparada para lutar pelas benesses da vida moderna, tão intimamente ligadas às aplicações da ciência e ao desenvolvimento tecnológico. Sirva de exemplo do grande déficit na formação de professores de ciências, o levantamento feito pelo Conselho Nacional dos Secretários da Educação, segundo o qual o Brasil deveria haver formado 55 mil professores de Química na década passada, e formou apenas 7.200. O adequado ensino dessas ciências é essencial ao jovem que aspira preparar-se para o ritmo acelerado das rápidas transformações, inseparáveis da atual e da futura vida em sociedade.

O ensino das ciências, desde a mais tenra idade, já não é compatível com a simples transmissão de informações apresentadas aos alunos como definitivas e irrefutáveis. O seu papel tem que ser o de servir de caminho para o jovem aprender mais, e sempre mais, ao longo de toda a vida, acerca da natureza do mundo que nos cerca. Donde a importância do exercício da educação continuada, aplicada, especialmente, aos

profissionais da educação. O presente Seminário se destina, igualmente, a analisar questões como esta, da máxima relevância.

A preparação dos Seminários que ora se iniciam, mobilizou numerosos colaboradores, aos quais quero dirigir nesta hora, os agradecimentos da Presidência da Academia Baiana de Educação. Como exemplos de dedicação entre os nossos confrades, quero citar a Professora Leda Jesuíno, nossa Presidente de Honra, a Secretária Geral da instituição, a Acadêmica Rosa Levita, o tesoureiro, Acadêmico Marcelo Rocha, os demais membros da Comissão encarregada da organização do evento, entre eles o Vice-Presidente Hermano Machado, a congreira Zilma Parente de Barros, e os confrades Edivaldo Machado Boaventura, José Rogério Vargem e João Eurico Mata. Os

Acadêmicos José Carvalho, João Fernandes da Cunha e José Nilton têm sido merecedores dos nossos agradecimentos pelo permanente apoio ao funcionamento da Academia e aos Seminários que se estão iniciando. As professoras Regina Vieira, Nadia Fialho e Rita Vieira emprestaram, voluntariamente, a sua esplêndida competência profissional à elaboração do programa que apenas começamos a cumprir, no que foram coadjuvadas pela Secretária da instituição, a Senhora Maria Thereza Dias Pereira.

Cumpre-me, também, dar as boas vindas e agradecer o espírito de colaboração dos palestrantes e debatedores por nós convidados, escolhidos entre as nossas autoridades maiores nos respectivos campos de atuação. Para todos eles, peço à platéia merecida salva de palmas.

AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E O CHOQUE DE GESTÃO

Alírio de Souza

Quando ainda cursava o Doutorado em Educação em The Pennsylvania State University, uma colega americana escreveu um trabalho final de disciplina perquirindo em seu título "Pode a Universidade ser Administrada Como a General Motors?". Aquele trabalho entregue ao professor responsável não pôde ser lido por outros alunos. Entretanto, ainda que a resposta tenha sido inicialmente negativa, vejamos os comentários abaixo.

Primeiro, a General Motors é uma empresa e como tal, seu objetivo é o lucro. Todo e qualquer processo ou meio administrativo tem como objetivo alcançar o lucro. Uma empresa que não almeja o lucro está candidatando-se à falência, ao seu próprio fim.

Segundo, a universidade americana é de caráter fundacional, de direito privado, cujos objetivos não incluem o lucro, mas requer um alto grau de empenho administrativo no sentido de alcançar-se o equilíbrio orçamentário e financeiro, nem sempre atingíveis. Dessa forma, não há um meio único ou maneira de administrar-se e, não se constitui surpresa se em algum momento (ou em vários), a administração universitária e a empresarial confundirem-se.

Além disso, os próprios objetivos das instituições de educação superior, abrangentes por vezes imprecisos (KERR, 1982), requerem certa maleabilidade nos atos administrativos, assim como o expurgo de determinados "vícios" ou comportamentos conhecidos da administração dessas instituições públicas no Brasil. Em seu livro **Governing Academic Organizations**, Riley e Baldrige (1977) dizem que, em contraposição aos objetivos precisos da maioria das organizações (por exemplo, empresas têm como objetivo o lucro; hospitais tentam curar doentes), instituições de educação superior têm objetivos vagos e ambíguos, o que as leva a construir processos de decisão para lidar com um alto grau de incerteza e conflito. Quais os objetivos de uma universidade? Segundo os Autores citados, essa é uma pergunta difícil, pois a lista de respostas é longa: ensinar, pesquisar, prestar serviços à comunidade, administração de instalações científicas, apoio às artes, solução de problemas sociais... Completando essa linha de raciocínio outros dois autores, Cohen e March (*apud* RILEY e BALDRIDGE, 1977, 3), no livro **Leadership and Ambiguity: The American College President**, dizem que

"Quase toda pessoa educada poderia proferir uma palestra intitulada "Os Objetivos da Universidade. Quase ninguém ouviria a palestra voluntariamente. Para a maior parte, tais palestras e seus correspondentes ensaios são exercícios bem-intencionados em retórica social, com pouco conteúdo operacional. Esforços para gerar afirmações normativas dos objetivos da universidade tendem a produzir objetivos que poderão ser sem significado, ou dúbios."

No caso brasileiro, há preferência pelo direito positivo, o que não traz mudanças significativas. Assim, passemos à normatização, especificamente ao artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/1996, para constataremos as mesmas dificuldades entre a proposição e a prática:

"Art. 43 – A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimento culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada região;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Dessa forma chega-se à conclusão de que objetivos e finalidades da educação superior e conseqüentemente das instituições de educação superior, genericamente são os mesmos. A diferença está na eleição de prioridades, a começar, provavelmente pelo modelo institucional estabelecido e suas conseqüências administrativas.

Imaginemos então a mesma pergunta que iniciou este questionamento transmutada para o ambiente brasileiro: "Pode a instituição de educação superior brasileira ser administrada como a Petrobrás?", ou "como o Banco do Brasil S.A.?" . Propositadamente colocamos duas empresas de economia mista, empresas com objetivos outros além daqueles exclusivamente empresariais. Mas poderíamos em vez de "Petrobrás", ter perguntado "Ipiranga de Petróleo" ou, em lugar de "Banco do Brasil", "Bradesco". Não o fizemos para fugir ao viés de capitalismo absoluto. Mas, independente de qualquer resposta, nossas dificuldades estão apenas começando.

A partir da Constituição Federal de 1988 a educação tornou-se atividade de livre iniciativa em quaisquer dos níveis acadêmicos. Isso fez com que no País tenhamos escolas superiores públicas, fundacionais e privadas, cujos objetivos acadêmicos legalmente são os mesmos (art.43, LDB, Lei 9394/1996), todavia, os objetivos institucionais diferem. Enquanto a instituição pública tem buscado até então ser um serviço estipendiado pelo erário público, a fundação é uma organização em contínua luta pela sobrevivência e às vezes com viés de serviço público, e finalmente a instituição privada, empresa buscando o lucro através do serviço pago.

Os objetivos das instituições de educação superior supra expostos podem ser resumidos na idéia de missão que permeia a atividade, através do ensino, da pesquisa, e da extensão ou serviços. Tais atividades exigem formas diferenciadas de gestão, para existirem eficazmente. Isso porque, não importa se em nosso meio a instituição é pública, fundacional ou privada, a única função implantada de forma eficaz tem sido o ensino. A implantação, ou profissionalização, ou ainda, se quiserem, a internalização da pesquisa e da extensão ou serviços só será conseguida, independentemente da natureza da instituição, através de um choque de gestão, ou seja, mais gerenciamento, mais cobrança, maior nível de profissionalização via deliberada política

de recursos humanos.

Toda organização tem sua própria história, sua "saga institucional" (CORSON,1975). Mas, admitindo-se para fins de reflexão a trilogia inicialmente assumida, continuemos a tratar nossas instituições de educação superior como públicas, fundacionais e privadas. Dessa forma o choque de gestão proposto funciona como um tipo ideal no sentido "weberiano", para cada um dos modelos institucionais abordados. Além disso, é necessário abordá-los separadamente.

A universidade pública já praticou alguns avanços em relação aos recursos humanos tais como a remuneração em regime de 40 horas e de dedicação exclusiva. Todavia o gerenciamento institucional é fraco e o corporativismo é forte. Isso anula todo esforço institucional de produzir pesquisa como obrigação docente, apesar da plena liberdade de pesquisa pura ou aplicada. Nunca é demais dizer que a pesquisa pura resulta em publicações e a pesquisa aplicada atende também às necessidades da clientela.

Não é possível em um único artigo abordar todas nuances do problema. Além das linhas gerais expostas, há implicações outras como nomeações políticas em vez de competência, salários defasados, instabilidade institucional, transitoriedade dos cargos, etc...Frente à transitoriedade dos cargos não há decisões propiciando a descoberta de vocações para otimizá-las em função da instituição em vez de interesses individuais ou corporativos. O corporativismo que a princípio parece fortalecer os professores causa o descrédito institucional. A médio e longo prazo é danoso para todos, inclusive para os professores.

A fundação, e aqui estamos a tratar da fundação de direito privado como é em sua origem, é uma instituição dotada de um patrimônio e que, servindo à comunidade daí retira sua sobrevivência e conseqüentemente seu melhoramento, seu aperfeiçoamento institucional. A fundação poderá sofrer com o corporativismo se não tiver uma política de recursos humanos impessoal, onde devam imperar interesses e objetivos institucionais. A tendência será cair na mesmice do serviço público, pagando ou não melhores salários. A função ensino é a melhor desenvolvida; a pesquisa e a extensão ocorrem por conta de vocacionados. Não sendo serviço público nem empresa privada, poderá haver a influência de grupos internos e seus interesses, sem qualquer determinação de perseguir-se uma política institucional eficaz.

Por fim, regulamentada a partir de 1966, com o advento da Lei 9394/1996, empresa de educação

superior tem se revelado imediatista na busca de retorno do investimento inicial. E a função ensino é aquela que tem recebido atenção e investimento, exatamente pela rápida resposta, a anuidade escolar.

Todavia, por se estar iniciando, por não ter corporativismo de professores e pela possibilidade de facilitar o processo de tomada de decisões é o modelo que no momento tem a possibilidade de implantar a pesquisa e a extensão de maneira auto-sustentável. É mister lembrar a necessidade de investimento em recursos humanos. As instalações já existem. Assim, o início do processo é a decisão de implantar-se uma política institucional de pesquisa e extensão com a mesma gestão da função ensino, primando pela competência. Todavia, como qualquer empresa privada, não está isenta de mazelas administrativas. Em empresas familiares acontece a competência ceder lugar ao parentesco.

O choque de gestão na instituição de educação superior prima pela competência. Não é um momento, aquele da instalação. É um estado e como tal deve permanecer e aprimorar-se. Isso em qualquer tipo de instituição de educação superior. A administração da competência requer contínuo aperfeiçoamento e impessoalidade. Prioridades têm de ser estabelecidas a partir do princípio maior: a instituição em primeiro lugar.

Referências:

- CORSON, J. *The Governance of Colleges and Universities*. McGraw-Hill Book Company, 1975.
- KERR, Clark. *Os Usos da Universidade*. Fortaleza-Ceará, Edições UFC, 1982
- RILEY, G.L. & BALDRIDGE, J.V. *Governing Academic Organizations*. Berkeley, California, McCutchan Publishing Corporation, 1977.

A IDÉIA LEVA AO ATO

(Considerações sobre a primeira crise em nosso sistema educacional)

Francisco Pinheiro Lima Jr.

O poder da idéia

Paul Fouillé (1838-1912) teve o mérito de acentuar – qualquer que seja o juízo que façamos de seu sistema em geral – o papel que exerce a idéia sobre a ação, o estado de “consciência” em nosso comportamento... Claro que exagera o vínculo intelecto – vontade. Sua “idéia-força” – não é somente uma produção mental, mas uma típica unidade na revelação do que é, pode ser, e deve ser, consistindo uma determinação principal na vida do indivíduo e da sociedade. Certo que se devem levar em conta os níveis da consciência. O próprio instinto tem suas “leis” ...

Aproveitamos de seu sistema o que nos parece válido em Pedagogia: um “vívido ideal” se constitui já, de início, o começo de uma “realidade” ou “ação”. Interessante é observar como expressões que se referem ao campo das idéias – produto de mente – a indicarem o pendor para algo, têm sintomático alcance: “cabeça fria”, denota tranquilidade no agir, “cabeça inchada”, grande paixão amorosa..., já a expressão “cabeça feita” assinala indivíduo de personalidade formada, que não se deixa influenciar por outros. * Todas elas a confirmarem a convicção que temos o papel que exerce o nosso “pensar” a respeito de nosso agir: a idéia leva ao ato.

Espontaneamente, ao enfatizar uma histórica ideologia, uma primeira crise ocorrida em nosso brasileiro sistema de ensino, mas vem à memória o que o Divino Mestre – a Palavra Encarnada de Deus – nos admoestou. “Vê o inimigo e semeou a cizânia no meio do trigo (...) com o crescer da erva, a produzir frutos, também surgiu o joio...” (Mat. 13, 25-6). Desejamos, nesse breve esforço, mostrar como as “idéias iluministas” influenciaram na crise primeira do ensino no Brasil.

I – UMA IDÉIA QUE LEVOU A UM ATO: O “ILUMINISMO”

a) O Iluminismo em geral

Como sinônimos dessa expressão, costumam empregar-se os termos Aufklärung, Enlightenment, Siècle des Lumières (relativamente à Alemanha, Inglaterra e França), para designar, em geral, tendências intelectuais, bem como religiosas, políticas e essenciais, em peculiar vigência no séc. XVII, que possuem peculiares conotações¹.

O Iluminismo é aqui caracterizado por uma especial otimismo na razão e possibilidade em organizar-se a sociedade em bases só racionais. A Natureza deve ser cientificamente estudada, para dominar-se como instrumento para o bem da Humanidade, com um “despotismo esclarecido”. Na esfera moral e religiosa, procura-se uma profunda investigação da origem dos “dogmas” e leis, sem que, não obstante isso, se não admita uma “religião natural” – a ser cultuada por todos os homens – em forma de um “deísmo”, quando não se nega um Deus, mas relegado à condição de “criador”, motor primeiro da experiência...

Tais características não se encontram no mesmo grau e forma idêntica em todos os povos ou nações, de acordo com as condições históricas e circunstanciais. Essa observação é necessária para a compreensão de diferenças, ou exclusão de posições históricas e circunstanciais de culturas em países. De logo, chamamos a atenção para o caso de Portugal, profundamente marcado com a civilização cristã, atingindo, contudo, por circunstanciais problemas – como, por exemplo, a questão do “antijesuitismo”. Tais considerações nos parecem imprescindíveis para entendermos o Iluminismo.

Não o vemos como um empirismo sem mais nem menos como os outros, não o consideramos como mero racionalismo. Cremo-lo, sim, um peculiar empirio-racionalismo, quando se exige a experiência necessária, embora não suficiente, na formação de idéias, princípios ou leis. Destarte, não o chamaríamos de “sistema”, ousaríamos vê-lo como uma tendência, uma peculiar “corrente filosófica”, tantas e tantas são as modalidades com que aqui ou ali se apresenta. A modalidade mais contraditória é a de considerar-se a razão como necessária, mas suficiente para explicar os fenômenos da “vida humana”, com rejeição ou abandono de dados da Revelação porquanto se credita a mente humana como capaz de, por próprias forças, desvendar, aos poucos, os “mistérios do cosmo”. Mas, sempre é bom afiná-la com o timbre de altura e intensidade de histórias circunstanciais, tempo e espaço...

(*) Cf. Novo Aurélio “cabeça”. Na linguagem do candomblé, a expressão “cabeça feita”, indica a iniciação de quem incorpora um orixá a quem deve cultivar e seguir.

(1) Cf. Ferrater Mora, J. Dicionário de Filosofia (“Ilustración”), v. 2 (E-J), pgs. 1623-25. Barcelona: Alianza Editorial: 1981.

Entendo assim, como G. Capone Braga² apresenta 14 características do Iluminismo: 1 – veneração da ciência; 2 – Empirismo; 3 – Exclusão, isto é, autonomia plena da atividade propriamente; 4 – Agnotismo; 5 – Anti-historicismo e racionalismo; 6 – Atitude revolucionária; 7 – Hedonismo e utilitarismo; 8 – Naturalismo; 9 – Clareza e simplicidade de pensamento; 10 – Psicologismo; 11 – Profundo interesse pelo problema da consciência; 12 – Subjetivismo fenomenalista. Relativismo; 14 – Naturalismo Pedagógico e Otimismo. Quicá, um pano de fundo: tendência à rejeição da fé (a Revelação) e confiança plena absoluta, na Razão.

b) Iluminismo em Portugal

Padre Calafate³, ao historiar, em terras lusitanas, a vigência do iluminismo, crê que se tenham consolidado as manifestações lusitanas com as aulas de Física Experimental, introduzidas por D. João V, no Palácio das Necessidades, a cargo da Congregação do Oratório, quando cita o Pe. João Batista, oratoriano e autor de “*Philosophia Aristotélica Restituta*” (1748). Dois textos, particularmente, julga bem representativos no assunto: “*Lógica racional Geométrica e Analítica*”, de Manoel Fortes e o “*Verdadeiro Método de Estudar*” de Verney, a causar polêmicas. Tudo isso, coincidindo com a ascensão de Pombal, gerou um clima iluminista em Filosofia e Política, identificados com a idéia de um absolutismo político: 1) “*De Suprema Regum*” (A Pereira de Figueiredo), 2) *Dedução Cronológica e Analítica*, 3) “*Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*” (1771), 4) Os “*Estatutos da Universidade de Coimbra*” (1772), tendo a 2.^a e 3.^a obra, com um caráter nitidamente panfletário e ideológico, articulado com a tese, a “luz” e as “trevas”, com suporte no sensismo de Locke e o cientificismo de Newton, sem, contudo, extravasar uma ofensiva contra a Igreja como tal.

No campo da lógica, combatiam-se o “fanatismo de idéias” e o “espírito sistemático”; nesse último defeito, os jesuítas eram exacerbadamente criticados... na ética, uma especial autonomia da razão, à qual se criticava a demasiada sujeição à Fé, em que pese o “compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra” não admitir o que contrariava à Revelação em típica relação natureza – graça, “*A Dedução Cronológica e Analítica* – de particular influência pombalina – intentou mostrar, contra os inicianos, a justeza de uma “*Monarquia Absoluta em Portugal*”.

Tais considerações sobre o Iluminismo em Portugal, me parecem necessárias para entendermos certas incoerências. Referimo-nos, especialmente, a um texto de João Lúcio de Azevedo, citado por Wilson Martins, que comenta depois:

“Assim, toda crise mental do século XVIII (em Portugal), reduzir-se-ia a ataques gananciosos dos oratorianos contra jesuítas em torno dos discípulos e das excelências respectivas de duas gramáticas latinas, a prova de que Pombal era um espírito atrasado e reacionário, está no fato de proibir exatamente os mesmos livros e autores que os inicianos de seu lado, também condenavam e baniam!”

Eis o texto:

“(...) Pombal só fizera menção de libertar as inteligências, por agravo aos jesuítas. O seu espírito estava longe das idéias, que naquele tempo, agitavam a Europa. Com aplausos seu, a Mesa Censória proscovia os filósofos Spinoza, Hobbes, De La Mettrie, Voltaire, Diderot, e quantos outros (...). Locke, podiam-no ler somente aqueles a quem a Mesa facultasse especial licença, e cujo espírito, reconhecidamente calmo, não corresse o risco de se perder na trama dos concepções ousadas do inglês (...)”⁴

Antecipamos essas observações ao que dedicamos a Pombal, no presente artigo, a fim de mostrar como o Iluminismo sofria influências de tempo, sendo que não mantinha linha inflexível e única.

Em Portugal, parece que, sem receio da hierarquia católica, em termos de hegemonia política, o Marquês temia, sim, a Companhia de Jesus. Em terras lusitanas, na época, o Iluminismo não foi totalmente posto em prática... E isso desejamos na análise dessa doutrina episódica. Então a expressão: “*déspota esclarecido*”, seria uma forma de elegia, uma tirania que não se diria “absoluta”, porque levaria em conta certas circunstâncias, mesmo se não de todo fosse lógica e coerente...

Em resumo:

O “Iluminismo”, como dissemos, para melhor compreensão, em sua generalidade face às múltiplas modalidades em que se apresenta – desde um “ateísmo” até um “panteísmo” – pode ser mais relacionado a um “deísmo”, em prescindindo de uma Província – não simplesmente negada -, em que o campo da “fé” ou da “revelação” não é considerado. Trata-se de “religião natural”, quando a “razão” é capaz de desvendar os mistérios da natureza, com o culto da “ciência”. Para quantos não leva o “iluminismo” a uma negação da

(2) “Iluminismo” in *Enciclopédia Filosófica*, tomo II (Er-Le), col. 1241-54. Venezia: Ist. per la Collaborazione Culturale: 1957.

(3) Cf. ANDRADE, Antônio Alberto Banha de, “*Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*”, cap. VI, págs. 637-665, 1982.

(4) *História da Inteligência Brasileira*, vol. 1, p. 448, São Paulo: Ed. Cultrix, 1976. O texto de J. L. de Azevedo é tirado da obra “*O Marquês de Pombal e a Sua Época*”, p. 338 e seg.

"Revelação", dessa prescindem pela capacidade, no campo do agir e saber. Um "despotismo esclarecido", compreendido então como auto-suficiente para soluções dos problemas do homem na sociedade. No caso de Pombal, parece que a ele o "jesuitismo" seria uma constante tentativa de submeter o estado à Igreja.

Malgrado os diversos aspectos com que as enciclopédias tratam, sempre se ressalta a tendência contra a religião revelada e a Monarquia Absoluta. Assim, o Der Brock Haus, v. 1 (Aufklärung). Leipzig 1997: "Der Begriff A. fasst verschiedene geistige und Kulturelle Strömungen zusammen; Allen gemeinsam war die Kritik am absoluten Wahrheitsanspruch der Offenbarungsreligion und der absoluten Monarchie."

II - UM ATO A QUE UMA IDÉIA LEVOU: Expulsão dos Jesuítas do Brasil

Descreve-a Luiz dos Santos Vilhena Moraes:

"Administram estes padres dez aldeias de índios, de cuja administração foram privados no ano de 1758. Em 11 de abril de 1760, foram os padres desta religião hoje extinta, conduzidos desta para a cidade de Lisboa, em três navios de guerra (...). Todos os seus bens foram confiscados, e muitos deles se venderam por conta da Real Fazenda (...). Aham-se colégios, seminários e templos que foram seus, arruinadíssimos uns, e já por terra outros. Pouco antes da extinção, pediu o vice-rei do Estado, por ordem de S. majestade ao Provincial da mesma, o número dos religiosos que assistiam na Capitania da Bahia, e me constou que ele dera 200 por todos, e vinha ser: no Colégio da Bahia, 141 religiosos no noviciado da Encarnação, situado na Praia de Jequitáia, fundado no ano de 1724, havia 40 religiosos: assim como havia 8, além do mais de 80 seminaristas do situado nos campos da Cachoeira, a poucas léguas de distância daquela vila, fundado no ano de 1686, pelo Pe. Alexandre de Gusmão (...)"¹.

Bihlmeyer (et alli) julgam esta expulsão "um ato nefasto de Pombal", resultante de uma facetas políticas do tempo, um absolutismo estatal, num prurido de reformas..."²

Uma palavra, "jesuitismo", pejorativamente era empregada pelos "iluministas" e adversários dos inacianos. Nem mesmo D. Romualdo, ainda como parlamentar - em que pese posterior postura - dizia:

"(...) O jesuitismo que debaixo de qualquer forma e com quaisquer vestes que apresente, há de sempre encontrar uma forma repulsiva que o há de afugentar para além dos mares"³.

Estamos diante de uma Companhia de Jesus, formadora da primitiva mentalidade brasileira, desde a sua chegada a Salvador, com Tomé de Souza, em 1549, cuja pedagogia se baseava na época, fundamentalmente, nos "Exercícios Espirituais" (1548), de Sto. Inácio de Loyola, e, depois, a partir de 1599, pela "Ratio Studiorum", com importantes influxos de Joseph Juvancy (1643-1719) que, na "Ratio discendi et docendi" (1663), enfatiza o ensino das línguas modernas, em que pese ressaltar as imprescindíveis bases do Grego e Latim. A Companhia de Jesus, da Nóbrega, Anchietá, Vieira etc..

Assim, por muitos apoiada e aplaudida, por outros caluniada e perseguida (Corte Bourboniana na Espanha, em França, em Nápoles), foi a milícia religiosa dissolvida, tendo sido restabelecido somente mais tarde, em 1814, por Pio VII⁴.

Podemos julgar do colapso do ensino entre nós com a expulsão dos mestres do gentio e do índio, no Brasil de outrora... Do mal imenso causado nossa cultura: lamenta a expulsão dos inacianos, entre muitos outros, um educador de renome, na célebre "Carta noticiadora", datada de 12/VIII/1851⁵:

"(...) Sabe-se da perseguição que sofreram, e relegados, confiscando-se-lhes todos os seus manuscritos, que foram imediatamente conduzidos para Lisboa, como para se lhe fazer com eles, corpo de delito, e todos os mais livros foram boa presa, "primi capientes", para servirem de embrulhos nas vendas e armazéns, e assim ficaram perdidos volumes e volumes de belas memórias, que serviriam para enriquecer a nossa literatura"⁶.

Dispensados maiores informes, tão conhecidos e divulgados os lamentáveis fatos, apenas o essencial para recordação.

(1) A Bahia no século XVIII, vol. 2, p. 443 sgs. Bahia: Ed. Itapoá: 1969.

(2) História da Igreja, vol. 3, p. 408 sgs., S. Paulo: Ed. Paulinas: 1965.

(3) Cf. Castro, Dinorah d'Araújo B. de. O Tradicionalismo de D. Romualdo Antônio de Seixas, p. 340 sgs., (Tese de Doutorado em Filosofia pela Univ. Gama Filho), 1983 (Trab. Mimeografado).

(4) Cf. Castiglione, C. História de los Papas, t. 2; Barcelona: Ed. Labor: 1951.

(5) Nunes, Antonieta de Aguiar. "A Bipolaridade da Educação Jesuítica na Bahia Colonial" in Revista da Academia Baiana de Educação, v. 1, n. 5 (1997), pgs. 55-59, com esquemáticos e bons dados.

(6) Cf. texto integral em Mendonça, Marcos Carneiro de. O Marquês de Pombal e o Brasil, pgs. 59-63, S. Paulo: C.E. Nacional: 1960.

De minha parte visitei, algumas vezes, o grande salão no andar sobre a sacristia da Catedral de Salvador, onde se localizava a rica biblioteca do Colégio..., ora, tão vazia de livros e manuscritos, ora tão cheia de imaginadas conjunturas", Campus, ubi fuit Tróia"...

Em 3/IX/1759, uma Lei expulsava os jesuítas de Portugal e seus Domínios (D. José I): "Declaro os sobreditos Reguladores na referida forma corrompidos, deploravelmente alienados do seu Santo Instituto e manifestadamente indispostos com tantos, tão admiráveis, tão inveterados, e tão incorrigíveis vícios, para voltarem à obediência dele; por notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores que têm sido, e são atualmente contra a minha Real Pessoa, Estados, contra a paz publicados meus Reinos e Domínios e contra o bem-comum dos meus fiéis vassallos: ordenando, que por tais sejam tidos, havidos, e reputados: e hei desde logo com efeito desta presente Lei por desnaturalizados, proscritos e determinados: mandando que efetivamente sejam expulsos de todos os meus Reinos, Domínios, para neles mais não poderem entrar (...).

Cláudio de Brito Reis, que se apresenta, armado de ponto branco, como ardoroso defensor de Pombal, enumera as "medidas tomadas contra os jesuítas, de pelo acordo com a vontade do soberano Rei de Portugal"⁷.

1) Em 19/IX/1757. Os confessores do Rei das Princesas e do Infante D. Pedro, são expulsos do Paço, com proibição de entrada no palácio real de todos os religiosos da Ordem.

2) Em 1/IV/1758. A pedido do Reino, o Papa Bento XIV (Breve: "Speculo supremo dignitatis"), ordena a Reforma da Ordem em Portugal, como nos seus domínios.

3) Em 7/VI/1758. Os jesuítas são proibidos de pregar e professar no patriarcado (Diocese).

4) Em 13/XII/1758. Cercam-se-lhes as casas, sequestram-se-lhes os bens, dissolvendo-lhes as comunidades; encerram-se-lhes as escolas, também nos maiores centros do Império: Angola, Índia, Brasil, Mágala e China.

5) Em 1/I/1759. São presos alguns padres, entre os quais, o provincial (João Henrique), como suspeitos da conjuração (contra D. José I).

6) Em 19/I/1759. Logo depois da execução dos Távoras, Carta Régia considera os inacianos como réus dos crimes de "Lesá Majestade" da primeira cabeça, rebelião, alta-traição e parricídio. Confiscação dos bens nas três províncias do Distrito de Relação do Porto e a reclusão

dos padres, que ficam incomunicáveis (acusados que são de "mentores" na sediação do Porto em 1757).

7. Em 28/VI/1759. Alvará extinguiu todas as classes e escolas dos jesuítas, reformula o ensino da "Letras Humanas". São declarados funestos e perniciosos, os membros da Companhia de Jesus, "pela educação que davam à mocidade, e proibidos os seus livros de ensino".

8) Em 3/IX/1759. Primeiro aniversário do atentado ao Rei - são os inacianos declarados "rebeldes, adversários e agressores", na pessoa do Rei e, como tais, ditos "desnaturalizados, banidos e exterminados", Expulsos os jesuítas, do Reino e de seus Domínios, proíbe-se comunicação com esses. Encerram-se lhes colégios e residências.

9) Lei de 5/IV/1768 (regulamento de 18/VI/1768). Cria Mesa Censória. É proibido o "Index Jesuítico" de 1624, que proibia com mão-de-ferro (cita o autor Pinheiro Chagas) o pensamento de Portugal, proibindo-se escritos estrangeiros, que impediam estudos sérios, permitindo-se apenas, as obras da literatura clássica nacional, com amputações.

Julga Cláudio de Brito Reis, que Pombal foi "inflexível", dizendo que a História lhe dá um honroso crédito por ter agido assim... Não desejamos tratar aqui, o mérito do ensino dos Jesuítas no Brasil, em que pese, com a maioria autores, é oportuno ressaltar, nas medias pombalinas, uma coerência histórica na linha do Iluminismo, como, adiante tentaremos mostrar. Antes, porém, der fazê-lo, cremos dever levar em conta o que, na época da expulsão, representavam os inacianos, no sistema de ensino no Brasil de então. Reproduzimos, em que pesem algumas divergências de enfoque, o que escreveu Otaiza de Oliveira Romanelli, relativamente à obra educativa dos inacianos, na realidade sócio-econômica brasileira:

(7) Beco do Chão Salgado, págs.113-6, Rio, Altiva Graf., Ed: 1995.

(8) História da Educação no Brasil, cão. 2, pgs 33 sgs., 5.^a ed. Petrópolis: Ed. Vozes: 1984

Escreve Lena Castelo Branco Ferreira Costa (): "Em substituição às escolas e aos colégios jesuíticos, foram criadas aulas régias. Estas não se vinculavam a qualquer estabelecimento educacional, sem se articular entre si, estruturando-se internamente, em níveis que ascendiam, de maneira gradual, segundo a crescente complexidade dos estudos. Cada aluna freqüentava quantas aulas quisesse, de acordo com a seqüência que lhe apetecesse. Tal fluidez, entretanto, não significava liberdade de ensinar ou de aprender, por quanto a educação era rigidamente centralizada e controlada, inclusive pela explicação de programas, compêndios adotados e livros proibidos"().

"O principal objetivo dos inacianos, no início de seu trabalho no Brasil, foi a catequese dos índios, mas, devido às condições da população em geral, se consideramos tais aspectos, na ação do magistério, uma minoria foi beneficiada predominantemente - a família dos senhores de engenho e proprietários ricos - em detrimento das classes mais necessitadas economicamente".

Acrescente: Mesmo nas famílias de maior posse, além de agregados e escravos, as mulheres sofriam a restrição escolar. Os primogênitos recebiam rudimentar instrução, uma simples preparação escolar, porquanto eram preparados para dirigir o clã..."

III - UM FILÓSOFO QUE TAL IDÉIA DIFUNDIU: Luís Antônio Verney (1718-1792)

Chamou-o Pedro Calafate "figura cimeira do Iluminismo" em Portugal.⁽¹⁾ Nasceu em Lisboa (1718), faleceu em Roma (1792), para onde se transferiu (por isso é chamado um dos "estrangeiros"). Após ter sido aluno dos Jesuítas no Colégio Sto. Antônio (primeiros estudos) e dos Oratorianos, como aluno de Filosofia (1727/30), antes de obter na Universidade de Évora, o bacharelado (1731), onde por fim, se licenciou em "Mestre em Artes" (1733).

Pedro Calafate assim caracteriza a Filosofia de Verney:

1) Uma confiança na "lógica natural", em desenvolvimento de temas distantes dos moldes tradicionais da Escolástica, mas ao modo de Locke, com a rejeição das idéias cartesianas (inatismo), em perspectiva sensista.

2) Uma confiança na "lógica natural", em desenvolvimento de temas distantes dos moldes tradicionais da Escolástica, mas ao modo de Locke, com a rejeição das idéias cartesianas (inatismo), em perspectiva sensista.

3) Rejeição de ensino do latim, na gramática usada pelo Pe. Manuel Tavares, S.J. propondo o que julga um método mais fácil. Chama a atenção para certa parte da Gramática, achando que, em todas as línguas, há uma identidade na ordem da sintaxe.

4) No antinente à Retórica, pensa haver uma ordem natural de estilo, competindo-lhe regular o uso das locuções com o dever de focar o regulamento o "figurativo e ornamental".

5) Na Metafísica: rejeição dos erros da Física Aristotélica. Depois de expor a correta metodologia das ciências físicas, defende a indagação da existência de um Espírito eterno e incriado (principal função). Admite o princípio escolástico, segundo o qual se encontra na causa que está nos efeitos,

com a tese de se achar do modo "eminente" em Deus, o existente no criado. Seu antijesuitismo teve acentuada influência nos movimentos pedagógicos, ora perfunctoriamente tratados.

Cabral de Moncada, julga ter sido Verney mais do que Locke, autor da *An.Eassy Concerning Human Understanding*, livro proibido pela Real Mesa Censória (1768 e 1790), figura de relevo no Manifesto da Ilustração, à italiana:

"Este viu-se obrigado a pactuar com o catolicismo, ainda então bem vivo como idéia política, no fim do século XVIII. Mas procurou limitar o poder jurisdicional da Igreja; assumiu a defesa da filosofia moderna; difundiu o espírito laico, renovou a atividade científica, fundando a Academia, e promovendo a publicação de obras inspiradas desta filosofia; propagou a instrução pública, mediante uma série de reformas pedagógicas de caráter essencialmente secular, reformou muitas das instituições sociais e políticas; procurou desenvolver a riqueza, protegendo o comércio e a indústria; tentou levantar o nível de vida das populações, e, enfim, para conseguir tudo isso, esforçou-se por utilizar o melhor que pôde as duas grandes idéias que tinham desenvolvido no mundo ocidental europeu, desde o fim da Idade Média: a idéia nacional e da monarquia absoluta. Esse Iluminismo revolucionário, nem anti-histórico, nem anti-religioso, como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista".

Recentes pesquisas assinalam sua vigência no filosofar brasileiro². Não temos por que nos determos na filosofia de Verney, bastante divulgada entre nós. Suas 16 cartas, no "Verdadeiro Método de Estudar", não necessariamente contra os jesuítas, em que combater as "idéias feitas", o "argumento de autoridade", que julga exposto pelos inacianos, com má interpretação.

Naturalmente se opôs ao que pensava de comum aceitação: os abusos da dialética³.

(1) Cf. Francisco da Gama Castro. "Para uma História do Iluminismo no Brasil. Notas acerca da presença de Verney na Cultura Brasileira. *Ver. da Fac. de Educação* (Univ. de São Paulo), os 1/2 (1979), pgs. 109/117 - Manuel Inácio da Silva Alvarenga teria, na sua bíblica, a *Lógica* de Verney (Id. Ibid., p. 117); Afirma, ainda, que "Fernando Arruda Câmara (*Tomismo e Neotomo Brasil*, pg. 40 - São Paulo, 1958) assinala um documento, pelo qual se infere se aprendia, em 1804, pela *Física* do "barbadinho".

(2) Wilson Martins. *História da Inteligência Brasileira*, vol. 1, (1550-1794). São Paulo: Ed. Cultrix: 1176.

(3) Francisco da Gama Caeiro. "Para uma história do iluminismo na Cultura Brasileira" in *Ver. da Faculdade de Educação* (Univ. São Paulo), n. 1/2, p. 112.

Não se pode negar que duas reformas pombalianas da instrução pública (quer dos "estudos menores" - (1759), quer da Universidade (1772), coincidiram com as posições filosóficas de Verney. "O fato, porém, é que a consagração oficial daqueles princípios pedagógicos comuns, na legislação pombalina, acabou por absorver a influência verneyana".

IV – UM ESTADISTA QUE ESSA IDÉIA EXECUTOU: O Marquês de Pombal (1699-1782)

O façanhudo Sebastião José de Carvalho e Melo, tem estremados julgamentos por parte de historiadores, relativamente à ideologia iluminista, no período mais importante de sua vida (1750 e sgs.)¹. Com Pombal, recrudescem as lutas em Portugal contra os Jesuítas, e ganham especial relevo os fundamentos de um Estado Absoluto, contra os resquícios de típicas monarquias do séc. XVII, ao tempo em que são mais aceitas as teses de uma autonomia maior do Estado em relação à Igreja: "Pombal viu na companhia de Jesus a reação contra o predomínio do Estado na sociedade e não trepidou em usar os mais infames para elimina-la".²

Contudo, é bom que se esclareça – e já sobre mentalidade dos livres-pensadores máxime na França, Inglaterra e Alemanha, do século XVIII, falamos acima – terem sido os Jesuítas as grandes vítimas, porquanto eram vistos como os defensores por excelência da tradição e das autoridades católicas... Sintomático, porém, o que se diz ter afirmado Pombal, por ocasião da expulsão dos inicianos da Espanha, haver sido tal fato útil do que a descoberta da Índia...³.

Demos, em maiores dados, os atos pombalinos, diretos ou indiretos, contra os Jesuítas.

1 – “Dedução Cronológica e Analítica”.

“Parte primeira, na qual se manifestam pela sucessiva série de cada um dos Reinados da Monarquia Portuguesa, que decorreram desde o governo do senhor Rei D. João III, até o presente, os horrorosos estragos que a Companhia denominada de Jesus, fez em Portugal, e em todos os seus domínios, por um Plano de Sistema por Ela, inalteravelmente seguido, desde que entrou neste Reino, até que foi dele prescrita e expulsa pela justa, sábia e providente Lei de 01 de setembro de 1755”.

Dada a Luz pelo doutor José de Seabra da Silva (...), Lisboa, ano de MDCCLXXVII. Na oficina de Miguel Manescal da Costa, por ordem de Sua Majestade”⁴.

Nesta obra – com clara colaboração de Pombal – se inicia mais forte sanha anti-jesuítica, com intenção de fundamentar um “absolutismo”, contra resquícios de uma

monarquia, ao tempo em que se acentuavam teses de uma autonomia popular estatal quanto à Igreja...

2 – “Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra”

Uma réplica da “Dedução Cronológica”, onde se diz que se analisam o plano pedagógico, os incriminados “estragos”, “maquinações” e “terribilidades” dos jesuítas contra a Universidade e o Estado.

Para Hermani Cidade, se visou a um rompimento com o aristotelismo¹, uma liberação contra a autoridade apostólica². Criada a Faculdade de Filosofia e a de Matemática, com ênfase nos estudos sobre o homem e a Física⁵.

3 – Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)

“Peça fundamental para o estudo do ideário iluminista em Portugal” (Pedro Calafate). Integra-se o Colégio das Artes. O curso de Filosofia fica a cargo do pombalino Antonio Soares Barbosa (1734/1801), D. Vandalli e Dalla-Bella. Para a cadeira de Filosofia, se adota o Compêndio de Antonio Genovesi (1712/1769), com a esdrúxula ordem de Pombal ao Reitor: se suprissem as passagens onde viessem elogios a Aristóteles⁶:

Lembre-mos – acima falamos – que por esforços conjugados de Paris, Madrid e Lisboa se conseguiu que extinguisse o Papa, por Bula de 21 de julho de 1773, a Companhia de Jesus...

Em 1782, morre o Marquês de Pombal, em “posse de invejável fortuna” (Calafate, cit., col.338). Costuma-se dar-lhe o título de “déspota esclarecido”. Estranho tal expressão... Julga-a Samuel Johnson “A country governed by a despot na inverted cone”. No caso de Pombal, o chamar não “déspota esclarecido”, mas “esclarecido déspota”...

Sem dúvida, Pombal será sempre visto como figura importante na história de Portugal; méritos em muitos pontos, não se lhe podem negar. Contudo, não nos parece possível apenas lembrar benemerências, como nos parece fazer Cláudio de Brito Reis, acima citado. Cremos que muitos, por motivos de crença religiosa, louvam sem mais, pelos benefícios, as medidas pombalinas, pois, para esses, se tratava de “desnaturados filhos de Loyola”⁷.

Maçom, como o Conde de Aranda (Espanha) e o Duque de Coiseul (França), impetrou ao Papa Clemente XVI, a supressão da Companhia de Jesus.⁸

CONCLUSÃO GERAL

Na crise maior e primeira no sistema de ensino brasileiro, no séc. XVIII, com a perseguição movida por Pombal à Companhia de Jesus, procurou-se mostrar que, na raiz profunda do antijesuitismo, não se pode deixar de encontrar o “Iluminismo”, que se deve considerar mais como uma mentalidade” do que um “sistema”, tão ampla e variada é a gama de sua vigência. Em Portugal se difundiram as especulações sobre o mundo da Física de Newton, em continuidade com as teorias de Galileu e Copérnico, de que a Reforma da Universidade de Coimbra, por ordem de Pombal, é portadora oficial: desvinculação das especulações filosóficas, na linha aristotélica, julgadas ultrapassam e retrogradadas. A Companhia de Jesus foi julgada responsável pelo atraso cultural, com imiscuição na esfera política, de acordo com a “Dedução Cronológica e Analítica”, que faz a apologia da obra fundamental de Verney. Citava-se como exemplo de tal atraso editorial do Colégio de Artes, dirigido pelos inicianos, em 07 de maio de 1743. A tudo isso, acresce a acusação de convivência com o atentado contra D. José I. Um incriminado retrocesso científico, um atentado à soberania nacional, de que se poderiam acusar outras ordens religiosas, como por exemplo, os Oratorianos...: “Donde irá, com tortura, expulsão total, abrupto fechamento de escolas...

Pombal não era “iluminista” defensor de um deísmo ou ateísmo. Apenas, propugnador de uma Revolução Científica, ao sabor do espírito da época, visava antes de tudo, a uma situação política de um chamado “despotismo esclarecido”, de que não queria abdicar nas rédeas de poder em Portugal, não como “Déspota iluminista”, mas repetimos, um “iluminista déspota”.

(1) Cf. Pedro Calafate. “Pombal” in LOCOS (Enc. Luso-Brasileira de Filosofia, t. 2 (E-I), col 1316-26)

(2) História da Igreja, vol. 3, p. 408. Ed. Paulinas, 1965.

(3) P. Marcos Carneiro de Mendonça. O Marquês de Pombal e o Brasil, p. 12, São Paulo: Com. Ed. Nacional: 1960 (Brasiliana, vol. 299)

(4) Cf. “fac-smile”, id, ibid.

(5) Apud Wilson Martins, Hist. da Lit. Brasileira, v. I, p. 447.

(6) Cf. Pedro Calafate, “Genovesi ou Genuense” in LOGOS (op. cit.), 2, col. 819-23, que chama o filósofo de Salerno (Itália), “uma das figuras cimeiras do Iluminismo”. Ver também Klinké, F. História de la Filosofía (trad.) – Klimbe, p. 427: “introdujón Itália meridional (Salerno) la ilustración o racionalismo vulgar”. Chegou a ser usado de ateísmo, (Cf. The Encyclopedia of Philosophy, vol. 3, p. 281). Como também, G. Capone Braga, “Genovesi” in Enciclopédia Filosófica, v. 1, col. 624-27.

(7) Aguiar, Durval Vieira de, Província da Bahia, p. 313, Rio: INZ (MEC): 1979.

Sobre vários sentidos de “despotismo”, cf. Victor Melicias Lopes, “Despotismo” in LOGOS, t. 1 (A-D) col. 1355-57.

(8) Numes, Antonieta de Aguiar. “A Bipolaridade da Educação Jesuítica na Bahia Colonial” in Revista da Academia Baiana de Educação, v. 1, n. 5, (1997), pgs. 55-59, com esquemáticos e bons dados.

DISCURSO DE POSSE DA PROFESSORA MARIA ANÁLIA COSTA MOURA NA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

Maria Anália Costa Moura

I - INTRODUÇÃO

Sob os eflúvios da magistral genialidade do compositor musicista Giovanni Verdi, anunciando, nos imponentes ritmos da Abertura - "Força do Destino", envolvo-me na pulsação da ordem universal. Sinto-me, no histórico espaço deste palacete Bernardo Catarino, e no contexto etéreo desta solenidade, despertando para as uníssonas melodias que fazem vibrar sonhos e sentimentos, na interioridade da alma, do coração. Inspiro-me a evocar o enlevo que me sintoniza, neste momento estelar, com a música das esferas, como estando inserida no idílio da orquestração sistêmica.

Imerso nas ondas sonoras da Quinta Sinfonia - a "Sinfonia do Destino", nascida da genialidade sôfrega de Ludwig van Beethoven, permitiu-se Verdi ao transbordamento dos lampejos de harmonia e beleza com que foi tocado e que justificaram a sua "Força do Destino" que, neste agora, revolve-me o ser pela tessitura sábia e bela da criatividade modulatória da pauta, em que se inscrevem os timbres das conexões melódicas que a compõem.

Dotada de intensa veemência orquestral, a Quinta Sinfonia - a "Sinfonia do Destino", expressa a impetuosa musicalidade Beethoven, tão inerente à sua busca de perfeição, como possibilidade superadora da infinita dor que se lhe impunha a perda auditiva e a profunda angústia que se lhe infligia a desdita dos amores negados.

A "Força do Destino", de Verdi e a Quinta Sinfonia - a "Sinfonia do Destino", de Beethoven convidam-me ao reconhecimento do mistério do sonho que, no dizer de Shakespeare, é feito da mesma matéria de que é constituída a vida.

A música, arte do meu fascínio - "arte das musas" entre os gregos clássicos, dimensão energética para educar a mente e o espírito - a "musiké" grega. Com o mundo dos sons, quase sempre as pessoas sensíveis se identificam porque, freqüentemente o mundo dos sons é um mundo idêntico ao seu estado interior. Em todas as culturas a música sempre existiu para compor rituais do serviço a Deus, da expansão da consciência e das mais profundas experiências humanas. Quando nos disponibilizamos para que a

música se torne presente em nós, somos incentivados a nos tornar seres humanos mais perfeitos, mais bonitos, no sentido da integralidade, da inteireza e da plenitude. Quando nos dedicamos aos processos musicais de forma mais intensa, mais sensível, mais atenciosa, somos motivados ao autoconhecimento e passamos a desenvolver a percepção de que realmente somos parte do todo universal. Portanto, desta compreensão do significado espiritual da música refletimos sobre a concepção do Self que, segundo Jung *"é uma das grandezas superiores conhecidas do eu, porque engloba não apenas a psique consciente, mas, também a inconsciente...o Self não é apenas o ponto central da consciência, é também aquilo que o cerca e que inclui o consciente e o inconsciente; ele é o centro dessa totalidade... o Self é, também o alvo da vida, por ser a mais completa expressão da combinação do destino"*.

Ingressar nesta colenda Academia Baiana de Educação, faz-me sentir envolvida em kairós, uma vez que representa a unção de realizar um sonho dos sonhos constantes do projeto, que é o meu viver. Sonho de Professora Educadora consagrada ao cumprimento de jornadas singulares e extensas, em atividades de docência ou funções técnico-educacionais (Vice-Diretoria e Coordenação Pedagógica) em Instituições Públicas de Ensino de 1º e 2º Graus: Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia e no Instituto Central de Educação Isaías Alves.

Exerceu ação docente no Colégio Sofia Costa Pinto, Instituição de 1º e 2º Graus, integrante da rede Particular de Ensino.

Entretanto, sua área de desempenho profissional concentrou-se na Educação Superior, como docente atuante na Faculdade de Filosofia e na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, em cuja ambiência, além do fazer docência, exerceu funções de Chefe de Departamento, Coordenadora de Colegiado de Pedagogia, Coordenadora de Projetos e Programas (decorrentes de celebração de Convênios com o Ministério de Educação e Secretaria da Educação do Estado da Bahia), Vice-Diretora e Diretora.

Desenvolveu atividades docentes na Faculdade de Filosofia e na Faculdade de Educação da Universidade Católica do Salvador, na qual teve

a honra de colaborar em sua fundação. Exerceu atividades docentes na Faculdade de Educação da Bahia, onde teve o privilégio de, sendo convidada pela sua digníssima, ilustre e saudosa Diretora, Professora Olga Pereira Mettig, implantar o Curso de Habilitação Específica em Supervisão Escolar e ministrar as disciplinas que lhe eram próprias, inclusive inaugurando a disciplina Currículos e Programas, na amplitude da Licenciatura Plena em Pedagogia.

Participou da expansão institucional do conceituado empreendimento educacional, como convidada pela saudosa e exímia líder, quando da criação da Faculdade de Turismo. O vigor idealístico da excepcional Diretora Professora Olga Pereira Mettig, reconhecendo, como dever der justiça, o valor da competência e a dedicação da equipe que a assessorava, justifica a atual existência das Faculdades Integradas Olga Mettig. Mesmo imersa nesse amplo universo de trabalho, esta Educadora sonhou em buscar e ainda busca o cultivo do ser, impregnando-o da certeza de que, nas dores e amores da educação, cabe-lhe permanecer disponível ao agir, na participação democrática, imbuída do sentimento de grupo, visando à instauração de uma sociedade que acredite no ser humano, acreditando no grupo do qual somos todos partícipes, a fim de que todos nos tornemos competentes para vivenciar "o encanto da possibilidade".

II - O PATRONO: PERFIL E PERCURSO

Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetitê, sertão da Bahia, em 12 de julho de 1900, filho de Anna Spínola Teixeira e Deocleciano Pires Teixeira. Após bem estruturada formação adquirida no Instituto São Luiz Gonzaga, em Caetitê, e no Colégio Antônio Vieira, em Salvador, ambos colégios católicos jesuítas, bacharelou-se em Direito, na Universidade do Rio de Janeiro, em 1922 e obteve o título de *Master of Arts* pelo *Teachers College da Columbia University*, em 1929. Casou-se em 1932, com Emília Telles Ferreira com quem teve quatro filhos. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1971.

Nesta solenidade eivada de dignidade e honra, cumpre-me o especial privilégio de contemplar para recordar, confirmar a grandeza histórica o Professor, Educador, Anísio Teixeira - profeta e empreendedor de uma Nova Filosofia de Educação, no Brasil. Sem dúvida, sinto-me na consciência plena da responsabilidade de pronunciar-me sobre Anísio Teixeira, excepcional pensador, como filósofo, educador e político e,

sobretudo como corajoso dinamizador na idealização, na implantação e na implementação de políticas públicas educacionais adequadas à realidade brasileira.

Na destreza do espírito, na habilidade comunicadora, um poder prestigioso o acompanhou sempre - a lucidez, a agilidade dialética, bravura para decisões audaciosas.

Viveu sob a clareza e a velocidade do pensamento, na surpresa e na criatividade, avesso que era à monotonia e à rotina. Sob permanente inquietação, viveu o gosto pela pesquisa e pela análise, entendendo sempre que mais importante do que conhecer a verdade é procurá-la e praticá-la.

Compreendeu profundamente o significado da liderança face à realidade constatada, empenhando-se a reconhecer as dificuldades e a conquistar oportunidades e possibilidades.

Dotado de intenso e profundo espírito de grupo, procurava cercar-se de colaboradores competentes e comprometidos com o ideário com que nutria seu espírito, acreditando ser este um mecanismo facilitador do aguçamento do senso crítico que o caracterizava. Comenta um dos seus colaboradores, identificados nos textos constitutivos da bibliografia pesquisada, que sua capacidade intuitiva, aliada à sua percepção quanto à indicação de profissionais para composição de suas equipes de trabalho, assemelhava-se a certas aves que, em algumas regiões, têm a capacidade de indicar aos nativos os caminhos que os levavam às colméias, onde havia fartura do mel. O poder de sedução que exercia como conferencista, como professor ou como conversador provinha de sua vivaz dialética, de sua originalidade, de sua capacidade de sugerir, de apontar caminhos e abrir novas perspectivas. Acreditava, sempre na existência de um espaço novo a explorar, porque nele não se consumia a chama perene da pesquisa, da busca intelectual.

Acessível, simples, e bondoso (sabe-se que somente os fortes e corajosos são bondosos), permaneceu, em toda sua trajetória existencial, na fidelidade a si mesmo, às suas idéias e ao sentido de seu projeto de viver. A educação, a formação do homem foi sua religião, na certeza de que não basta limitar a si mesmo a verdade - "*existe a verdade para que a humanidade a veja*".

Filósofo e político da educação assumiu diante da vida e da civilização que lhe contemporânea atitude "prometeica".

O humanismo grego, genuíno, foi o humanismo do insigne Educador Anísio Teixeira.

A crença que o inspirava era a de que o ser humano foi criado para a liberdade, a responsabilidade e o empreendedorismo consciente

e solidário.

Atuou como empresário entre 1937 e 1945, quando permaneceu na Bahia, dedicando-se à exploração e exportação de manganês, calcário e cimento, à comercialização de automóveis e à tradução de livros para a Companhia Editora Nacional.

III - A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA

Propostas e realizações educacionais.

A partir da primeira guerra mundial, o país envolveu-se em amplas transformações e com as reformulações nos setores econômico, político e social surgiu um redimensionamento dos problemas educacionais, sob influência dos novos ideais pedagógicos assentados no ideário liberal.

A educação passou a ser um fator de reconstrução social e à escola foi atribuído um novo papel, como consequência das emergentes condições de vida e do trabalho, nos centros urbanizados, com repercussão sobre a política de formação para o magistério.

A reforma educacional tornou-se imperativo nas áreas mais populosas do País sob o impulso dos princípios liberais da Pedagogia Nova, interpretada como solução factível para defesa do indivíduo, da liberdade de iniciativa e de igualdade perante a lei.

As décadas de 1920 e 1930 foram palco de modernização da educação e do ensino. Inspirando-se no ideário da Escola Nova de John Dewey, considerado expoente maior do escolanovismo, nos Estados Unidos.

O principal articulador da Escola Nova, no Brasil, foi Anísio Teixeira, discípulo de Dewey. Suas concepções fortaleceram o papel social da educação escolar, intensificando a crença de que seria possível reformar a sociedade através da reforma do homem. A escola recebeu a missão de transformar a sociedade e a escolarização passou a ser compreendida como essencial instrumento de aceleração histórica. Caberia, então, corrigir todas as injustiças sociais, uma vez que a se educarem pessoas diferentes nasceria uma sociedade diferente. - a democrática.

A reconstrução social tornar-se-ia uma realidade inquestionável através da ascensão social. Em tal cenário foi elaborado o documento "A reconstrução educacional no Brasil - Ao Povo e ao Governo", documento que passou a ser divulgado como Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Este foi o ideário educacional defendido na década

de 20.

Nas reformas empreendidas situam-se as que se referiam ao aperfeiçoamento de professores, no sentido de garantir a elevação dos estudos pedagógicos ao nível superior, sob a responsabilidade do poder público. As idéias contidas no Manifesto dos Pioneiros não prosperou, tais as controvérsias e obstáculos políticos gerados.

Anísio Teixeira, continuador da obra de Fernando de Azevedo, iniciada em 1927, e na qualidade de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, criou a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, em 1932, incorporada à Universidade do Distrito Federal, posteriormente fundada, em 1935.

Trata-se de um modelo de Escola de Formação de Professores que marcou o sentido de uma escola profissional destinada à licença do magistério de nível primário, médio e superior e ao preparo de especialistas em educação e o ensino de adultos. Tinha, por conseguinte, o objetivo de formar professores para todos os níveis, incluindo a destinação à pesquisa e estudos científicos da educação.

O Professor Walmir Chagas, membro do Conselho Federal de Educação, na década de 70, afirma que a Escola de Formação de Professores foi a primeira Escola de Formação de Professores Primários, em nível superior, em cursos de dois anos, após o secundário. Na Escola de Formação de Professores Primários localiza-se a gênese do Curso de Pedagogia.

Anísio Teixeira iniciou-se na vida pública em 1924, quando recebeu o convite do Governador da Bahia, Francisco Marques de Góes Calmon, para ocupar o cargo de Inspetor Geral de Ensino. Nesse período procedeu a reforma da Instrução Pública, no estado e realizou viagens à Europa e aos Estados para observar os diversos Sistemas Escolares. Ao demitir-se do cargo foi nomeado como docente da Escola de Salvador para lecionar Filosofia e História da Educação (1928).

Após publicação de estudo sistematizado e ensaios de Dewey, partiu para o Rio de Janeiro onde após a frustração do projeto Universidade Municipal do Distrito Federal, já nos idos de 1946 foi convidado para assumir o cargo de Conselheiro da Unesco, o que aceitou por um período de experiência por motivos diversos, dentre os quais o convite que recebeu do Governador da Bahia, Otávio Mangabeira, para ocupar a Secretaria de Educação e Saúde, desse Estado, posto no qual permaneceu até o início de 1950.

Uma das mais importantes iniciativas de Anísio Teixeira, quando Secretário de Educação e

Saúde, na Bahia, foi a construção do Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, popularmente denominado Escola Parque, no bairro Liberdade.

A Escola Parque, inaugurada em 1950, procurava oportunizar e garantir à criança uma educação integral, cuidando de sua alimentação, higiene, socialização, artes e preparação para o trabalho e a cidadania.

Praticando a filosofia de educação em que acreditava, propugnou por uma Educação Primária de seis anos, hoje denominada Séries Iniciais da etapa Ensino Fundamental, na Educação Básica e um Ensino Médio, atual etapa consolidatória da Educação Básica, em qualidade de estudos mais adequados, como formação geral mais para a vida do que propedêutica aos estudos superiores - preparação para o vestibular.

Para o Educador Anísio Teixeira a educação é o laboratório onde as distinções filosóficas são postas à prova. O que o importava era seu encanto pela criança e seu cuidado em valorizar o Professor, garantindo-lhe regime de dedicação integral às suas atividades docentes, bem como assegurar-lhe continuidade nos estudos, atualmente denominada Educação Continuada, para atualização e aperfeiçoamento nas competências docentes, no saber da teoria e no saber da experiência, mediante a pesquisa. Incluiu em seus planos de ação a possibilidade de um processo de avaliação educacional, abrangendo alunos, professores, instituições e programas, o que hoje, segundo a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 constitui a Avaliação Institucional. Outrossim, suscitou idéias sobre a Municipalização, atualmente concebida, implantada e implementada como política pública além das interações de complementaridade, agora chamada de regime de colaboração praticado nos diversos Entes Federativo.

Como Educador da contemporaneidade, pensador da pedagogia e realizador da educação, mediante a cidadania e a democracia, concebia a Universidade como centro de irradiação científica, filosófica, literária, política e pedagógica, sobretudo como mansão da liberdade.

Interpretava a educação, em matéria de decisões reformistas, como prioridade essencial, porque é sobre a educação que a civilização, a cidadania se fundamentam.

IV - ANÍSIO TEIXEIRA E OS MESTRES DE AMANHÃ

Para o Educador Anísio Teixeira a idéia

da crise na educação brasileira se constitui da ruptura entre o passado superado e o futuro ainda não configurado, de modo que a separatividade entre o que é e o vir-a-ser representa a transição crítica definida.

No entanto, um estado de crise não deve ser considerada uma situação caótica, mas uma oportunidade de construção criativa a permitir o surgimento de novos espaços. É sob tal olhar dialético que o Educador visualiza as crises do seu tempo, por isso que pensar o futuro significa caminhar e agir em sua direção o que significa ultrapassar as barreiras reais e imaginárias, com destaque à problemática da formação dos Professores. Esteve sempre muito consciente sobre a questão da crise do Professor Primário, e o da escola secundária, nosso atual Professor da Educação Básica.

No seu entendimento *"somente a educação e a cultura poderão salvar o homem moderno e que a batalha educacional será a batalha do dia de amanhã. Será esta a verdadeira revolução na educação, principalmente no que hoje se denomina Educação Básica e na correta formação dos seus Professores. Professores e a escola deverão ser cada vez mais importantes na civilização voluntária e inteligente que estamos criando...hão de ser os pioneiros nessa fronteira de progresso moral que terá de se abrir de agora por diante, na conquista do verdadeiro poder não só material mas humano sobre a vida neste planeta. O desafio de todos nós está em assegurar a quantidade e a qualidade que alcancem à universalização da escola necessária à preparação de uma geração para o futuro. Significa que será imensa a tarefa do Professor e grande deve ser o preparo, para que possa conduzir o jovem nessa tentativa de dar à sua cultura básica a largueza, a segurança e a perspectiva de uma visão global do esforço do homem sobre a terra. Teremos que ter novas escolas e novos mestres... que venham a ser iniciadores do método científico do que simples adaptadores das escolas das sociedades afluentes. Deste modo, tanto o aluno como o Professor precisam desenvolver autonomia de vôo em busca de conhecimento.*

Os Professores não devem se permitir aos receios das tecnologias educacionais, pois sua tarefa é a missão de confrontar-se com o desafio de desenvolver em seus alunos o gosto e o hábito de estudar sempre. Comprometido com a fidelidade ao seu sonho, seu libelo foi por uma escola pública de qualidade - também nosso sonho.

O mestre de amanhã reunirá as funções de preceptor e de sacerdote. Ele será o sal da terra,

capaz de ensinar-nos, a despeito da complexidade e confusão modernas, a arte de vida pessoal em uma sociedade extremamente impessoal".

Deixou como legado ao povo brasileiro, as marcas da gloriosa honra com que se empenhou e realizou, na expressão eximia do intelectual que soube ser e comprovou ser.

Iluminado pela crença na educação e na democracia, mediante os ideais que sonhou e plenificou, mesmo a partir dos limites dos sistemas, em significativos momentos "combateu o bom combate" pela educação pública de qualidade.

O Educador Anísio Teixeira viveu seus sonhos, sofreu doridas desilusões, e na realização superadora de contradições, transfigurando-se e como homem de sentimentos, pensamento e ação, tornou-se presença na história da educação brasileira.

Ao Mestre Anísio Teixeira, como Educadora, rendo a mais expressiva homenagem.

V - O MEU ANTECESSOR NA CADEIRA

O Professor Hermano José de Almeida Gouveia Neto, de formação acadêmica em Filosofia e Pedagogia, converteu-se em discípulo do Professor Anísio Teixeira quando, ainda na adolescência, passou a realizar atividades de Mensageiro, no tempo da gestão do Professor Milton Tavares.

Não foi difícil envolver-se, deixar-se impregnar pela magia do Educador, pela grandeza do Mestre Anísio Teixeira, sempre a irradiar a autoridade do conhecimento e do compromisso com o ideal.

Transfigurou-se-lhe o discípulo, no limiar da juventude, ante aquele criador prestigioso do pensamento educacional e da ação sinérgica correspondente.

Entusiasta da Administração Escolar, desenvolveu e operacionalizou uma pedagogia administrativa, idealizando linhas de coesão no fazer administrativo que lhe permitissem funcionar como suporte consonante com a complexidade da prática educativa. Portanto, para vivificar tais medidas criou esquemas administrativos a serviço de formulações pedagógicas eivadas de solidariedade, atenção ao bem comum, à ética e à vivência educativa - o movimento do currículo como cerne do planejamento educacional, no espaço escolar.

Como Gestor, foi Diretor em Estabelecimentos de Ensino Público, os mais conceituados, a exemplo do Colégio Estadual Pinto de Carvalho, Alípio Franca e Colégio Estadual

Costa e Silva. Deste sobressaiu o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, a denominada Escola Parque, conhecida como "Escola Diferente", que materializou a inspiração pedagógica do Professor Anísio Teixeira, seu fundador.

A marca de sua vida profissional foi a docência, na qual desempenhou sua trajetória a partir de Professor Primário, hoje Ensino Fundamental, Séries Iniciais (1ª à 4ª), prosseguindo nos Cursos de Formação para o Magistério de 1º Grau - Escola Normal, onde alçou o patamar da Educação Superior, assumindo a disciplina Administração Escolar, na faculdade de Educação da Bahia. Suas atividades docentes, também se efetivaram nos Colégios Estaduais onde ocupava o cargo de Diretor, incluindo Instituições de Ensino da Rede Particular.

Inquieto e polêmico, dotado de exuberante motivação, descobria, sempre, em tática personalíssima, como lidar com os conflitos e as crises. Admitia a contradição, sobretudo quando discutia a necessidade de serem mantidos padrões convencionais de modelos burocráticos. Por outro lado, convencia-se, através de persistente diálogo quando a pauta da decisão referia-se à busca da inovação, visando à reciclagem de concepções e formas específicas de ações técnico pedagógicas.

O Anseio vibrante pela auto-realização explica sua constante e efetiva presença participativa no universo do jornalismo e da cultura.

Criador da SELIBA - Semana do Livro da Bahia, movimento Cultural que promovia e defendia sob transbordante entusiasmo e alegria, cujas realizações ocorriam com êxito relevante. Demonstrava-se sempre disposto a encaminhar proposições que suscitasse cooperação e envolvimento de alunos e Professores, quando das reuniões de Coordenação Pedagógica, de Conselho Departamento ou de Congregação que funcionavam na Faculdade de Educação da Bahia, mais divulgada e conhecida, pelo público, como Faculdade da Professora Olga Mettig.

As propostas do Professor Hermano Gouveia fluíam do amor e da dedicação ardentes que devotava à Faculdade de Educação da Bahia, e quando apresentadas traziam o suporte de argumentos enfáticos com os quais, sempre, convencia seus pares. Seu reforço na comunicação se expressava em linguagem *sui generis* e personalista.

Escreveu e publicou livros sobre Educação e assuntos correlatos, assim como mantinha constante matéria nos Jornais de circulação em Salvador.

Seu engajamento nas ações e projetos referentes à área educacional evidenciam-se no destaque conferido ao seu digno nome como colaborador na implantação do Curso de Administração Escolar, visando a promover a Habilitação Específica em Administração Escolar para atendimento aos alunos da Faculdade de Educação da Bahia.

Cumpre registrar, por dever de justiça, seu especial empenho no sentido da criação desta colenda Academia Baiana de Educação, sonho que acalentou em sua alma, como inspiração transcendente, ao que lhe foi propiciado, como natural gratidão da vida, testemunhar, sob orgulhosa honra, sua expansão e aprimoramento. Amigos e colegas desde quando éramos estudantes, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, quis a sincronicidade do tempo conceder-me a oportunidade de permanecer como sua colega, nas lides da Educação Superior e a especial ventura, em paradoxal misto de alegria e nostálgica saudade, em sucedê-lo na Cadeira, sendo o Patrono o Mestre Anísio Teixeira, nesta colenda Academia.

Foi no espaço confraternizador da Faculdade de Educação da Bahia, convivendo na partilha do logos e da práxis, onde nos tornamos, além de colegas, amigos.

Rendo-lhe, e neste kairós, oficializo, saudoso colega e amigo Professor Hermano José de Almeida Gouveia Neto, lídima homenagem à coragem do idealismo, da perseverança e do encantamento que garantiram força à origem desta Academia Baiana de Educação. Honra ao mérito ao seu fundador, Professor Hermano José de Almeida Gouveia Neto Gouveia - "luza" em seu espírito empreendedor a luz que lhe é própria, ao habitar os páramos cósmicos do infinito.

Aos Professores Raymundo Nonato de Almeida Gouveia (de saudosa memória) e ao Professor José Newton Alves de Souza presto homenagens. Ao lado do Professor Hermano Gouveia o impregnaram de apoio presencializado, para oferecer progressiva colaboração e unidade à excelsa construção, da qual, com ele, constituíram seu núcleo inicial.

Recebam minhas homenagens os acadêmicos e as acadêmicas, já agora, meus confrades e confreriras, que dedicaram suas solidárias potencialidades no sentido de garantir continuidade revitalizadora e aprimorada a esta egrégia Academia Baiana de Educação.

VI - A EDUCADORA E A ACADÊMICA RECIPIENDÁRIA.

Neste tempo de criação e do destino, tempo qualitativo que não pode ser medido, contemplo-me para questionar-me: quem é a Educadora que sou? O que ficou da Educadora de ontem na Educadora de agora?

Hoje, a Educadora, mais do que uma profissional, é um ser cujas competências consistem em cumprir os ditames determinados pelo Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação no Século XXI - Educação, um Tesouro a Descobrir, para a UNESCO, em 1996, no qual define a missão da educação, na essencialidade de quatro aprendizagens, quatro vias do saber, denominadas de quatro pilares da educação.

Também, naquele mesmo ano de 1996, a 20 de dezembro, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de n.º 9.394/96, anunciando os impactos teóricos inovadores do processo educacional brasileiro. Do teor que a integra decorreram, por sua vez as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e para a Educação Superior. A Educação Básica estabelecida nas etapas que lhe são constitutivas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, este consolidatório e abrangente das Modalidades que lhe são pertinentes.

No âmbito da Educação Básica o processo educativo é exercido na observância do conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos, nas etapas, em que se estrutura a Educação Básica.

Assim sendo, a Escola adota como norteadores da Educação Infantil: - os Princípios Éticos da Autonomia, Responsabilidade, Solidariedade e Respeito ao Bem Comum; - os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Pública; - os Princípios Estéticos da Sensibilidade, Criatividade, Ludicidade e Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

São norteadores do Ensino Fundamental: - os Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum; - os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres da Cidadania, do Exercício da Criticidade e da Ordem Democrática; - os Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade e da Diversidade das Manifestações Artísticas e Culturais.

São norteadores do Ensino Médio: - os Princípios da Estética da Sensibilidade; - os Princípios da Política da Igualdade; e - os Princípios da Ética da Identidade.

O funcionamento do processo educativo

decorre, rigorosamente do Projeto Pedagógico construído em regime de participação democrática; da Proposta Curricular, como cerne do Projeto Pedagógico, mediante metodologias orientadas pela contextualização e pela interdisciplinaridade. Estes instrumentos citados devem manter articulação com o Regimento Escolar elaborado e aplicado, nos termos da legislação vigente.

Educar, hoje, é dar cumprimento aos princípios anunciados, porém, assim não deve ser apenas... Educar tem sido compreendido como instruir! Educar é ensinar?

Diante de controvérsias, dilemas e impasses, como se posiciona esta Educadora de hoje?

Revisitando o que ficou da Educadora de ontem, na Educadora de hoje, reconheço, sob clareza, que o que conta é a consciência do compromisso com a contemporaneidade, como disposição interior ao devir, ante o açodamento das mudanças que se sucedem desordenadas e avassaladoras. Apesar desse panorama, não se deve desesperar ante o inevitável. Procure-se viver na adaptabilidade criativa, pois *"nada há de permanente, - exceto a mudança"* Heráclito, 450 a.C.

Cabe aos educadores construir uma visão de mundo, porque é esta visão que nos motiva a formular um modelo e definição da ação que nos deve competir.

Indispensável, então é aprender a ver com clareza, com o olhar que emerge do coração, olhar que revifica, ilumina, engrandece.

Como educadores, somos interseres que *"acreditam que às areias e aos gelo se pode ensinar primavera"* - Cecília Meireles. Esta Educadora, venturosa e reflexiva, na experiência venturosa desta investidura, acredita na ética a ser desenvolvida a partir de uma consciência lúcida e responsável, atenta para sentido evolucionário do viver, no espaço/tempo de um mundo seduzido pela pletora das ilusões.

Mas, não tenho dúvida, a educação para a vida deve ser a educação para a inteireza, crescimento e plenitude, considerando a dimensão noética e o compromisso com a Paz.

Na intensidade deste meu momento exercito a fluência das reminiscências e contemplo minha vida, concedendo ao tempo a necessária abertura e amplidão, para avaliar-me. Faço do tempo um amigo, companheiro na peregrinação que é a vida. O tempo foi por mim eleito como colaborador e tem sido um mestre, um cúmplice inspirador.

No sentimento de Fernando Pessoa, e no

meu sentimento, olhar-se, no tempo é dizer:

*"Olho por sobre o meu passado e vejo
Que fui quem foi aquilo em torno meu
Salvo o que o vago e incógnito desejo
De ser eu mesmo de meu ser me deu."*

Talvez a pergunta mais adequada a mim dirigida deveria ser: quem sou eu, hoje?

Que ser humano penso e sinto que sou? ou que ser humano eu deveria ser?

Se não fui o ser que poderia ser e que apreciaria ter sido! se não conquistei tudo o que foi meu ardente querer, sinto que fui e sou bastante, até naquilo que perdi, mas o estou encontrando, porque o procuro, corajosa e fervorosamente. Fui e sou bastante em tudo que busco de verdade - meu crescimento, minha trajetória evolutiva na direção da inteireza para a qual somos destinado. Sinto-me um ser bastante, porém inacabado, porque sou humana, logo, não sou perfeita. Ser bastante não significa ser perfeita...

E, refletindo sobre os impactos provocados neste início de milênio, descobri no pensamento de um Psicólogo Transpessoal, que o *"ser humano é uma promessa, é um vir-a-ser. O humano ainda é uma possibilidade, é um potencial de crescimento"*.

"O ser humano foi criado para ser pleno, inteiro, verdadeiro. Se nós investirmos na dimensão do coração, na dimensão da alma, poderemos nos tornar seres humanos plenos" - afirma Roberto Crema.

Pergunto-me, até que ponto tenho me centrado no dever de educar-me para ser, a educar meu coração para aprender a ser e a conviver? Sou e somos uma bidimensionalidade - corpo e psique ao que se deve acrescentar o *nous*. A dimensão noética nos conduz à fonte, ao manancial da sabedoria. E *"é a partir de nossa dimensão poética que poderemos resgatar nossa maestria inata"*. No entanto, o que sou, reconheço, valorizo, agradeço, porque o meu tudo se define na arquitetura do sonho idealizado e ainda procurado!

Desde sempre, considere a importância de acolher o outro, que não é senão meu outro eu, na alteridade, quer nos relacionamentos interpessoais e intergrupais. Acolher o outro é acolher a humanidade, a vida, no comportamento empático que eleva a realidade humana. Acolher o outro é reconhecer que a *"alma é grande e a vida é pequena"*, limitada e é o outro que me completa, redimensionando meu sentido no viver.

O ser humano é um ser cósmico, engajado na evolução fantástica do universo, devendo ser crítico e criativo em sua capacidade e decisão para

inventar e transformar a partir do que aí está, do que existe, através de sua vontade, sua inteligência, sua sensibilidade, sua memória, seu pensamento, sua afetividade.

O ser humano é um ser profético, que denuncia e propõe outro tipo de mundo, outro estilo de educar-se, outro perfil no ser que é. Como educador, este ser humano deve marcar seus traços delineadores pelo talento, pela competência (conhecimento, habilidade, atitude, crença, ética, valores) e sobretudo pelo senso de interioridade, exterioridade e transcendência.

VII - A MESTRA LEDA JESUÍNO DOS SANTOS

Professora Emérita da Universidade Federal da Bahia;

Ilustre Presidente de Honra desta Academia Baiana de Educação

À minha Mestra amiga, Professora Leda Jesuíno, o reconhecimento, a admiração afetiva, nesta intensa e profunda homenagem. Neste tempo de Deus, qualitativo para nós, quero que lhe seja esta oferenda o luzir dos meus lábios, desvelando do meu coração, a bênção do agradecimento infinito, pela estilo compassivo e terno, paciente e perseverante com que descerrou para minha vocação as portas dos cenários educacionais, perlaborando, os fios dourados, sinalizadores e suavizadores das sendas enigmáticas a serem percorridas e conquistadas.

Na mansão colonial da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, no bairro de Nazaré, aconteceu nosso primeiro encontro, marca distintiva de todos os demais em que concrescemos no dia-a-dia da missão para a qual fomos designadas.

Era, também o tempo prazeroso e hiperativo, compensador e surpreendente do muitíssimo saudoso e amado Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, laboratório pedagógico dos seus licenciandos.

Sob a liderança transformativa, firme, calorosa e integrada da Mestra, Professora Leda Jesuíno, discutia-se, inaugurava-se a chamada participação democrática, aprendia-se a antecipar problemas e soluções. Marcava a sinergia da equipe de Professores, Orientadores Educacionais e Coordenadores, o elã da palavra dividida, o logos ao grupo. O clima sócio-afetivo, emocional e profissional gerava eficácia, na reciprocidade.

Naquele espaço/tempo áureo, a energia vibracional do amor universal e incondicional

proporcionava um halo de bem-aventurança que nos agraciava.

Comigo, a Mestra Leda Jesuíno, praticou a metodologia das mães-gaivotas - conduziu-me até a borda das encostas dos mistérios educacionais. Disse-lhe, então, ainda não estou pronta. E ela insistiu e exigiu - venha até a borda. Eu fui e ela investiu no impulso que me arremessou aos abismos da educação. Venceu sua força propulsora, convincente e eu voei sobre os espaços amplos e profundos. De início, mansamente, como as gaivotas em rito de passagem, Depois, lembrei que vê mais longe a gaivota que voa mais alto. E, entre medo e a coragem que o vence, busquei alçar distantes horizontes. Comovida e agradecida ao convite gerador deste enlevo e à saudação, confirmo-lhe, Mestra, meu kairós.

E o luzir dos meus lábios e o pulsar do meu coração louvaram e louvam, agora e sempre, o bem que me ensinou e ensina ainda - a alimentar-me da luz da gratidão.

VIII - CONFRADES E CONFREIRAS

Aos Confrades: Professor Ângelo Lyrio Alves de Almeida, Professor Dr. Jair de Oliveira Santos e à Confreira Maria Augusta Cruz Abdon, que anteciparam, precocemente a possibilidade desta minha investidura, meu sincero e inesquecível reconhecimento, na expressão desta homenagem.

A homenagem do meu agradecimento aos Confrades e Confreiras desta egrégia Academia Baiana de Educação na pessoa do Professor Hildérico Pinheiro de Oliveira, seu ilustre Presidente.

Em instante profundo de minha vida, alguém assim me falou: *"a menor distância entre as pessoas é o riso e a lágrima. Às vezes, o riso e a lágrima transcorrem ao mesmo tempo. É o momento numinoso, quando risos e lágrimas constelam a luz"* da alegria e a "sombra" da saudade, da recordação. Este momento é o meu numinoso.

IX - MESTRAS INESQUECÍVEIS

Às Mestras que ensaiaram meu ingresso e permanência nas vivências educativas do Curso Primário, no Rio de Janeiro e em Aracaju, compartilhando a generosidade vocacional e que, sob a chama ardente e misteriosa do amor incondicional, me ensinaram a transmutar a dor sentida em dádiva de cura, em momentos extremos de minha existência, minha eterna gratidão. Mestras inesquecíveis que, no aconchego e no

conforto do carinho, reacenderam meu gosto pela leitura, pelo hábito do estudo e pelo valor da vida, na saudade e nas lembranças queridas, permanecem irradiando em minha alma o edificante exemplo. recôndito mais agradecido do meu coração.

X - MINHA FAMÍLIA

Ao meu marido, Lísnio, ao meu filho Lísnio Augusto, aos meus netos Daniel Lee e Aluã, pela generosidade plena de ternura e acolhimento; pelo amor-presença e sentido de comunhão, nos mais simples e difíceis atos e desafios do dia-a-dia; pelo perdão que vem superando as ausências - a oferta desta infinita homenagem do meu coração.

Na minha família, muito amada, um sagrado amor brota eterno, porque somos pedras vivas, escolhidas para vivências de resistência às dificuldades que se convertem as vitórias gloriosas.

DISCURSO NA CONCESSÃO DO TÍTULO DE EDUCADOR DO ANO 2000 AO ACADÊMICO DR. JOSÉ CORGOZINO DE CARVALHO FILHO

Maria Anália Costa Moura

Reverenciando o cenário esplendoroso deste entardecer, em que se desvelam os anúncios da primavera, agradeço à Academia Baiana de Educação o singular privilégio de, em seu nome, saudar o Confrade Dr. José Corgozino de Carvalho Filho, na oportunidade da outorga do Título de Educador do ano 2000.

Conferir honrarias integraliza a vocação multidimensional desta Academia, como evidências de práticas, gestos, rituais que traduzem seus símbolos afirmadores do próprio sentido latente da vida. Cumpre, assim, o compromisso de ampliar horizontes e propiciar meios e modos de realização da humanidade, no ser humano, e no mundo.

Em “Um certo rumor de anjos: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural”, o sociólogo austríaco-americano, Peter Berger assinala que o homem possui tendência essencial para, na ordem dos valores, celebrar a confiança na ética e na estética da vida, para manifestar reconhecimento e acolhida.

Então, à luz de sua própria motivação esta Academia, vivifica seus ditames regimentais, neste kairós, festejando, para concelebrar sua homenagem ao caríssimo Educador, na formalização do reconhecimento e da acolhida.

Nossa crença é a de que a festa sempre confirma a alegria da vida, autorizando a que se proclame: sejamos todos bem-vindos, sejamos partícipes e testemunhas da harmonização de sentimentos e ideais plenificados.

Um encontro como o que se realiza, neste agora, inspira-se na emersão do significado notável de estar-juntos para que, no sentimento de cada um, seja vivenciada a supremacia da teia relacional, da qual a amizade é seu paradigma.

Festejamos, neste encontro, que no dizer do poeta, constitui o natural sentido da vida, a honra ao mérito, ao nos envolver nas nuances do mistério do compartilhamento, pelos quais nossa consciência renova nossos mundos, determinando, na sincronicidade da espiral da ipseidade, os caminhos que mostram a realidade dinâmica em que vivemos, manifestando-se na dança cósmica.

Despertando para a visão sistêmica, a visão holística da vivência, passou o jovem Engenheiro, Dr. José Carvalho, a deixar-se tocar pelo novo chamado que, como destinação, o fez mergulhar no

fascínio da seara educacional.

Exitoso, bem sucedido, o Dr. José Carvalho agraciava-se por expressivos bens materiais. Contudo, mesmo compensado pelo poder que se auferia nas vitórias do mundo temporal, experimentava uma certa nostalgia ao perceber como se lhe fluíam o desejo e o gosto pela sabedoria. Pesava-lhe no coração a fartura das mãos pesar que decidiu transmutar suas mãos em mãos doadoras.

Há pessoas que, motivadas pelo conceito de Descartes, identificam-se com o: “Penso, logo existo”. Em outras pessoas, ser consciente é sinônimo de estar disponível aos sentimentos: “Sinto, logo existo”. Outras preferem identificar-se com o direito de escolha, a disposição, o ânimo, a capacidade de escolher.

Nietzsche, por exemplo, iguala, no seu pensar, o ser e a vontade.

Mas, é a consciência que torna cada um no ser que é. Este ser único que é o ilustre Educador, Dr. José Carvalho ao converter-se ao dever de assumir o 2º desenvolvimento dos níveis de sua consciência para, através da consciência identificar-se com o fundamento do ser que é.

Nascido nas plagas mineiras, o caríssimo Educador idealizador da Fundação José Carvalho, aluno de colégio jesuíta, alçou à Universidade de Ouro Preto para diplomar-se em Engenharia de Minas, Metalurgia e Civil. E foi ali, em Ouro Preto, onde se permitiu exteriorizar seu acentuado amor à filosofia o que o levou a faz-se professor de filosofia, para o que resolveu adotar estilo docente ressignificador do ensino tradicional conteudista. Para tanto, formulou uma concepção pedagógica incentivadora da formação do cidadão crítico, a transformar-se em agente multiplicador da educação holística, ao tempo em que se deixasse sensibilizar pela grandiosidade tocante das expressões éticas e estéticas do saber e do aprender a ser. Permeava-lhe o ideal o significado e o sentido do homem integral, adequadamente competente e sensível para dedicar-se ao exercício da contribuição para a educação ambiental, a qualidade de vida nas comunidades e em todas as manifestações inerentes à teia relacional dos indivíduos em si e nos grupos.

Confiante na equipe docente e na equipe

técnico-administrativa, criou oportunidades e possibilidades para o gosto pela liberdade e pela criatividade que, aliadas aos objetivos para competências específicas, dedicou-se a delinear e a definir o perfil do aluno consciente e responsável pelos rituais exigidos pelo mercado de trabalho, em perspectiva.

De sua biografia ressalta, como influências do enigma das ressonâncias arquetípicas de herói nômade e guerreiro, a atração pela Bahia, sob a motivação dos metais, despertando no jovem engenheiro, ainda não conhecedor do universo autoconsciente e dos segredos guardados na peregrinação, que é o viver, decidir pelos sonhos, o ideal da instalação da siderurgia Ferbasa - Companhia de Ferro e ligas da Bahia, da qual possui a maioria acionária, com direito a voto. A Ferbasa, exportadora, ainda contribui para o equilíbrio da balança comercial brasileira.

E foi dessa história que nasceu a Fundação José Carvalho, que leva o nome do seu principal protagonista, à qual doou o controle acionário da Ferbasa, além de outros bens pessoais, para a criação e manutenção da Fundação. Esta Instituição acenou, materializou e continua se mantendo responsável pela concretude dos sonhos de coragem e aventuras para todos aqueles que vivem, ainda, onde funciona a Ferbasa em importantes atividades de mineração.

Na década de 90, implantaram-se as primeiras escolas próximas à mineração, especialmente em Catu, Mata de São João e Entre Rios e aquelas mais distantes em outros municípios do sertão baiano (Campo Formoso, Jaguaquara e Andorinha).

Sem dúvida alguma, o sonho, o ideal, o projeto, no sentido kantiano, decorre da consciência do sujeito que o percebe, observa e na sua direção, procura selar seu destino. Assim acontece aqueles que são dotados de personalidade responsável, criativa, com perfil ético de quem procura aprender a escolher. "Opto, ergo sum", "Escolho, logo existo".

Seguindo a luz de sua intuição, as escolhas justificaram-se na sua gênese, estrutura, funcionalidade, expansão e aperfeiçoamento do "Complexo Educacional" a partir do primeiro projeto da Fundação José Carvalho - o Colégio Técnico para cursos profissionalizantes ao qual, até 1987, a Fundação concentrava todas as atenções, a exemplo da oferta dos chamados Projetos Especiais. Contudo, sendo o objetivo nuclear da Fundação José Carvalho "o aprimoramento do homem, a elevação de seu nível cultural, seu equilíbrio psicológico e a confiança em si mesmo"

através da adaptabilidade criativa em relação às circunstâncias, em relação às pessoas, em relação às experiências profissionais, no mundo do trabalho, ampliou-se, na região, a implantação de Unidades Escolares destinadas a oferecer à criança carente dos Municípios de Pojuca, Catu, Mata de João e Entre Rios e as Escolas Convencionais Maria Carvalho, em Pojuca e Denise Carvalho, em Catu, acrescentadas às instituições preexistentes. O Colégio Técnico é uma Escola de Educação Básica que, na etapa Ensino Médio, organiza e executa ações pedagógicas em Currículos orientados para Profissionalização.

O Abrigo-Escola, hoje Lar Tamina Carvalho, atende à crianças de 4 a 5 anos, no Centro Industrial de Aratu.

A Associação Empresarial de Apoio ao Menor Desassistido - ASSEMDE, constituída em 1994, congrega doze empresários sensibilizados pela problemática social retirou das ruas mais de cem crianças, dentre outros empreendimentos voltados para programas de objetivos educacionais e sociais, face à amplitude das exigências constatadas.

Excepcional destaque merece ser conferido à criação das Escolas Rurais de Alternância. Inicialmente foram construídas em pontos estratégicos, em Entre Rios para atender à clientela de alunos de municípios na faixa entre o sertão e o litoral, com vistas ao Município de Sítio do Conde e outra em Mata de São João, atingindo a zona rural que margeia o Litoral Norte.

Atendendo, aproximadamente 1.000 alunos, as Escolas de Alternância oferecem Educação Básica, na etapa Ensino Fundamental, nas Séries Iniciais - 1ª à 4ª série, nos denominados períodos de alternância nos quais os alunos permanecem na Escola, em classes de em média 330 alunos, onde dispõem, em dois turnos, de áreas de 25m² por aluno, laboratórios, refeitórios, sala de Informática, Recreação e Igreja (Capela), para vivências de suas expressões de fé, atos de religare com o Plano Divino, de acordo com o Credo familiar preferido.

No regime de Alternância, enquanto grupos de alunos desenvolvem atividades de educação formal, na Escola, os demais alunos voltam para suas casas para uma permanência de dois meses. Esta é a oportunidade de revisão, repasse das técnicas agrícolas apreendidas e realização de tarefas didáticas corrigidas, avaliadas por Professores e Técnicos Agrícolas Itinerantes. Trata-se de situações apropriadas à releitura de valores, compreensão mais clara da realidade da família, no que tange à diversidade entre o contexto escola/família/comunidade, no diferencial das gerações e nas práticas agrícolas tradicionais. A filosofia da

metodologia Construtivista facilita a compreensão do comparativo entre esses dois mundos e a superação dos conflitos decorrentes.

A Escola Tina Carvalho (Entre Rios), Rolf Weinberg (Mata de São João) e Márcio Seno (Andorinha) e outras Escolas conveniadas, representam referenciais para a educação brasileira.

A aproximação com as famílias e as comunidades ocorre com o auxílio da Extensão Rural.

A dinâmica pedagógica das Instituições Educacionais exemplificadas, estrutura suas ações na Pedagogia de Projetos, e vem sendo orientada pelos princípios das teorias pedagógicas ditadas por Piaget, Vygotsky, Rogers, Paulo Freire e demais correntes atualmente aceitas e implementadas em padrão de eficiência e eficácia.

As práticas pedagógicas exercidas, nas instituições da Fundação José Carvalho, inspiram-se nos Quatro Pilares da Educação para o século XXI e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Os Quatro Pilares da Educação para o século XXI falam do saber, falando da educação, como quatro vias aptas a assegurar a promoção humana – aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Portanto, cabe aos educadores compreenderem que estas quatro vias do saber, da educação, tornam-se única, face a interdependência que se estabelece como natural e recíprocas conexão e integração, na evidência do – aprender a ser.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, etapas Ensino Fundamental e Ensino Médio, nas modalidades em lei previstas, por seu turno, constituem os fundamentos das práticas pedagógicas, formuladas em quatro princípios: filosóficos, epistemológicos, educacionais e pedagógicos, que globalizam, no nível filosófico a Ética da Sensibilidade, a Política da Igualdade e a Ética da Identidade; no nível epistemológico a aprendizagem e as competências discentes a serem desenvolvidas; e, no nível educacional a interdisciplinaridade, a contextualização e a transposição de conteúdos – como competência docente.

Incentivar os educadores para vivências compartilhadas, nas práticas pedagógicas, à luz desses princípios, é dever das lideranças dos sistemas educacionais e dos órgãos normativos que lhes são próprios.

Verdadeiramente, é sentimento do Dr. José Carvalho, promover a educação para assegurar a preparação da cidadania, como direito aos educandos, a fim de que desenvolvam níveis

cognitivos, sócio-emocionais e afetivos que os induzam à compreensão dos significados da vida. Essa abordagem direciona-se à questão de oferecer oportunidades para realização do ser humano, como direito à coragem para construir um projeto do viver. Educar-se inclui, sempre, manter-se atento à trajetória evolutiva para a qual se destina a humanidade, no exercício do salto qualitativo, como auto-superação a ser vencida, nos percalços existenciais tão marcantes nos caminhos da vida.

Diz Mencius que “quando o Céu quer confiar um grandioso projeto a um homem, primeiro purifica seu coração, sua alma” conduzindo-o à aridez e à solidão dos desertos, a fim de que nele “despertem os bons sentimentos, seja fortalecida a paciência”, propiciando aos ideais superiores que se renovem, na perseverante fidelidade aos valores universais, nas realizações cotidianas e nos percursos para os horizontes idealizados.

Na humildade, na prosperidade e na esperança delicada, mesmo na adversidade, o nosso Educador homenageado converteu-se “no herói de si mesmo”, comprometido com o desvelamento seu coração de criança que lhe habita o ser.

Saudá-lo, Dr. José Carvalho, implica revisitar a tessitura da história do ideal que se transmutou em devoção, na lealdade à integração do ser humano que decidiu caminhar do mundo das coisas às suas verdadeiras fontes.

O ilustre Educador é um empreendedor que, nas próprias paisagens com as quais se harmonizou, também se humanizou, e revendo prioridades permitiu-se a não resistir aos caminhos íngremes, bastante íngremes, aceitando abrir seu coração aos apelos do carinho e da compaixão pelos seres humanos, ainda tão esquecidos.

Aprendeu, o caríssimo Educador, que a vida exige mais do que conhecimento e que o conhecimento evoca reenergização espiritual constante, ao exigir sabedoria.

Nasceu e evoluiu como um buscador de sua verdadeira vocação, atento aos problemas da condição humana, sempre disposto a confrontar os desafios.

Como buscador, não questiona sua tarefa, antes procura compreendê-la como jornada sagrada. Persevera, empenhando-se no compromisso de cumpri-la. Seu potencial criativo combina virtude, força e valor. Sua presteza em doar-se é sua grandeza e nobreza moral.

■

Na outorga deste Título, Educador do ano 2000, minha palavra, em nome da Academia

Baiana de Educação, como honrosa missão, vivifica-se sob emoções profundas e serenas.

Nesta oferenda de agora, a palavra que envio ao seu coração, é o meu querer que esta palavra seja traduzida como “davar” – a palavra que move a vontade para a ação, naquele a quem é dirigida. Assim sendo “davar” se distingue de logos e verbum. E o Educador, ora sob os eons cósmicos da homenagem, é um homem de vontade, vontade na consciência do ser e do querer. Vontade forte, hábil, transpessoal, boa vontade – energia interior geradora da experiência vivencial do saber querer.

Homenagem é “Bênção da Ética” porque se expressa como boa palavra, no reconhecimento do valor intrínseco, envolvidos na a gratidão, e na admiração afetiva ao que sempre se fez por merecer.

Pertencente ao universo, Dr. José Carvalho, interprete-o como ondas e partículas de luz.

Sendo assim, viva a felicidade do serviço, o servir da Alma - Lei Universal, marca da consciência da unidade da vida, a indicar o impulso anímico de dar-se para cooperar, como luz que se faz no estilo de viver.

Seja abençoado, nos sonhos de grandeza que o integram à humanidade.

Persevere como buscador dos segredos do universo, como cooperador efetivo da ordem evolutiva a qual, por destinação assume, sabendo que deve realizá-la, na renovação que emerge de cada novo começo.

BREVE NOTÍCIA SOBRE A CRIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFBA

Zilma Parente de Barros

ANTECEDENTES

Os Colégios de Aplicação surgiram, no panorama da educação brasileira, por força do Decreto-lei n.9053, de 12 de março de 1946, que obrigava a criação de uma escola anexa às Faculdades de Filosofia, onde deveriam ser realizados os estágios dos licenciandos que se preparavam, através de diferentes cursos, para o exercício do magistério, no antigo ensino secundário.

As Faculdades de Filosofia ofereciam cursos em diversas áreas do conhecimento – Letras, Matemática, Geografia e História, Biologia, Física, Química, Ciências Sociais, Filosofia, Pedagogia, com duração de três anos, aos quais se acrescentava um quarto ano, chamado de Curso de Didática, ao longo do qual eram estudadas disciplinas específicas para a formação do futuro professor. Os Colégios de Aplicação devem seu nome à função precípua que lhes ditou a existência: ser um tipo de estabelecimento em que os alunos do Curso de Didática pudessem fazer a aplicação prática – em uma situação real de ensino-aprendizagem – dos conhecimentos teóricos aprendidos nos respectivos cursos.

Além da finalidade e do dimensionamento, o Decreto-Lei 9.053 também determinava a sua estrutura e organização, estabelecendo que a direção e orientação pedagógica da nova escola fossem da responsabilidade dos professores de Didática Geral e das diversas Didáticas Especiais da Faculdade de Filosofia.

Ao darem cumprimento ao referido decreto, todas as Faculdades de Filosofia federais regulamentaram o seu funcionamento, acrescentando à função de estágio, um outro objetivo, ou seja, o de servirem de campo de pesquisa e experimentação pedagógica para renovação e melhoria do ensino secundário. Daí a sua condição de escolas especiais, inovadoras e de excepcional qualidade.

O primeiro Colégio de Aplicação de universidade federal a ser criado foi o da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil – hoje Universidade Federal do Rio de

Janeiro (UFRJ, 1948) e, por isso mesmo, sua organização e o seu funcionamento inspiraram todos os demais, inclusive o da Universidade Federal da Bahia – UFBA, instituído no ano seguinte.

O COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFBA

Criado em 1949, o nosso Colégio de Aplicação funcionou até 1966, no mesmo prédio da antiga Faculdade de Filosofia, na Avenida Joana Angélica, só vindo a ser transferido para a Avenida Araújo Pinho, em sede própria, em 1967, ali permanecendo até a extinção das suas atividades, em 1976.

Ao longo de 27 anos de uma profícua existência, o Colégio foi dirigido pelos seguintes professores: Marta Dantas (de 1950 a 1957); Leda Jesuíno (de 1957 a 1964); Leopoldo Carvalho (1964); Maria Angélica Matos (de 1964 a 1966) e Zilma Gomes Parente de Barros (de 1967 a 1976).

Embora suas instalações fossem, no início, acanhadas e inadequadas, o Colégio logo se afirmou no conceito da comunidade, pela qualidade do seu ensino, devido ao alto nível dos seus professores e pelas inovações que iam sendo introduzidas no seu planejamento didático e na sua prática pedagógica.

De fato, o Colégio de Aplicação foi o primeiro, na Bahia, a instalar um serviço de orientação psicológica e assistência pedagógica para os alunos – o SOE – e um serviço de planejamento, supervisão, acompanhamento e avaliação das atividades de ensino dos professores – o COP – antecipando-se à própria legislação, que, só muito tempo depois, veio a estabelecer a sua obrigatoriedade, que, aliás, diga-se, de passagem, jamais foi cumprida como foi concebida pelo legislador. Não será exagero dizer-se, e faço questão de ressaltar, aqui e agora, que grande parte do elevado conceito do nosso Colégio se deveu à competência e dedicação das suas orientadoras educacionais e coordenadoras pedagógicas.

Diferentemente dos demais estabelecimentos, muitas outras atividades, além das prescritas tradicionalmente no currículo, eram

oferecidas pelo Colégio, como a Oficina de Artes Práticas, Clube de Ciências, Coral, Iniciação Teatral, Capoeira, Oficina de Criação Literária, Clube de Leitura, Clube de Debates e tantas outras. Especialmente inovador foi o ensino de línguas estrangeiras, oferecido no turno da tarde, no Centro de Línguas Estrangeiras, ministrado por nível de conhecimento do aluno, independente da série em que ele se encontrava, e com opção, além do Inglês, do estudo do francês, do espanhol, do italiano e do alemão.

Muito antes de a legislação educacional instituir a intercomplementaridade, o Colégio de Aplicação deu uma rara demonstração de abertura e flexibilidade, ao dispensar das aulas de educação física aqueles alunos e alunas que praticavam em clubes, academias ou escolas especializadas, de forma sistemática e comprovada, alguma modalidade esportiva ou artística, que contribuísse para o desenvolvimento físico do adolescente. O mesmo procedimento se estendeu a instituições que ministravam línguas estrangeiras e que fossem credenciadas, após criteriosa análise dos cursos oferecidos.

Não querendo alongar-me, não posso, contudo, deixar de mencionar a introdução de novas metodologias, especialmente no ensino da Matemática Moderna e das Ciências Experimentais, a utilização de abordagens críticas e do método comparativo no ensino das Ciências Sociais, mais especificamente na História, a valorização do ensino da Língua Portuguesa, com ênfase na compreensão e interpretação de texto, bem como as inovadoras experiências interdisciplinares pró-ativas, a realização freqüente de reuniões de pais e mestres, para discussão de temas de interesse da escola e da família para o melhor desenvolvimento integral do educando, e muito mais poderia ser acrescentado, se não estivesse limitada pelo tempo que me foi concedido e pela plena consciência do objetivo maior deste encontro, que é a “curtição” de vocês estarem juntos novamente, recordando momentos inesquecíveis de sua adolescência

ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES

Diante de tudo que foi exposto e muito mais que poderia ser dito e lembrado, como se pode explicar o encerramento das atividades do Colégio de Aplicação da UFBA?

Mesmo tendo-se passado tanto tempo desse desfecho melancólico, continuo sem compreender nem aceitar os alegados motivos para a sua desativação.

Aquela altura, embora ninguém negasse a

qualidade do ensino ministrado nos Colégios de Aplicação, algumas restrições ao seu funcionamento já começavam a ser feitas e poderiam ter sido consideradas, mas não foi isso que ocorreu.

A crítica mais freqüente era a perda da sua especificidade, ou seja, os Colégios de Aplicação, que haviam sido criados para servir de campo de estágio, não comportavam mais o elevado número de licenciandos, que passaram, então, a realizá-lo nas escolas da rede pública de ensino. Daí vinha a conclusão precipitada de que não se precisaria mais dos Colégios de Aplicação. Embora não caiba, no momento, entrar no mérito dessa querela, a verdade é que até hoje o estágio dos licenciandos é o maior problema no processo de formação do magistério e continua a ser uma questão em aberto, suscitando intermináveis discussões.

No entanto, os Colégios de Aplicação tinham outra finalidade, que não pode ser negligenciada, a de ser campo de pesquisa e de experiências pedagógicas para os professores da área de educação da Universidade, função esta que não pode ser implementada, satisfatoriamente, em qualquer tipo de escola. Todos os Colégios de Aplicação funcionaram como verdadeiros laboratórios de ensino-aprendizagem, pois sem pesquisa e sem experimentação, não há a necessária renovação do processo educacional. Portanto, mesmo sem poder receber todos os alunos para estágio, os Colégios de Aplicação poderiam ser campo de observação do que se pode renovar e melhorar nas atividades curriculares, constituindo-se em Escola-Modelo, destinada a difundir o resultado de suas experiências para as demais instituições da comunidade. Sobre esse tema defendi, na UFBA, em 1975, sob a competente orientação do Prof. Dr. Edivaldo Boaventura, minha dissertação de Mestrado em Educação, que teve como título “Redefinição conceitual dos Colégios de Aplicação.” Lamentavelmente, dentre todas as universidades federais que então mantinham Colégio de Aplicação, a única que decidiu encerrar as suas atividades foi a nossa Universidade Federal da Bahia.

Outra crítica feita aos Colégios de Aplicação, era que eles haviam se tornado muito elitistas, pois só conseguiam ser selecionados para seus cursos os alunos oriundos de escolas particulares, por conseguinte pagas, o que impedia a entrada de alunos de classes sociais menos favorecidas. Essa alegação, ainda que verdadeira, poderia ser facilmente contornada, bastando que se

modificassem os critérios de seleção, como alguns Colégios de Aplicação vieram a fazer, posteriormente.

Mas como referi anteriormente, nenhuma dessas questões foi alegada para a extinção do Colégio. A razão apresentada foi a impossibilidade financeira de adequar o Colégio de Aplicação às exigências da Lei 5.692/71, que criava um ensino fundamental de oito séries e um segundo grau obrigatoriamente profissionalizante, com várias opções de carreira. A nova lei exigiria da Universidade um investimento muito alto, para o qual não havia previsão orçamentária. Carrear recursos para o Colégio, dizia-se, significaria fazer cortes no orçamento das outras Faculdades, cujos diretores viviam clamando por mais verbas.

Diante dessa situação, o então Reitor da UFBA, Dr. Lafayette Pondé, em 1973, alegando que teria de atender, em primeiro lugar, às demandas do ensino superior, "ensino este que era próprio da Universidade", como fazia questão de ressaltar, decidiu sacrificar o Colégio, determinando a desaceleração de suas matrículas, ou seja, não se iniciariam novas turmas e as que existiam seriam mantidas até a conclusão do respectivo ciclo. Todos os esforços feitos pela Professora Leda Jesuíno - então Diretora da Faculdade de Educação, à qual o Colégio era subordinado, incansável e destemida na luta pela preservação do Colégio - e por mim, à época sua diretora, foram inúteis e não dissuadiram a Reitoria da posição assumida. Lembro-me de que chegamos a apresentar duas propostas de viabilidade econômica de funcionamento do Colégio, adequado à nova legislação, sem aumento da despesa então prevista, mas nada se conseguiu.

Dos nomes indicados na lista sêxtupla para a sucessão do Reitor Lafayette Pondé, quatro se declararam favoráveis à permanência do Colégio e dois se pronunciaram contrários. Foi exatamente um desses dois o escolhido. Assim sendo, com a nomeação de Dr. Augusto Mascarenhas, em 1975, não foi mais possível reverter a situação e o Colégio de Aplicação da UFBA encerrou, em 1976, a desaceleração programada, com as duas últimas classes que completaram, respectivamente, a quarta série ginasial e o terceiro ano colegial.

Alguns anos depois, em 1979, Dr. Lafayette Pondé, então Presidente do Conselho Federal de Educação, declarou, em São Paulo, durante uma solenidade do CENAFOR, órgão vinculado à Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus do Ministério de Educação, da qual, à época, eu era a titular, que se arrependia de ter determinado, quando Reitor da UFBA, a

extinção do seu Colégio de Aplicação.

O fato de não ter conseguido impedir, apesar de todos os esforços dispendidos, o encerramento das atividades do Colégio de Aplicação deixou em mim a maior frustração da minha vida profissional. Convencida da sua importância, ou, talvez, quem sabe se movida por algum mecanismo de compensação ou, mesmo, para impedir que outros Colégios de Aplicação tivessem o mesmo destino, quando fui Secretária de Ensino de Primeiro e Segundo Graus do Ministério da Educação, de 1979 a 1981, na gestão do Ministro Eduardo Portela, criei um programa de apoio financeiro aos Colégios de Aplicação das universidades, através do qual muitas escolas foram beneficiadas.

Mais recentemente, já na administração do atual Reitor da UFBA, Dr. Naomar Almeida Filho, e por sua iniciativa, houve uma tentativa de reabrir a discussão sobre uma eventual reativação do Colégio de Aplicação, dentro de novas perspectivas e com outros fundamentos, é claro, para a qual, fui convidada, juntamente com a Professora Leda Jesuíno e outros professores, mas que, infelizmente, que eu saiba, não prosperou.

CONCLUSÃO

Da mesma forma que os seres humanos nascem, crescem e morrem, mas conseguem sobreviver na lembrança dos que ficam, as instituições educacionais que souberam cumprir plenamente a sua missão, quando completam seu ciclo de existência, não desaparecem como cinza solta ao vento, mas se perpetuam em cada gesto e em cada palavra de cada um dos que por elas passaram, ajudando a construir a sua história e a assegurar a sua perenidade.

Sejam todos vocês muito felizes!

Muito obrigada!

**DISCURSO DO PROFESSOR ANTÔNIO DE PÁDUA CARNEIRO,
DIRETOR DA FACULDADE RUY BARBOSA, SALVADOR-BA,
AO RECEBER O TÍTULO DO EDUCADOR DO ANO DE 2004, CONFERIDO
PELA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO, EM 25 DE OUTUBRO DE 2005.**

Sejam, as minhas primeiras palavras, de agradecimento à Academia Baiana de Educação, pela honrosa distinção ao conferir-nos o título de Educador do Ano, versão de 2004.

Professor Roberto Santos, presidente da Academia Baiana de Educação:

Com minha saudação, quero manifestar a admiração e o respeito que todos nós dedicamos ao Senhor, pela grande contribuição que tem dado ao nosso país, de maneira especial ao estado da Bahia, notadamente como Reitor da UFBA e Governador do Estado. De modo particular, agradeço pela cordialidade e atenção com que me tem recebido.

Aproveito, Professor Roberto Santos, para saudar todos os membros dessa renomada Academia, assegurando-lhes que a concessão deste título é fato gerador de efetivos benefícios: pela reflexão que ocasiona, pelo estímulo que produz e, especialmente, pelo compromisso que se reforça. A confiança em nós depositada e a aprovação por tão seleta confraria de ilustres educadores nos anima a renovar nossas crenças e ações.

Desejo saudar de maneira particular a minha “madrinha de apresentação” que fez esta indicação, Consuelo Pondé de Senna. Poderia simplesmente declarar que a professora Consuelo dispensa apresentações. Afinal, em eventos desta natureza, o homenageado é que precisa ser justificado diante da platéia, como já ocorreu, tanto neste momento quanto anteriormente, junto ao plenário da Academia Baiana de Educação. Faço apenas menção à sua delicadeza em prestar homenagens, quando ela mesma as merece.

Dirijo-me com respeito e deferência aos professores, aos coordenadores, gestores, diretores, ao corpo técnico-administrativo, aos parceiros e demais amigos. Incluo nesta saudação, com grande contentamento, meus ex-alunos, na pessoa da professora Tânia Jussara e do Dr. Raul Chaves Filho.

Desejo cordialmente saudar a professora Yeda Barradas Carneiro, minha colega do Sinepe – Sindicato dos Estabelecimentos Particulares Ensino, diretora atuante, por quem mantenho grande admiração.

Também aos nossos convidados e

parceiros, a todos aqueles que aqui vieram por nos terem simpatia e acreditarem no nosso trabalho, BOA NOITE!

■

Senhor Presidente,

É natural que – diante da outorga do título de Educador do Ano, por uma Academia de Educação composta de notórios educadores – cada um dos presentes reflita sobre os méritos do outorgado. Pergunta-se: há conformidade ou correspondência exata entre os termos dessa relação – como se diz em Filosofia? Para Aristóteles, “a grandeza não consiste em receber honras, mas em merecê-las”. Ora: se há algum feito que venha a fundamentar tamanha distinção, certamente o de maior visibilidade pública é aquele encontrado no trabalho efetivo de muitas pessoas, aqui, na Faculdade Ruy Barbosa – Faculdade que tenho a honra de dirigir, desde a sua fundação, em 1989. Portanto, o mérito vislumbrado pela Academia se estende a todos que contribuem ou contribuíram para que viéssemos a merecer avaliação tão positiva. Pode-se dizer que há uma considerável multidão de pessoas associadas a esta celebração, integrando tão grande dignidade acadêmica. São estudantes, professores, coordenadores, gestores, diretores, corpo técnico-administrativo, parceiros e amigos. Eles merecem o nosso aplauso.

■

Colegas professores,

Com a instituição do título de Educador do Ano, a Academia Baiana de Educação festeja a própria Educação. Homenageiam-se pessoas e instituições como forma de estimular as práticas que promovem o desenvolvimento humano. Com esta homenagem, a Academia celebra a importância da Educação para a humanidade. Para todos nós, é uma oportunidade de confraternização, é verdade, mas representa também importante momento de reflexão, de renovação da consciência, de

fortalecimento de laços e aperfeiçoamento daquilo que é o objeto mesmo da comemoração. Celebrar a Educação é celebrar a Vida.

E qual é a essência da vida? Qual a relação entre a Educação que construímos, dia a dia, e a vida? Viver é essencialmente sonhar. Na visão do cineasta Glauber Rocha – *“O sonho é o único direito que não se pode proibir”*. Na escola trabalhamos com seres humanos. Portanto, lidamos com sonhos, fantasias, objetivos e projetos de vida, marcados por diferentes valores. A capacidade de perceber o amanhã, vislumbrar um futuro e elaborar projetos diferencia o homem de animais e de máquinas, até mesmo das mais sofisticadas.

Os estudantes vêem na escola um caminho para realização de seus sonhos. Como todos nós, eles são sujeitos repletos de emoção, sensibilidade e poesia, manifestadas nas mais diversas formas de expressão.

Eles esperam encontrar nas instituições de ensino a objetividade, expressa nos conhecimentos, estruturados em currículos escolares, desde que isso lhes permita alcançar aquele algo subjetivo que atende pelo nome de felicidade.

A Educação tem-se firmado, cada vez mais, como o grande sonho de todo cidadão. Tem sido indicada como forma de solucionar praticamente todos os problemas que afligem a humanidade. Na classificação de Maslow, as necessidades humanas se dividem entre primárias – as fisiológicas e as de segurança – e secundárias – as de relacionamento, de estima e de auto-realização. As pessoas nutrem a expectativa de conseguir atender, pelo menos, às suas necessidades menos elaboradas, de modo a ter uma existência digna e dotada de algum conforto. E confiam na Educação, para lhes garantir a realização de seu sonho. Qual será, então, o nosso papel?

A palavra EDUCAÇÃO suscita inúmeras acepções, mesmo entre os que exercem a atividade de ensino. Em vez de percorrer o processo histórico ou fazer um tratado da Filosofia da Educação, vamos conferir algumas referências contidas na Lei Nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 dezembro de 1996.

No seu artigo primeiro, a lei apresenta a Educação como processo continuado (ou permanente), ocorrendo, portanto, durante toda a existência de uma pessoa e onde quer que ela esteja.

Nos dois parágrafos desse artigo, a LDB refere-se à denominada “educação escolar”, com foco duplo: no trabalho e na prática social. Durante

muito tempo, era hábito avaliar se um indivíduo tinha ou não “educação doméstica”. Esta prática parece ter caído de moda.

Já no artigo segundo, a educação é apresentada como dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Sua finalidade é o pleno desenvolvimento do educando, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Constata-se que mesmo com toda a reforma na base legal – que inclui a Constituição de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 – o Brasil não alcançou ainda um sistema de educação satisfatório. Referindo-se à Educação, dizia Anísio Teixeira: *“É uma perigosa ilusão pensar que as dificuldades estão, sobretudo, nos edifícios, nos programas ou nos regulamentos”*.

Costuma-se acreditar, no Brasil, que basta uma nova legislação para que se resolvam os problemas. A verdade é que não é suficiente aperfeiçoar as nossas leis. Precisamos de novas atitudes em cada instituição de ensino e em cada um de nós. Além, evidentemente, de ser necessária nova postura da sociedade em relação às suas instituições educacionais e, especialmente, em relação a políticas públicas inovadoras e inteligentes, que visam realmente ao aperfeiçoamento da educação brasileira. Este não é apenas o melhor caminho para o nosso desenvolvimento, mas, também, a única estratégia que tem demonstrado eficácia para o enfrentamento da desumana e cruel competição internacional.

A postura de um indivíduo é produto direto do seu grau de consciência. A comunidade, em geral, e os professores, em particular, têm muitos poderes, essencialmente o poder de despertar a consciência de cada indivíduo, transformando-o em pessoa. O indivíduo só se transforma em pessoa pela tomada de consciência. Na linguagem comum, a frase “Aproxima-se um indivíduo” traduz uma mensagem bem diferente de “Está chegando uma pessoa”. Certamente, o anúncio da chegada de um indivíduo causa alguma apreensão. Não são indivíduos que selecionamos ou elegemos para exercer cargos ou relacionamentos que exija consciência, mas sim pessoas.

As pessoas – além da consciência – abrigam, em seu íntimo, emoções e sentimentos antagônicos que podem levá-la, de repente, a tomar atitudes disparatadas. Diz-se que, sem as dicotomias, muitas percepções seriam impossíveis: não existiria o alto sem o baixo, a luz sem a sombra, o magro sem o gordo. Diz-se, também,

que dentro de cada um de nós existem dois lobos, que podem se manifestar a qualquer momento. Um lobo, muito mau, intolerante, desonesto, briguento, mentiroso, impaciente. O outro, um lobo bom, muito valente quando necessário, mas ponderado, amigo, tolerante, confiável. Sempre que precisarmos tomar uma atitude diante de uma situação, devemos escolher a qual dos lobos queremos alimentar. Prevalecerá em nós, logicamente, o lobo que privilegiarmos.

Com consciência e emoção, coloco-me aqui como pessoa, da mesma forma que cada um de quantos se encontram aqui presentes, e os saúdo cordialmente, mais uma vez, a todos agradecendo de coração, com um poema de Fernando Pessoa.

De tudo ficam três coisas:

A certeza de que estamos sempre começando...

A certeza de que precisamos continuar...

A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...

Portanto, devemos:

Fazer da interrupção um caminho novo...

Da queda, um passo de dança...

Do medo, uma escada...

Do sonho, uma ponte...

Da procura, um encontro...

MUITO OBRIGADO!

HOMENAGEM AO PROFESSOR GERMANO MACHADO (CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, 16/6/2005)

Leda Jesuíno

Estamos, neste momento, tendo a significativa honra de homenagear um idealista que mantém, no seu outono, o mesmo vigor do ideal da juventude, o que na conjuntura atual reflete toda a estrutura de uma personalidade que se destaca positivamente no ambiente pragmático em que vivemos inversos numa axiologia materialista.

Homenagear um idealista significa muito mais do que falar do seu ideal; significa compreender que, no seu ideal, foi colocada a sua própria vida e no seu sonho ficou empenhada a sua realidade.

Homenagear um idealista como o professor Germano Machado tem um significado maior que se evidencia pela própria imagem que seu nome projeta no panorama cultural de Salvador. Um nome que atravessou a barreira de sete décadas com o privilégio de receber respeito, admiração e confiança que se estende, aliás, para além do tempo atual. Um nome fortemente vinculado a sua SIGLA – CEPA – que, sendo um Centro de Estudos Pensamento e Ação, coloca o seu idealizador e fundador dentro de um contexto cultural relevante.

Ao fundar o CEPA, o nosso homenageado trazia uma bagagem de sólidas vivências. Professor de Estudos de Problemas Brasileiros durante 17 anos, na Faculdade de Filosofia da UFBa., e tendo ensinado Estética na UCSal., no Departamento de Filosofia, Germano Machado desenvolveu, ao longo do seu quotidiano dever de lecionar, a sua potencialidade de escritor.

Em 1981, começou o CEPA a publicar e, em 1991, já contava mais de cem publicações.

Tendo sido, durante longos 29 anos, Assistente Parlamentar da Assembléia Legislativa e Diretor da Imprensa Oficial no governo de Juracy Magalhães e Lomanto Júnior, o nosso querido professor Germano Machado, que nasceu em 28 de maio de 1926, compreendeu que, ao criar um espaço definitivamente mais livre, conseguiria criar um grupo cultural onde os jovens e os mais amadurecidos pela experiência e pela idade pudessem dar expansão às suas idéias e aos seus princípios. E o CEPA nasceu de um ventre promissor e rico de esperança e força.

E os trabalhos ali se desenvolveram dentro do Ideal do professor Germano e dos seus companheiros idealistas todos, jovens uns de ideais, outros de ideais e de plena força da juventude, para

publicar, realizar seminários, proferir palestras, organizar debates, promover reuniões de efervescente atividade cultural. A Literatura, a Filosofia e, sobretudo, a Poesia estão presentes e são protagonistas do famoso CEPA do professor Germano.

E quanto de seu esforço pessoas demandou o CEPA e quanto da colaboração da família precisou o CEPA, e quanto de sacrifício pessoal necessitou o CEPA para crescer, desenvolver-se e chegar a SER o que hoje é.

Com cinco filhos, quatro netos e uma esposa compreensiva, a Sr.^a Mirian Ribeiro machado, professor Germano chega à 3.^a idade envolvido nos movimentos culturais da cidade, atuando na Academia Baiana de Educação, na *Mater Salvatoris* e na Academia de Letras e Artes de Salvador.

Sobre os ombros dos idealistas do momento presente, pesa um doloroso fardo: o de confrontar um ambiente enriquecido pelo egocentrismo e pela desumana incompreensão dos valores transcendentais que os sustentam.

No professor Germano vislumbro sempre a fé no que há de vir, a confiança na força da dimensão espiritual e na crença de um mundo mais evoluído na capacidade de minimizar o egoísmo de cada ser humano.

Certa vez, no gabinete de um cientista envolvido em suas pesquisas, irrompe o seu filhinho ávido da atenção paterna. Compreendendo o anseio da criança, o pai lhe entregou um quebra-cabeça com um mapa-mundo. Pensava, assim, distrair seu filhinho enquanto prosseguia os seus estudos durante aquela manhã.

Surpreendentemente, o garoto em menos de uma hora o interrompe para dizer que já havia conseguido armar o quebra-cabeça. O pai pergunta-lhe como conseguiu tão rapidamente armar o mapa mundi.

- Não, meu pai, não armei o mapa-múndi, não pude consertar o mundo todo quebrado. Foi mais fácil para mim consertar o homem, cuja figura está no verso.

Assim, o nosso querido professor deseja dar ao homem a possibilidade, sempre nele constante, de ir em frente e se realizar.

Que assim seja!

À BEIRA DO TÚMULO DE MARIA LUIGIA GALEFFI

Leda Jesuíno

Sai do nosso convívio para uma dimensão maior a professora Maria Luigia Magnavita Galeffi, permanecendo em nossas vidas a sua imagem de mestra humanista e culta, abrigando no seu seio todos aqueles a quem o seu grande amor ajudava no trilhar a trajetória da vida.

A Academia Baiana de Educação registra, neste momento, o seu pesar pela ausência do seu convívio de uma confreira cuja a presença representou honrosa e significativa participação.

O nosso adeus está repleto de significativas imagens da sua forte e definida presença, sobretudo a sua contribuição à novel faculdade de Filosofia, para a qual, Isaías Alves, ao fundar, contou com sua efetiva e afetiva colaboração. A presença daquela *signorina* que vinha da Itália, jovem e linda *ragazza*, trazendo títulos e saberes, dava, naquele momento histórico da criação da UFBa., um toque feminino de suavidade e firmeza.

Ela chegou para substituir na Cadeira de História da Filosofia - Abiah Reuter -, naquela época, um nome respeitável na sua área. Junto a Afrânio Coutinho, Tavares Macedo, o velho Américo Simas, Thales de Azevedo, Alexandre Leal Costa, ela compôs as bancas do vestibular da década de 40 para ingresso na Faculdade de Filosofia, onde pontilhou com admirável dedicação e competência, qualidades que levou para o Instituto de Letras.

De uma beleza singular, pois fora dos padrões atuais, com seu rosto típico dos camafeus, D. Gina foi penetrando no coração da UFBa., acostumando-se todos à sua figura sempre presente, maternal, bondosa e de uma irradiante simpatia.

Hoje, a Academia Baiana de Educação e a UFBa. dão o seu saudoso adeus a quem cultivou, junto a Romano Galeffi, sua sensibilidade poética, percepção do belo e paixão pela filosofia grega e literatura italiana.

Que em muitas bênçãos seja envolta a sua partida!

Junho, 2005.

DISCURSO NA CONCESSÃO DO TÍTULO DE EDUCADOR DO ANO DE 2005 AO PROF. DR. JOÃO FERNANDES DA CUNHA

Leda Jesuíno

Salvador – 2005

Como perigosa é sempre a vida do homem e a afirmação de valores autênticos na periódica maré dos falsos valores. Jesus já o disse na extraordinária parábola do joio e do trigo.

João Edenio Valle*

No mundo multifacetado que é o constante cenário de nosso existir, a complexa variedade da paisagem, que cada dia se torna mais diversificada, obriga o homem contemporâneo a refletir mais profundamente na dimensão educacional das escolhas. A opção passou a ser instrumento cotidiano de sobrevivência. Educar para escolher é hoje um imperativo categórico na temática educacional.

Aprender a priorizar dentro de uma escala de valores é, sem dúvida, uma complexa operação mental que antecede as decisões, quantas vezes da maior importância, na trajetória individual de cada ser humano.

Neste momento significativo da Academia Baiana de Educação, a minha presença é resultado de uma escolha feita pelo nosso homenageado de hoje. Entre os ilustres acadêmicos, recaiu sobre mim a grata incumbência de saudá-lo por livre escolha de sua determinada vontade. Sentindo-me honrada por tão expressiva opção, busco, nesta circunstância, apresentar as razões pelas quais o nosso querido confrade Dr. João Fernandes da Cunha recebe a justa homenagem de Educador do Ano de 2005, com o unânime reconhecimento de seus pares.

E esta tarefa a que me proponho agora torna-se prazerosa em face da evidência dos fatos e feitos de sua trajetória existencial que me permite, neste momento, apresentar o Dr. João Fernandes da Cunha que em plena juventude, ainda adolescente, aos 17 anos, fez uma escolha difícil: dirigir um colégio na sua querida Juazeiro. Agindo como um cidadão capaz de enfrentar os desafios que lhe são lançados pela própria vida, recebeu, de sua confreira Sônia Maria Bastos na Academia "Mater Salvatoris". O seguinte comentário: "aceito o cargo, aos encargos respondeu com maestria".

Na estruturação da personalidade, o mais significativo, o que realmente costuma permanecer é uma opção que cada um faz pelos valores que fundamentam a sua filosofia de vida, o fio condutor da sua estrada vital.

Ao longo de nossa trajetória existencial, estamos inevitavelmente fazendo escolhas no imenso e variado supermercado da vida. Dessas decisivas escolhas, vai depender a estrutura da personalidade do homem que, neste momento histórico, se vê diante do humanismo e do tecnologismo em franco confronto.

Seja qual for a sua escolha do modo de viver que um indivíduo faça, ele a escolherá por uma razão, e esta razão sempre dirá respeito aos seus valores.

Dr. João Fernandes da Cunha teve de fazer sua escolha desde muito jovem, impulsionado por um dos valores que constitui a estrutura que sustenta o seu modo de Ser: a fortaleza, que, aliás, é uma das quatro virtudes cardinais. Nascido numa fazenda, aprendendo com a natureza, fez o seu curso primário no Colégio 11 de Junho.

Todas as suas realizações estão impregnadas da força que exercem, na sua vida, alguns valores, valores estes que apontaremos como determinantes de sua conduta, tornando mais nítida a sua trajetória existencial e mais compreensíveis as suas escolhas, as suas metas e a concretização de muitas delas.

Após experimentar as dificuldades de uma liderança na área educacional, o jovem nascido na Fazenda Tapera, no distrito de Salitre, banhado pelo rio do mesmo nome, ingressa na área econômica. Faz, então, um concurso, sendo nomeado para o Banco do Brasil.

Nesta fase de sua vida, o bisneto do insigne Conselheiro Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha, Senador do Império, em 1871, cultiva no seu íntimo valores mais necessários nos embates que

enfrentamos: a coragem e a determinação que o levaram a receber o diploma de bacharel pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, em 1952, sendo orador da turma, tendo antes, em 1945, sido diplomado em Contador pela Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia, como aluno laureado. Aquela vontade firme que o fez voltar a trabalhar em Juazeiro depois do concurso, levou-o também a desejar continuar os estudos na Capital. Por isso voltaria a Salvador, onde obteve todos estes diplomas.

Seguiram-se, então, os três cursos de aperfeiçoamento em Análise Micro e Macroeconômica e Relações Humanas no Trabalho e o ingresso na carreira universitária como professor assistente da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, tendo antes feito o curso de Jornalismo na Faculdade de Filosofia da UFBA, quando foi o orador, saudando o ilustre paraninfo, Dr. Clemente Mariani.

Na UFBA, não somente foi professor durante 30 anos, regendo cátedras de diferentes disciplinas. Imergiu na administração universitária, exercendo cargos que lhe exigiram exercitar a capacidade de liderança e desenvolver o valor **compreensão**, no desempenho da Chefia do Departamento III da Faculdade de Ciências Econômicas, de Diretor da mesma faculdade, de Coordenador de dois Colegiados de Curso: o de Ciências Contábeis e o de Ciências Econômicas, responsável pelos novos currículos que a Reforma Universitária exigia. Atuando nos Conselhos Superiores da UFBA – o de Coordenação, o Universitário e o de Curadores –, demonstrou, como relator de inúmeros processos a serenidade que os justos devem cultivar em favor da Justiça.

A Faculdade de Ciências Econômicas e a UFBA, reconhecendo seus méritos, concederam-lhe o título de Professor Emérito. Com tão honroso título, estava a cavaleiro para ser o orador oficial dos altos Conselhos da UFBA na entrega das Láureas de Professor Emérito aos professores Adriano Pondé, Hosannah de Oliveira, José Tobias Neto, Pedro Tavares e Manoel Pinto de Aguiar.

A Universidade Católica do Salvador também recebeu a sua colaboração quando professor de Moeda e Crédito e Política Monetária na sua Faculdade de Ciências Econômicas.

No dizer do escritor muito citado, Zygmunt Bauman, vivemos numa sociedade líquida, onde "tudo tende a ser mais passageiro, a se liquefazer. Estamos também numa sociedade de excessos: excessos de informações, de produtos, de serviços. O excesso aumenta à medida que as pessoas de diferentes grupos, países, sociedades, se relacionam para trocar mercadorias, serviços e informações²".

É no seio desta sociedade que o nosso homenageado transita, obrigado a fazer, em cada etapa, a priorização dos valores que representam a sua estrutura psicoespiritual.

Longe dos muros da UFBA, priorizou participar da área econômica e cultural. Assim sendo, foi presidente de honra do IX Congresso Brasileiro de Contabilidade, sendo presidente da Comissão Organizadora, Delegado do Conselho Regional de Economia da V Região no VI Simpósio Nacional dos Conselhos Regionais de Economia e, também, presidente do Simpósio Nacional. No III Congresso Brasileiro de Economia, em São Paulo, foi também presidente.

Os cargos de chefia predominaram no seu currículo:

Diretor Geral de Administração da SURCAP (Superintendência de Urbanização da Capital) e assessor técnico em 1976; Gerente Geral do Banco do Nordeste do Brasil para os Estados da Bahia, Minas Gerais e Sergipe; Diretor Gerente do Instituto de Fomento Econômico da Bahia; Diretor Fundador do Baneb e seu presidente interino por várias vezes.

Sendo um espírito associativo por excelência, as instituições culturais contaram com a sua colaboração. Foi vice-presidente do PEN Club do Brasil – Seção da Bahia e da Associação Cultural Ítalo-Brasileira Dante Alighieri, membro da Associação Baiana de Imprensa, membro titular da Cadeira nº 2 do Instituto Genealógico da Bahia, e membro honorário da Associação Cultural Amigos dos Sertões, e ex-membro do Conselho Fiscal da Embasa.

As academias o atraíram, e o professor, após tantos anos de atuação na sala de aula, priva agora, como especial honraria, da

* VALLE, João Edenio. Valores. Que Valores? São Paulo: Almed, 1984. p. 153

1. BASTOS, Sônia. Nossa Senhora da Paz. Revista da Academia de Letras e Artes "Mater Salvatoris", Salvador. n.8, p.45-50, jul.2002/jul.2003. p.46.

2. Apud BINDO, Márcia. Descomplice. Revista Vida Simples, São Paulo, Abril, n. 30, p. 23, jul. 2005.

DISCURSO DO PROF. DR. JOÃO FERNANDES DA CUNHA AO RECEBER O TÍTULO DE EDUCADOR DO ANO DE 2005.

Minha já longa vida pessoal, familiar, acadêmica e profissional há me concedido a acumulação de inesquecíveis momentos de júbilo, de alegrias intensas, e de inumeráveis contentamentos, bem assim de singulares honrarias.

Serei, sempre, muito grato ao Senhor Deus, por essas dádivas. Serei, sempre, profundamente reconhecido às pessoas que as tornaram possíveis, e as fizeram acontecer.

Mas, os momentos, em nossas vidas, mesmo aqueles de grande satisfação, sempre serão efêmeros, diluindo-se, naturalmente, no véu da fugacidade que caracteriza a seqüência, de nossa existência.

A data de hoje, e este exato instante, com o que representam, na transitoriedade física dos fenômenos gerados no espaço-tempo, haverão de permanecer duradouros, em nossas almas e em nossos corações, mormente no registro documental que muito honrosamente estamos recebendo, e a sua indelével lembrança, que cultivaremos e haveremos de proclamar, com o mais justo orgulho, pelo tempo afora e pelo resto de nossa vida.

Tenho norteado minha trajetória com valores morais que dão sustentação à constante realização de ações em benefício da sociedade. Engrandece-me o espírito relembrar o que, onde, e de que forma pude contribuir para o desenvolvimento dos meus semelhantes, seja pela educação, a transmissão contínua do conhecimento, a cultura, o permanente ensinar a bem viver, e, o próprio trabalho de ação social. Entretanto, alegra-me adjetivá-las, como resgate do débito da responsabilidade que sempre entendi que deveria assumir, na simples condição de cidadão que sempre teve o seu pensamento voltado para o bem comum.

E devo admitir que se hoje sou laureado pela egrégia Academia Baiana de Educação, com a entrega do honroso título de *Educador do Ano* que já me fora, há seis meses, outorgado, em soleníssima e unânime decisão dos meus ilustres e queridos pares, acredito, todavia, haver sido essa decisão movida, muito mais, pela sua insigne generosidade, que pelo grau dos méritos por ventura a mim atribuídos. Ainda assim, desejo expressar-vos a minha mais desmedida gratidão.

Educar é semear. Sempre. Jamais se fará tudo o que a coletividade merece e do que necessita. Muito ainda pode e deve ser realizado. Esta reflexão revela a extensão do que penso a respeito da ação educativa e a dimensão do compromisso que temos, todos, de ajudar e estimular os governos a pensarem e agirem na implantação de políticas públicas justas e, sustentáveis, principalmente através das Universidades e das Academias, mediante o ensino, pesquisa e extensão, de tal modo que envolva a população brasileira, na consciência profunda dessa absoluta e real necessidade de uma indispensável parceria entre as autoridades governamentais e a sociedade civil, em projetos e programas como este, do maior alcance social.

Educador do Ano, quanta bondade dos meus queridos confrades e confreriras. *Educador do Ano*, é um título ainda muito raro na Bahia. Somos, apenas dez, em todo o Brasil. No ano de 2003 recebeu este mesmo título, a notável professora da Universidade Federal da Bahia, Leda Jesuino dos Santos, famosa pela sua competência, pelo grande brilho com que sempre dirigiu a Faculdade de Educação, e pelo trabalho singular que desenvolveu ao longo de quarenta anos como educadora em nossa Universidade Federal, pelo seu desempenho no exercício do cargo de presidente de honra da nossa Academia Baiana de Educação, por tudo, enfim, quanto fez e continua fazendo, neste nobilíssimo mister de educar, educar sempre e de forma tão enaltecida para si mesma e tão extremamente benéfica para a mocidade baiana.

Neste ano de 2005, quis ela própria, que fosse eu contemplado com o mesmo galardão que tão merecidamente lhe outorgaram anteriormente, e o propôs aos nossos pares, que aplaudiram o seu gesto de amizade, e de admiração por este seu amigo e colega, professor emérito da UFBA, que ora vos fala.

Peço assim, para a *Educadora do Ano 2003 – a Profa. Leda Jesuino dos Santos*, as nossas palmas, o nosso aplauso, a nossa mais indefinível admiração, amizade e gratidão, pelo que soube fazer de sua vida e pelo singular exemplo de saber servir, com muito amor, aos seus semelhantes.

Ao receber o título de *Educador do Ano* nesta altura dos meus oitenta e quatro anos, bem vividos, depois de mais de sessenta de abnegada dedicação ao ensino, à educação, que sempre considere

a mais nobre de todas as atividades humanas, não posso deixar de lembrar que no ano de 1937, com apenas dezesseis anos de idade, fui convidado pelo Monsenhor Antonio da Costa Rego, Vigário Paroquial de Juazeiro, minha terra natal, para dirigir o Colégio 11 de Junho, de sua propriedade, acumulando a sua direção com o ensino das disciplinas de Português, Matemática, Geografia e História, o que aceitei e desempenhei com sucesso, e continuei a fazê-lo nos anos de 1938 e 1939, aos dezessete e dezoito anos de idade, gerando em minha mente, naquele período tão expressivo da juventude, o desenvolvimento de uma grande vocação para o magistério e a minha entrega com a mais elevada prioridade, aos labores da educação e da cultura.

A esse tempo, Juazeiro ainda não tinha um ginásio, e o Colégio 11 de Junho preparava os juvenzinhos de nossa cidade, rapazes e moças, para prestarem os exames de admissão ao Ginásio Dom Bosco e à Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, ambos da vizinha cidade de Petrolina, em Pernambuco, onde iam prosseguir os seus estudos. Prestava, então, o nosso Colégio 11 de Junho, aos adolescentes de Juazeiro, uma cooperação inestimável. E eu tinha, então, apenas um excelente curso primário, quando aceitei o desafio de ser seu diretor e professor de quatro disciplinas.

No ano de 1940, fiz concurso para o Banco do Brasil, em Salvador. Aprovado, fui designado para trabalhar na agência de Juazeiro, onde permaneci até 1942, quando fui transferido para a agência centro de Salvador. No Banco do Brasil, fiz uma bela carreira, de exatos trinta anos, período em que fui convidado a organizar, estruturar e implantar dois outros Bancos: primeiramente o Banco do Nordeste do Brasil, de 1954 a 1958, e depois como seu Gerente Geral para os Estados da Bahia, Sergipe e Minas Gerais. Em seguida, o Banco de Fomento do Estado da Bahia, depois BANE, de 1959 a 1964, como seu organizador juntamente com o meu querido amigo Abelardo Gomes Parente, e, depois, seu diretor.

Durante todo o meu tempo de Banco do Brasil, continuei ensinando, quer para concursos diversos, quer na Universidade Federal da Bahia, nela havendo ingressado em maio de 1955, na Faculdade de Ciências Econômicas, a convite de sua colenda Congregação, como Professor Assistente, depois promovido a Professor Adjunto, exercendo a chefia dos seus Departamentos, e a coordenação, alternativamente, dos dois cursos, o de Economia e o de Ciências Contábeis.

No ano de 1970, aposentei-me do Banco, ao ser nomeado Diretor da Faculdade pelo Exmo. Sr. Presidente da República, e regimentalmente eleito presidente do seu Conselho Departamental e da Congregação. No âmbito da Universidade, fui sendo eleito seguidamente membro do Conselho Universitário, do Conselho de Coordenação e do Conselho de Curadores, envolvendo-me nos afazeres da implantação da reforma universitária, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva. E, não obstante minha aposentadoria da UFBA em 1986, se prolongaram, as atividades educacionais, até hoje, cinquenta anos depois de para ela haver ingressado em 1955.

Este relato mereceria ser feito, para justificar a grande realidade de haver sido professor durante praticamente, a minha vida inteira.

E ser, já na velhice, consagrado *Educador do Ano*, significa para mim, muito além do reconhecimento de um dever cumprido. Exprime, também, e sobretudo, o estímulo para continuar na incessante busca dos meios de proporcionar o alargamento dos horizontes educacionais da nossa sociedade. Seja mediante o trabalho que venho desenvolvendo, através da Fundação João Fernandes da Cunha, criada em 21 de maio de 1992, dois anos após haver recebido da nossa Câmara Municipal, o honrosíssimo título de Cidadão da Cidade do Salvador e a Medalha Thomé de Souza, que me foram concedidos em 21 de maio de 1990, por decisão unânime dos senhores vereadores de então.

Posteriormente, em 21 de julho de 1993, outorgou-me, também, a Universidade Federal da Bahia, um outro título muito precioso, o de seu Professor Emérito com que há contemplado alguns poucos dos seus mais devotados mestres. Bastaria assinalar que somos apenas uns vinte e cinco em um universo de mais de quatro mil professores da Universidade Federal da Bahia.

Foi o bastante para que mais uma vez, eu correspondesse a esse nobre gesto, elevando a minha contribuição à educação da sociedade baiana, adquirindo e aparelhando o imóvel situado à Rua do Politeama número 140, onde instalei e passou a funcionar aberta para o público baiano, a nossa biblioteca mantida pela Fundação que detém o meu nome, inaugurada em 21 de maio de 1996 e que a partir daí ampliou bastante suas atividades no serviço prestado à cultura da nossa sociedade, especialmente às suas camadas mais pobres e mais carentes, como é amplamente reconhecido.

Cresceu tanto, o seu trabalho, que quatro anos depois, o espaço já era insuficiente, levando-nos a adquirir o imóvel do Largo do Campo Grande número 8, onde passamos a funcionar em 21 de maio de 2001.

Agora, como *Educador do Ano*, proclamado pela Academia Baiana de Educação, o fortalecimento desse nosso compromisso vai se repetir, porque a nossa biblioteca, aberta a toda a comunidade, e norteada pelos princípios adotados pela UNESCO, de acolhimento a todos, sem qualquer distinção, haverá de continuar proporcionando aos seus usuários, um vultoso e variado acervo de livros, atualmente mais de dez mil, e outros multimeios, ainda com maior intensidade e propiciando o serviço de acesso à Internet, exibição de filmes e vídeos e desenvolvendo pesquisas científicas, como fonte de ampliação do conhecimento e expandindo suas ações diversificadas, através de grupos de estudos, relatos de sua experiência, tudo visando, enfim, ao aperfeiçoamento individual e social.

Esta será a nossa resposta ao nobre gesto, da Academia Baiana de Educação, entidade da qual iremos nos aproximar mais ainda e juntamente com ela, com sua presença e apoio, permaneceremos prestando à sociedade este relevante serviço de educação continuada e de cultura geral.

Tudo isso, com a graça de Deus e a cooperação decidida de todos os nossos amigos e companheiros de trabalho em benefício da comunidade.

Com a minha transferência para Salvador em 1942, já aqui estou vivendo há sessenta e três anos. Aqui plantei raízes. Aqui nasceram todos os meus sete filhos, vinte e seis netos e, até hoje, onze bisnetos. Foi sempre uma grande preocupação de minha parte, ser um educador de todos eles, contribuindo para a sua boa formação moral e dar-lhes a exata noção do verdadeiro sentido da vida e da convivência entre os seres humanos, que somos todos irmãos, e precisamos, por isso mesmo, de cultivar o espírito de solidariedade e de amor entre si, exatamente como nos ensinou, o Livro dos livros – a Bíblia, sempre repetindo as palavras de Deus-Filho, do Senhor Jesus, em torno de todos os grandes princípios da vida e de convivência humana, que podem levar-nos a uma existência feliz.

Ao lado de todas essas atividades, temos dado, também, acolhimento espontâneo e inteiramente gratuito a outras entidades culturais, como a Academia de Letras e Artes do Salvador, que nos fez seu membro benemérito, a Academia de Cultura da Bahia que nos distinguiu como seu presidente de honra, o Grupo de Ação Cultural da Bahia que nos elegeu seu presidente de honra e membro benemérito e ainda a Federação das Academias do Estado da Bahia, que reúne, agrupa e coordena sessenta e seis Academias de Letras e Artes de todo o Estado da Bahia, sediadas nos municípios.

Por que fazemos isso?

Porque são entidades culturais que não dispõem de sede própria e, nos espaços que colocamos à sua disposição se reúnem, freqüentemente, fazem lançamentos de livros, de autoria dos seus membros, e, como o GACBA, publicam suas revistas e volumes denominados Cadernos de Literatura, mantêm os seus membros a mais salutar convivência e se estimulam reciprocamente, em preciosa e alvissareira produção intelectual. Enfim, a todos os seus membros, e às próprias entidades ajudamos e estimulamos com todo o nosso apoio ao desenvolvimento de suas atividades culturais.

A educação e a cultura exprimem um grande desafio para o próprio ser humano que delas necessita, e que é, e deve ser, em verdade, e ao mesmo tempo, seu artífice e promotor.

Ao receber o honroso diploma de *Educador do Ano*, cumpre-me fazer uma reflexão sobre o que aconteceu em nosso país e no mundo, nos dois últimos séculos, especialmente, quando surgiu uma teoria oposta à do Cristianismo, que prevalecera nos séculos anteriores, – a teoria da descrença nos princípios cristãos, que se espalhou por muitos países, sobretudo aqueles que estiveram submetidos a uma ideologia do tipo materialista e ateu, como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e numerosas outras nações, que a ela se irmanaram, no ocidente, e nas quais passou a prevalecer o ceticismo em relação à idéia da Verdade, disseminando-se o perigo de pesquisadores, professores e estudantes se encerrarem, no campo do conhecimento, em um aspecto fragmentário da realidade de nossa vida, afirmando-se um positivismo sem referência ética e a formação meramente utilitária, predominante sobre o

humanismo integral.

Isso aconteceu, principalmente, a partir do século XIX, com o movimento comunista desencadeado por Karl Marx, teórico do socialismo revolucionário alemão, que desenvolveu uma filosofia na qual a alienação era o tema central, e que se baseou, no seu Manifesto Comunista de 1848, elaborado em conjunto com Friedrich Engels outro militante e teórico socialista alemão, que, por sua vez, participava de reuniões dos hegelianos de esquerda, que pretendiam a destruição da religião tradicional do Estado, até então existente, e que mais tarde se instalou em Londres, para se consagrar, exclusivamente, à Luta Revolucionária.

Nesse grupo, também esteve presente Ludwig Fenerbach, que se lançou à crítica simultânea do cristianismo e do feudalismo prussiano. Sua obra principal – *A Essência do Cristianismo*, de 1841, marca o início de uma cisão fecunda entre os hegelianos de esquerda e os hegelianos de direita.

Foram esses os homens, todos eles nascidos e falecidos no século XIX que, em um mesmo período, influenciaram as conquistas do saber, com teorias que, felizmente, não se perpetuaram, mas deram oportunidade a que muito se discutisse sobre o assunto.

Graças a Deus, jamais aceitei estes princípios, que o decurso do tempo se encarregou de destruir, e a minha educação centrou-se na confiança em Deus, na sua ajuda e proteção permanente a todos os seus filhos, principalmente por haver nascido em um lar cristão e haver recebido, dos meus próprios pais, na educação doméstica, os ensinamentos que me levariam a acolher, no meu coração e na minha mente, o Cristianismo, como o caminho a seguir.

E nessa linha de pensamento e de ação, acatar e proclamar tudo quanto nos ensinou o Senhor Jesus, através dos seus Apóstolos, nos Evangelhos, tudo quanto nos transmitiram Santo Tomás de Aquino e Santo Agostinho, e tantos outros cérebros mais poderosos da humanidade, como os de Santo Inácio de Loyola, fundador da Ordem Religiosa denominada Companhia de Jesus, de José de Anchieta, considerado por muitos o fundador da Literatura Brasileira, com o seu "Poema da Bem Aventurada Virgem Maria Mãe de Deus", de São João da Cruz, a quem sempre viveu ligadíssima, Santa Teresa de Ávila, venerada como Doutora da Igreja Católica, e que foi a própria vida feita oração, a oração feita trabalho, o trabalho que Deus alimentou em sua alma. Santa Teresa de Ávila, a mais santa das sábias, e a mais sábia das santas, a mais santa das mulheres ao lado da Santíssima Mãe de Deus.

Ao concluir o que acabei de falar-vos sobre o quanto refleti a respeito do que veio à minha mente, com essa decisão da Academia Baiana de Educação, de conceder-me o título e diploma de *Educador do Ano*, quero dizer-vos uns versos que em decorrência dessa decisão, escrevi, recentemente.

SEMEADOR III

"SEMEAR", "SEMEAR", eis a lição
que nos deixou Nosso Senhor Jesus,
SEMEAR o BEM, em favor do teu Irmão,
com todo AMOR, e a mais sublime LUZ.

Esta será tua maior missão,
porque somente assim se reproduz,
do nosso Deus, a recomendação
que nos deixou, na vida, até à CRUZ.

Semear o Livro, e semear cultura como também nos disse o poeta Castro Alves, em sua poesia "O Livro e a América", nos seus vinte anos de idade, aos 03 de agosto de 1867, publicada no volume de *Espumas Flutuantes*:

"Olhando em torno, então brada:
"Tudo marcha!... Oh! Grande Deus!
"As cataratas – p'ra terra,
"As estrelas – para os céus.

"Eu quero marchar com os ventos,
"Com os mundos... co'os firmamentos!!!"
E Deus responde – "Marchar!"

"Oh! Bendito o que semeia
"Livros... Livros à mão cheia...
"E manda o povo pensar!
"O livro, caindo n'alma
"E germe – que faz a palma,
"E chuva – que faz o mar.

E por isso, sempre fui semeador!
Um seguidor de Deus, do meu Senhor!
que a vida inteira me fez SEMEAR!
o Livro, a Cultura, e, com todo ardor
dar meu TESTEMUNHO, no esplendor,
de ao IRMÃO profundamente AMAR!

Encerrarei o meu pronunciamento dizendo-vos que ao ser contemplado com o enobecedor título de *Educador do Ano*, sinto-me regozijado em rememorar a minha trajetória pelos caminhos da educação. E ao relembra-la, sou tocado por dois sentimentos: ALEGRIA, pelo cumprimento de um dever social, e GRATIDÃO a todos aqueles que me ajudaram e continuam a fazê-lo a tornar uma bela realidade, a missão nobilíssima de educar e de educar sempre, e cada dia, com mais entusiasmo e devotamento.

Envolvido pela emoção natural que este momento produz em todo o meu ser, na minha alma, no meu coração, no meu espírito, na minha mente, nas fontes de minhas emoções, e consciente da mais absoluta certeza de que a educação e a cultura são os verdadeiros alicerces na construção de um mundo mais justo, mais humano e mais solidário, eu vos convido a pensarmos mais em Deus e que sejamos, conforme a sua vontade, mais fraternos e mais irmãos, para sermos mais felizes.

Obrigado, muitíssimo obrigado.

REGIMENTO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

José Nilton Carvalho Pereira

I) À GUIA DE INTRODUÇÃO

O dia-a-dia das atividades educacionais, particularmente nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, gera relacionamentos interpessoais que envolvem seus principais agentes: alunos, pais, professores, diretores, coordenadores, orientadores educacionais e todos os colaboradores administrativos. Dessa convivência resultam direitos e deveres que devem ser regulamentados na forma da legislação educacional e com a chancela ou aprovação do poder público. Esse conjunto de normas lastreia o Regimento, que é a Constituição interna das instituições de ensino.

Do latim *"regimentu"*, compreendido como conjunto de normas que regem o funcionamento de uma instituição, o Regimento provinha da vontade do rei (*rex, regis...*). Daí o vazo histórico de compreendê-lo como um documento apenas mandatário, ou seja, como um corolário de obrigações rigorosas.

À luz do Direito Administrativo,

"Os regimentos são atos administrativos normativos de atuação interna, dado que se destinam a reger o funcionamento de órgãos colegiados e de corporações legislativas. Como ato regulamentar interno, o regimento só se dirige aos que devem executar o serviço ou realizar a atividade funcional regimentada, sem obrigar aos particulares em geral".(1)

"Para os agentes sujeitos às normas regimentais, o regimento é a lei da casa e sua violação pode dar ensejo à invalidação do ato anti-regimental, desde que lesiva de direito individual ou de prerrogativa da função".(2)

O Regimento não pode ser mera cópia de outros preexistentes. Deve ser parte integrante do Projeto Político-pedagógico, constituindo-se a carteira de identidade de cada instituição educacional, juntamente com a Proposta Pedagógica e a Matriz Curricular. Necessária se faz a contribuição democrática de seus principais atores, respeitando-se os aspectos essenciais da vida cidadã. É evidente que o Regimento inicial nem sempre pode contar com essa colaboração substantiva das partes e interesses envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. É recomendável, entretanto, que as reformas regimentais não devam prescindir das sugestões e ações participativas da comunidade escolar, para que o documento final não se torne um produto estático, excessivamente impositivo, e que possa refletir e

respeitar a cidadania escolar e os interesses sociais das pessoas que se inter-relacionam no âmbito dos estabelecimentos educacionais. Por isso mesmo, o Regimento há de ser objetivo, abrangente, transparente, dinâmico, realista e exequível.

Nessa introdução cabe uma pergunta. De onde e de que adveio a recente necessidade de reformar as normas para elaboração de Regimento Escolar? Essa providência decorreu da Constituição Federal e da Constituição Estadual em vigor, da nova LDB, das mais recentes diretrizes curriculares da educação nacional, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Código de Defesa do Consumidor e das normas específicas para as instituições privadas de ensino, tudo isso no sentido de harmonizar à realidade presente o texto da Resolução CEE-050/88 e legislação posterior.

II) OS PRECEITOS LEGAIS

a) Regimento Escolar e as prescrições constitucionais

A Constituição Federal de 1988 reserva alguns artigos para tratar diretamente da Educação nacional: *art. 205*: Educação como direito de todos e dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade; *art. 206*: princípios do ensino: igualdade de condições para o acesso à escola, liberdade de aprender, pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, valorização dos profissionais do ensino, gestão democrática do ensino público e garantia de padrão de qualidade; *art. 207*: autonomia das universidades; *art. 208*: deveres do Estado com a Educação; *art. 209*: o ensino e a iniciativa privada; *art. 210*: conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental; *art. 211*: organização dos sistemas de ensino; *art. 212*: obrigações financeiras da União com o ensino; *art. 213*: destinação dos recursos públicos para a Educação; *art. 214*: necessidade do Plano Nacional de Educação.

A Constituição do Estado da Bahia seleciona o capítulo XII (*arts. 244-261*) para os assuntos do mundo educacional, muitas vezes repetindo o texto federal. O capítulo XIII (*arts. 262-264*) é reservado às instituições estaduais de Educação Superior.

Registre-se que, em nenhum momento, a Carta Magna Federal ou Estadual se reporta aos regimentos escolares, mas apenas por não ser matéria constitucional. No entanto, é inquestionável que alguns dos postulados essenciais dos regimentos derivam dessas indicações.

b) Regimento Escolar e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96)

A LDB acolhe e disciplina diversas matérias de natureza regimental ao longo dos seus 92 artigos, além dos norteadores constitucionais. Já no art. 12 determina:

"Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;*
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;*
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;*
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;*
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;*
- VI - articular-se com a família e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola."*

O art. 13 da LDB, intimamente relacionado ao art. 12 postula sobre a atuação dos docentes:

"Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;*
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;*
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;*
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;*
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;*
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade."*

Prosseguindo com os indicativos de matéria regimental incorporados à LDB, selecionamos os transcritos a seguir, sem prejuízo de muitos outros itens de interesse dos regimentos escolares:

1) Título V - Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino (arts. 21-60);

- 1.a) Composição dos níveis escolares (art. 21);**
- 1.b) Disposições gerais da Educação Básica (art. 22-28), com suas subdivisões e modalidades: Educação Infantil (arts. 29-31); Ensino Fundamental (arts. 32-34); Ensino Médio (art. 35); Educação de Jovens e Adultos (arts. 37-38); Educação Profissional (arts. 39-42); Educação Superior (arts. 43-57); Educação Especial (arts. 58-60).**

2) Título VI - Dos Profissionais da Educação (arts. 61-67)

3) Título VII - Dos Recursos Financeiros.

c) Regimento Escolar e as diretrizes curriculares nacionais

Vamos encontrar farta matéria regimental nas diretrizes curriculares nacionais, providas do Conselho Nacional de Educação, como instrumento mandatário *"de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização pedagógica e curricular de cada unidade escolar integrante dos diversos sistemas de ensino"*. (Resolução CNE/CEB-2/98, art. 2.º e Resolução CNE/CEB-3/98, art. 1.º). Quase todos os artigos desses instrumentos normativos constituem matéria essencial para a elaboração da Proposta Político-pedagógica, da Matriz Curricular e do próprio Regimento das instituições educacionais. Apenas como exemplo destacamos na Resolução CNE/CEB-3/98:

"Art. 14. Caberá, respectivamente, aos órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino o estabelecimento de normas complementares e políticas educacionais, considerando as peculiaridades regionais ou locais, observadas as disposições destas diretrizes."

Parágrafo único. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino deverão regulamentar o aproveitamento de estudos realizados e de conhecimentos constituídos tanto na experiência escolar como na extra-escolar."

d) Regimento Escolar e a Lei Federal n.º 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente

A elaboração de Regimento Escolar, em se tratando de Educação Básica, jamais poderá omitir ou desvirtuar o sentido das regras constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu texto geral, com alguns destaques unicamente a título de exemplo:

"Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor."

"Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;*
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;*
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;*

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência."

"Art. 55. Os pais ou o responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino."

"Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência."

"Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura."

"Art. 143. É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco e residência."

"Art. 232. Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento:

Pena - Detenção de seis meses a dois anos.

"Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - Multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência."

e) Regimento Escolar e a Lei Federal n.º 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor

O cliente de serviços educacionais, em sua relação com as instituições de ensino, na esfera privada ou pública, deve ter seus direitos consumeristas assegurados na forma das leis gerais e desse código específico. Essa relação de direitos e obrigações passa a ser matéria regimental, considerando o Regimento como Constituição interna, tornando-se suas determinações lei entre as partes, desde que não se incorra na transgressão de princípios de ordem pública. Hão de ser observadas, entre outras, as seguintes prescrições:

- I - Direitos do consumidor (arts. 1.º-7.º);
- II - Responsabilidade por vício do produto ou serviço (art. 14 e arts. 20-28);
- III - Publicidade de serviços (arts. 30-38);
- IV - Práticas abusivas (arts. 39-44);
- V - Proteção contratual (arts. 46-54);
- VI - Sanções administrativas (arts. 55-60);
- VII - Infrações penais (arts. 61-80);
- VIII - Defesa do consumidor em juízo (arts. 81-110).

f) Regimento Escolar e a legislação sobre matrícula, transferência e anuidades nos estabelecimentos particulares de ensino

Quando a relação pai, aluno e escola envolver instituições privadas de ensino, o Regimento Escolar não poderá prescindir das determinações legais específicas, constantes da Lei n.º 9.870, de 23 de novembro de 1999, além de Medidas Provisórias posteriores. Sem prejuízo da importância do texto integral dessa legislação, transcreveremos alguns artigos cujo teor os Regimentos deverão acolher.

Artigos da Lei n.º 9.870/99:

"Art. 1.º O valor das anuidades ou das semestralidades escolares do ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior será contratado nos termos desta Lei, no ato da matrícula ou da sua renovação, entre o estabelecimento de ensino e o aluno, o pai do aluno ou o responsável."

§1.º O valor anual ou semestral referido no caput deste artigo deverá ter como base a última parcela da anuidade ou da semestralidade legalmente fixada no ano anterior, multiplicada pelo número de parcelas do período letivo.

"Art. 2.º O estabelecimento de ensino deverá divulgar, em local de fácil acesso ao público, o texto da proposta de contrato, o valor apurado na forma do art. 1.º e o número de vagas por sala-classe, no período mínimo de quarenta e cinco dias antes da data final para matrícula, conforme calendário e cronograma da instituição de ensino."

"Art. 5.º Os alunos já matriculados, salvo quando inadimplentes, terão direito à renovação das matrículas, observado o Calendário Escolar da instituição, o Regimento da escola ou cláusula contratual."

"Art. 6.º São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplimento, sujeitando-se o contratante, no que

couber, às sanções legais e administrativas, compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor e com os arts. 177 e 1092 do Código Civil Brasileiro, caso a inadimplência perdure por mais de noventa dias."

§1.º Os estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior deverão expedir, a qualquer tempo, os documentos de transferência de seus alunos, independentemente de sua inadimplência ou da adoção de procedimentos legais de cobranças judiciais.

§2.º São asseguradas em estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio as matrículas dos alunos cujos contratos celebrados por seus pais ou responsáveis para a prestação de serviços educacionais tenham sido suspensos em virtude de inadimplemento, nos termos do caput deste artigo.

§3.º Na hipótese de os alunos a que se refere o §2.º ou seus pais ou responsáveis não terem providenciado a sua imediata matrícula em outro estabelecimento de sua livre escolha, as Secretarias de Educação estaduais ou municipais deverão providenciá-la em estabelecimento de ensino da rede pública, em curso e série correspondentes aos cursados na escola de origem, de forma a garantir a continuidade de seus estudos no mesmo período letivo e a respeitar o disposto no inciso V do art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente."

Medida Provisória superveniente modificou essa lei, conforme se transcreve a seguir, por ser o assunto matéria regimental de relevante interesse para uma considerável fatia da comunidade educacional.

Artigos da Medida Provisória n.º 1.968-9, de 26 de julho de 2000:

"Art. 1.º O art. 1.º da Lei n.º 9.870, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§3.º e 4.º, renumerando-se os atuais §§3.º e 4.º para §§5.º e 6.º

§3.º Poderá ser acrescido ao valor total anual de que trata o §1.º montante proporcional à variação de custos a título de pessoal e de custeio, comprovado mediante apresentação de planilha de custo, mesmo quando essa variação resulte da introdução de aprimoramento no processo didático-pedagógico.

§4.º A planilha de que trata o parágrafo anterior será editada em ato do Poder Executivo.

"Art. 2.º O art. 6.º da Lei n.º 9.870, de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte §1.º renumerando-se os atuais §§1.º, 2.º e 3.º para §§2.º, 3.º e 4.º.

§1.º O desligamento do aluno por inadimplência somente poderá ocorrer ao final do ano letivo ou, no ensino

superior, ao final do semestre letivo quando a instituição adotar o regime didático semestral."

g) Regimento Escolar e a legislação do Conselho Estadual de Educação

A Resolução CEE-050/88 revogou toda a legislação emanada deste Conselho em referência a Regimento Escolar, em especial as Resoluções 163/74, 200/74, 215/74 e 1455/85. No art. 9.º, a citada Resolução 050/88 determina:

"Art. 9.º No exame do Regimento, o órgão competente verificará se estão observadas as prescrições legais e definidas as diversas opções admitidas em lei, orientando-se pelo roteiro anexo, que integra a presente Resolução como instrumento de trabalho, embora sem obrigatoriedade de sua ordenação formal."

O Roteiro a que se refere o texto normativo indica sete títulos: "I - Disposições Preliminares; II - Objetivos e Finalidades; III - Organização Administrativa; IV - Organização Didática; V - Organização Disciplinar; VI - Órgãos Auxiliares; VII - Disposições Gerais e Transitórias."

Como está pontuado nesse artigo 9.º, o Roteiro não deve ser uma camisa-de-força, e sim um instrumento de orientação "sem obrigatoriedade de sua ordenação formal".

Na legislação pós-LDB, vamos encontrar referências expressas sobre Regimento Escolar na Resolução CEE-127/97, No Regimento Interno e no Parecer CEE-134/2000, da lavra da eminente Conselheira Zélia Chequer Freire de Souza, que trata de diretrizes regimentais básicas para as escolas públicas estaduais.

g.1) Resolução CEE-127/97

"Art. 3.º. Para adequar-se à Lei 9.394/96 e aos dispositivos desta Resolução, as instituições escolares de Educação Básica promoverão sua reorganização administrativa e didática, definidas na proposta pedagógica e no Regimento Escolar."

§1.º...

§2.º Será facultada à rede pública de ensino, e quando organizadas em rede com a mesma mantenedora, a elaboração de regimento comum, que contenha os dispositivos gerais, aos quais cada estabelecimento poderá acrescentar uma parte diversificada, contemplando aspectos do seu projeto pedagógico e outros do seu particular interesse."

Essa Resolução estabelece que, respeitadas suas indicações, deverão ser disciplinados pelo Regimento Escolar, entre outros assuntos: adoção pela escola de formas alternativas de organização administrativa e pedagógica; classificação e reclassificação de alunos; organização de classes de aceleração; aproveitamento de

estudos; estudos de recuperação, inclusive recuperação paralela; proibição, na Educação Básica, da transferência de alunos após o início do processo de avaliação da última unidade letiva; regime de dependência a partir da 5.^a série e em até três disciplinas; etc.

Embora se recomende a leitura integral da citada Resolução CEE-127/97, há de se destacar o artigo 18, por introduzir mudança de paradigma:

"Art. 18. Caberá a cada instituição de ensino expedir diplomas, certificados de conclusão de curso, históricos escolares e declaração de conclusão de série, dentre outros documentos.

Parágrafo único. Os diplomas das habilitações profissionais, inclusive os referentes aos cursos de formação para o magistério em nível médio, serão registrados em órgão próprio do sistema estadual de ensino, definido pelo Conselho Estadual de Educação."

g.2) Regimento Interno do CEE-BA

Ao enumerar as competências da Câmara de Educação Básica, o Regimento deste Conselho estabelece no art. 48, IV, b:

"IV - emitir parecer conclusivo em processos de:

a) ...

b) aprovação dos regimentos escolares das instituições de ensino a que se refere o caput, podendo delegar essa competência à Secretaria da Educação do Estado da Bahia."

g.3) Parecer CEE-134/2000

Em resposta a Consulta da SEC-BA, o indicado Parecer relaciona requisitos essenciais para elaboração dos regimentos escolares dos estabelecimentos da rede estadual de ensino e, entre eles, transcrevemos a título de exemplo:

"À matéria avaliação foram dedicados três capítulos específicos. O Cap. I define-a como sendo um processo de caráter investigativo e cumulativo que objetiva o aprimoramento da qualidade da educação, devendo ocorrer internamente através de processo organizado pela escola e, externamente, pelos órgãos regionais e centrais; o Cap. II trata da avaliação institucional, enquanto o III é reservado à avaliação do processo ensino-aprendizagem, cuja sistemática deve estar definida no regimento escolar. Neste capítulo são apresentadas as bases da avaliação: ação diagnóstica, ação processual, ação cumulativa e ação participativa. Prevêem-se estudos de recuperação paralelos ao período letivo em caso de rendimento escolar insuficiente, como também após o término do ano letivo. Determina-se, também, a dependência em até três disciplinas da série anterior para aquele aluno que, da 5.^a à 8.^a série do ensino fundamental e até a última série do ensino médio, não alcance a progressão plena em todas as disciplinas."

Espera-se haver contribuído, neste trabalho, para esclarecer que o Regimento Escolar deve ser compreendido como processo dinâmico, e não como produto estático. É por isso mesmo que a legislação facilita a reforma dos regimentos escolares, cujas inovações poderão ser aplicadas imediatamente, após a anotação do pedido no Protocolo da SEC-BA ou do Conselho Estadual de Educação, exceto nas postulações que (mais uma vez convém repetir) descumprirem princípios de ordem pública.

Referências básicas:

- (1) MEIRELES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*, 24.^a ed., pág. 164. São Paulo, Malheiros Editores, 1990;
- (2) Idem, pág. 165;
- (3) Constituição Federal;
- (4) Constituição do Estado da Bahia;
- (5) Legislação educacional federal;
- (6) Legislação educacional do Estado da Bahia;
- (7) Normas do Conselho Estadual de Educação (BA);
- (8) Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n.º 8.069/90
- (9) Código de Defesa do Consumidor - Lei n.º 8.078/90;
- (10) Legislação federal sobre mensalidades escolares.

INTERDISCIPLINARIDADE E A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI⁽¹⁾

José Nilton Carvalho Pereira

Qualquer releitura crítica das sombrias ocorrências que marcaram a Segunda Guerra Mundial permite confirmar que o cientificismo puro (o Mecanicismo, o Positivismo, o Materialismo) estava ali superado, o que já se discutia desde o final do século XIX. A simples recordação dos trágicos acontecimentos de Hiroshima e Nagasáki permite a ilação de que o desenvolvimento científico, praticado que era de forma excludente, levaria a humanidade à destruição. E, depois que as denominadas Ciências Naturais, destruísem a humanidade, protegidas pelo isolacionismo em que prosperavam, para que servissem as Ciências Naturais? A grande bomba não foi a que caiu em Hiroshima, e sim a que começou a germinar no coração dos homens, durante a Guerra Fria, adubada pelo medo real e iminente de extinção da espécie.

A partir dessas ocorrências, uma nova consciência começou a ganhar forma e conteúdo. Era necessário e urgente reintegrar as Ciências da Natureza às Ciências Humanas, divorciadas no passado, por força de vaidades cartesianas e iluministas. Tornou-se progressivamente necessário o casamento indissolúvel da Matemática, Física, Química e Biologia com a Filosofia, Sociologia, Antropologia, Ética, Política, História, Geografia, gestão ambiental, desenvolvimento sustentado, etc. Daí recuperou-se o princípio da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, perdido desde o século XVII, na mente dos homens e na frieza científica dos laboratórios. Assim, a escola do século XXI deverá ajudar a formar pessoas que associem razão e sensibilidade, conhecimento lógico e competência emocional.

O próprio Einstein, fugindo a pseudoconceitos positivistas do século passado, dizia, do alto de sua sabedoria multidisciplinar, que a imaginação é mais importante que o conhecimento. E é verdade. Se não fosse a imaginação, a espécie humana estaria sempre ameaçada de extinção e habitaria ainda próximo à caverna, em permanente guerra civil, por excesso de gente e falta de caverna.

Chamamos à pauta a qualificada e merecidamente festejada prof.^a Guiomar Namó de Melo, em artigo

publicado na Folha de São Paulo, de que extraímos as seguintes passagens:

"É preciso reconhecer que, para a maioria das crianças que estão nascendo neste final de milênio, a escola não será a única (nem, talvez, a mais legítima) fonte de informações. (...)

"Construir sentidos com base no conhecimento poderá ser a tarefa mais nobre da escola na sociedade da informação." (...)

"A construção de sentidos na escola terá de ser, cada vez mais, interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar. Projetos de estudo ou trabalho que integram várias disciplinas, tradicionalmente considerados "extracurriculares", deverão tornar-se, mais do que nunca, "curriculares". Essa será uma das estratégias para sintonizar o currículo com o conhecimento contemporâneo, que está ultrapassando as fronteiras disciplinaristas rígidas do paradigma científico legado pelo século 19." (...)

"Acessar e adquirir conhecimento pode ser um ato solitário. A construção de sentidos implica negociá-los com o outro: familiares, amigos, professores ou interlocutores anônimos dos textos e dos meios de comunicação." (...) ⁽²⁾

Alerta a prof.^a Guiomar que a aquisição do conhecimento "pode ser um ato solitário", mas "a construção de sentidos implica negociá-los com o outro". É corretíssimo, e aí está um dos grandes paradoxos da globalização, que torna o planeta uma simples aldeia, mas isola o ser humano e promove a (des)construção da criatividade, que depende de grupos, e não apenas de indivíduos isolados. Um filósofo já alertou para esse contraste: a matriz da criação na fonte primária é o grupo, e não o indivíduo.

Aí está semeada uma das grandes armadilhas da iminente sociedade digital, mas é para conviver nela e

com ela que as escolas deverão educar nossos filhos e as próximas gerações. Há muitas décadas, já dizia o gigante poeta Cassiano Ricardo, que "*o encanto ótico tornou o pranto (ex)ótico*", cumprindo uma missão da arte que é anunciar o que virá. É indispensável que se constate o óbvio: na sociedade digital, ou se mudam as premissas, ou a criatividade humana entrará em recesso, de forma cada vez mais regressiva.

Nesse cenário é que se situa a escola de educação básica como protetora do grupo e das ações coletivas, com a missão, entre outras, de implementar os quatro pilares defendidos pela UNESCO para a Educação do século XXI: **a) aprender a conhecer** (ou aprender a estudar, ou aprender a aprender); **b) aprender a fazer** (preparação para o trabalho e para a vida social, em sentido genérico); **c) aprender a ser** (ou aprender a conhecer a si mesmo para a mais completa realização como ser humano); **d) aprender a conviver** (ou aprender a conhecer o outro, ou a valorizar a multiplicidade cultural da espécie humana, ou a desenvolver e aprimorar, continuamente, a identidade emocional, unindo pessoas e comunidades).

É aí que deve intervir a escola como estimuladora de habilidades permanentes, na valorização das diversas competências que, formando um arco-íris, constituirão o cenário de uma sala de aula no futuro, variando desde o segmento lógico-racional à inteligência lingüística, abrangendo, sem prejuízo de ordem, a inteligência espacial e visual, corporal, sensitiva, musical e de valorização ambiental; ou ainda a inteligência interpessoal e intra-pessoal, tudo isso polarizado no plano espiritual e corporal, por permanente articulação conceitual e relacional, analítica e organizacional.

Além da Interdisciplinaridade, as novas diretrizes curriculares nacionais, aprovadas a partir de abril de 1998, já apontam outros antídotos contra as armadilhas da necessária porém contraditória sociedade digital: a Contextualização, a Ética da Identidade e a Ética da Diversidade. A Contextualização é poderosa ferramenta contra a alienação, quando destaca a realidade sociopolítica do educando, preparando-o para vivenciar os conhecimentos adquiridos de forma integrada (sem a solidão das disciplinas rígidas que compunham o universo da escola antiga, estruturada no figurino positivista); a Ética da Identidade realça o conhecer a si mesmo, incorporando toda a escala de valores locais e regionais, como dimensão da expressão individual em

contínua expansão para um universo globalizado; finalmente, a Ética da Diversidade valoriza o outro: abrange o aprender a conviver, com ênfase nas manifestações multiculturais dessa grande e pequena aldeia cada vez mais virtual, que destrói as fronteiras dos estados nacionais numa velocidade alucinante, sem parâmetro com qualquer líder militar de inspiração napoleônica, e usando apenas armas silenciosas como a *Internet*. Urge, pois, (des)construir e reconstruir a escola, articulando o conhecimento à vida cidadã.

(1) Breve introdução do Parecer CEE-BA, aprovado em 4/10/1999, integrante do Processo n.º 745/99, que a respectiva Secretaria da Educação do Estado da Bahia encaminhou ao Conselho, com o objetivo de Reforma do Ensino Médio (PEM-BA) e adequação às novas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica, providas do Conselho Nacional de Educação, com publicação a partir de abril de 1988.

(2) MELO, Guiomar Namó de. In: *Folha de São Paulo*, 16/10/1998, Opinião, p. 3.

ESTATUTO DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

(ADAPTADO À REFORMA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DE 16/05/1997)

Capítulo I

Natureza, Sede, Foro e Duração

Art. 1º - A Academia Baiana de Educação, fundada em 09 de setembro de 1982, associação cultural sem fins lucrativos, com sede e foro na Cidade de Salvador. Capital do Estado da Bahia e prazo de duração indeterminado, reger-se-á pelas disposições deste Estatuto, normas regimentais que adotar e demais dispositivos legais aplicáveis.

Parágrafo Único - A Instituição, que funcionou regularmente desde a supracitada data, passa a ter personalidade jurídica a partir do registro deste Estatuto.

Capítulo II

Finalidade e Competência

Art. 2º - A Academia tem por finalidade estudo e pesquisa, definição e interpretação dos fatos, fenômenos e problemas da educação e ensino na sua acepção geral, competindo-lhe, como órgão de cooperação cultural, consultas, incentivos, promoções e realizações no campo educacional:

- I - manter intercâmbio com as congêneres nacionais e estrangeiras, demais instituições e órgãos culturais, oficiais e particulares, relacionados com a educação e o ensino;
- II - cultuar os fatos da educação e da memória, vida e obra de seus patronos, de titulares falecidos e de outras figuras e vultos da educação e do ensino;
- III - promover cursos próprios ou em convênio, de pós-graduação, aperfeiçoamento, atualização e especialização, sobre educação e ciências pedagógicas, nos seus vários graus ou níveis;
- IV - promover conferências, congressos e atividades outras que visem a elevar e melhorar nossos padrões culturais e de ensino;
- V - instituir prêmios a serem atribuídos a estabelecimentos de ensino da rede pública ou privada e a profissionais de educação;
- VI - adotar iniciativas e realizações outras que signifiquem preparação pedagógica ativa para a vida social, inclusive de consultoria sobre assuntos de pedagogia e de educação.

Capítulo III

Constituição do quadro e provimento das cadeiras

Art. 3º - A Academia Baiana de Educação é constituída de 40 (quarenta) cadeiras, ocupadas por membros titulares, tendo cada uma delas um patrono, que tenha sido educador, professor ou estudioso de fatos e problemas da educação na Bahia.

§ 1º - Haverá um quadro especial de 5 (cinco) membros eméritos, a ser preenchido, com a prévia aquiescência dos indicados, por membros titulares que tenham mais de 70 (setenta) anos de idade e pertençam há mais de 10 (dez) anos à Academia, e que tenham colaborado ativamente para o desenvolvimento e o renome do sodalício, ficando vaga, com cada escolha, a correspondente cadeira de membro titular.

§ 2º - A Academia terá, ainda, as categorias de sócios beneméritos, benfeitores, honorários, colaboradores e correspondentes.

§ 3º - O provimento das diversas categorias de membros e sócios da Academia será feito na forma disposta no seu Regimento Interno.

§ 4º - Sem prejuízo do número de vagas estipulado no § 1º, são considerados membros eméritos "in memoriam" os sócios fundadores Hermano José de Almeida Gouveia Neto, Antonino de Oliveira Dias e

Raymundo José da Matta, podendo a Academia conceder o mesmo título a outros membros titulares falecidos que se tenham destacado por especiais serviços prestados à instituição.

Art. 4º - São membros fundadores os que, em número de nove (9), criaram a Academia Baiana de Educação, constando da relação que se segue: Raymundo Nonato de Almeida Gouveia, Edivaldo Machado Boaventura, Antônio Pithon Pinto, José Newton Alves de Souza, Hermano José de Almeida Gouveia Neto, Remy Pompílio de Souza, Adroaldo Ribeiro Costa, Antonino de Oliveira Dias e Raymundo José da Matta.

§ 1º - São membros da Academia os membros titulares e eméritos admitidos.

§ 2º - Será considerado renunciatário o membro da Academia que, sem motivo justificado, a juízo da Assembléia Geral, faltar a 2/3 (dois terços) da sessões durante 1 (um) ano ou deixar de pagar a anuidade por igual período, competindo à Diretoria dar eficácia ao disposto neste parágrafo.

Capítulo IV

Administração da Academia

Art. 5º - São órgãos da Academia:

- a) a Diretoria;
- b) a Assembléia Geral.

Art. 6º - A Diretoria é constituída dos seguintes membros.

1. Presidente
2. Vice - Presidente
3. Primeiro Secretário
4. Segundo Secretário
5. Tesoureiro
6. Diretor da Revista e da Biblioteca
7. Diretor do Museu Pedagógico e do Arquivo

Art. 7º - A Diretoria será eleita por um período de dois (2) anos, podendo ser reeleita total ou parcialmente e exercerá o seu mandato gratuitamente.

§ 1º - As vagas ocorridas em cargos da Diretoria, no primeiro ano do mandato, serão preenchidas por eleição e as ocorridas no segundo serão preenchidas pela Diretoria.

§ 2º - A eleição da Diretoria será feita no penúltimo mês do seu mandato.

§ 3º - As atribuições e obrigações da Diretoria serão definidas no Regimento.

§ 4º - A diretoria apresentará relatório circunstanciado no início de cada ano.

Art. 8º - As sessões da Academia serão instaladas com o mínimo de 5 (cinco) membros presentes, entre titulares e eméritos, só podendo deliberar com o mínimo de 9 (nove) membros das referidas categorias.

Art. 9º - A Assembléia Geral será constituída pelos membros titulares e eméritos, só podendo deliberar com a presença, em primeira convocação, da maioria absoluta e, em segunda convocação, da maioria dos presentes, respeitado o disposto no artigo anterior.

Art. 10º - A Academia deverá manter-se, financeiramente, com a contribuição dos seus associados, doações, renda de cursos e de outras atividades e fontes de receita, sendo que, enquanto não tiver sede própria, fará as suas reuniões em locais condignos, cedidos ou alugados.

Parágrafo Único - A aplicação de suas rendas será para fins desta instituição no território nacional.

Capítulo V

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 11º - A Diretoria é responsável pelas obrigações e resoluções tomadas por maioria, cabendo ao seu presidente representá-la, na forma do Regimento.

Art. 12º - Em caso de dissolução da Academia, os seus bens e valores serão entregues ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ou a entidade congênera.

Art. 13º - A Academia reunir-se-á em sessões ordinárias e extraordinárias, da Diretoria e da Assembléia, ou em sessões públicas, comemorativas e de posse, bem assim reservadas.

Parágrafo Único - Os meses de dezembro, janeiro e fevereiro serão considerados de recesso, podendo haver convocação especial.

Art. 14º - O presente estatuto deverá ser regulamentado por um regimento, no prazo máximo de 6 (seis) meses, aprovado pela Assembléia Geral, e so-

mente poderá ser modificado pela maioria absoluta dos membros eméritos e titulares, por proposta da Diretoria ou da referida Assembléia.

Art. 15º - O extrato do presente Estatuto será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de registro em Cartório e demais providências pertinentes.

Art. 16º - Até o final do seu mandato, a Diretoria eleita para o biênio 1996/1998 permanecerá constituída pelos cargos para os quais foram eleitos os atuais ocupantes.

REGIMENTO DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

TÍTULO PRIMEIRO

DA ADMINISTRAÇÃO DA ACADEMIA

Capítulo I

Da Admissão de Acadêmicos

Art. 1º - A admissão de membro titular da Academia está sujeita às seguintes condições:

a) ser brasileiro, nato ou naturalizado, educador, professor ou especialista em educação, com experiência e amplos serviços prestados à causa, ter domicílio no Estado da Bahia e possuir idoneidade moral e científico-cultural;

b) ser escolhido na forma de processo específico, composto das seguintes etapas:

1 - Decorridos 30 (trinta) dias da declaração de vacância da cadeira, a Academia reunir-se-á em sessão adremente convocada, com a presença mínima de 9 (nove) membros titulares e eméritos, quando será facultado a cada acadêmico indicar, em envelope fechado, o nome de sua preferência para preenchimento da vaga:

2 - Os membros titulares que se encontrarem impossibilitados de comparecer à sessão referida no item anterior poderão encaminhar as suas indicações ao Presidente da Academia, em envelopes fechados;

3 - Apuradas imediatamente as indicações, será organizada lista dos nomes que tiverem obtido pelo menos 3 (três) preferências, para fins de votação.

4 - Após 30 (trinta) dias da organização da lista, em sessão com a presença mínima de titulares e eméritos exigida pelo estatuto, proceder-se-á, através de voto secreto, à eleição do novo membro, em até 3 (três) escrutínios, sendo escolhido aquele que obtiver a maioria absoluta dos votos dos acadêmicos presentes.

5 - Somente será feita a proclamação do nome eleito após sua aceitação, por escrito, ao receber comunicação feita pelo Presidente.

6 - Continuará vaga a cadeira, caso nenhum nome tenha alcançado, após os 3 (três) escrutínios, a

maioria absoluta dos votos. ou no caso de recusa pelo escolhido.

Art. 2º - O membro emérito será escolhido pela Assembléia Geral. dentre os membros titulares. mediante a indicação de, pelo menos, dez (10) membros titulares e eméritos. atendido o disposto no parágrafo primeiro do art. 3º do Estatuto.

Parágrafo Único - O membro emérito manterá os mesmos direitos e prerrogativas do titular, estando dispensado, a seu critério, das anuidades e freqüência às sessões.

Art. 3º - Só poderão ser membros correspondentes personalidades de comprovado mérito, que residam e tenham domicílio fora de Salvador, nacionais ou estrangeiros, por proposta de pelo menos dez (10) titulares e mediante aprovação da Assembléia Geral.

Art. 4º - Só poderão ser membros honorários educadores de notável saber em pedagogia e educação, nacionais ou estrangeiros, por proposta de pelo menos (20) vinte titulares e mediante aprovação da Assembléia Geral.

Art. 5º - A particulares e instituições que fizerem donativos à Academia ou tenham prestado serviços de alta relevância à entidade. serão conferidos diplomas de benfeitores ou de beneméritos.

Capítulo II

Das Atribuições da Diretoria

Art. 6º - Ao Presidente compete:

- a) zelar pelos interesses da Academia e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento e as resoluções da Diretoria;
- b) convocar e presidir as sessões da Academia, enunciando a ordem do dia e dirigindo os trabalhos;
- c) manter a disciplina nas discussões, não permitindo que os debates tomem caráter pessoal;
- d) representar a Academia em juízo e em qualquer ato ou solenidade, podendo fazer-se substituir por outro acadêmico que para esse fim designar;
- e) apresentar relatório anual das atividades da Academia;
- f) nomear e demitir o pessoal administrativo da Academia e, *ad referendum* da Assembléia Geral, resolver os casos urgentes não previstos no Estatuto;
- g) autorizar, de acordo com a Diretoria, o pagamento das despesas extraordinárias e ordenar as de caráter urgente;
- h) nomear, quando se fizer necessário, comissões especiais de acadêmicos;

- i) designar a secção a que irá pertencer o novo académico, observada a sua formação, especialidade, vivência e experiência pedagógica;
- j) rubricar todos os livros e documentos da Academia, assinar as atas das sessões, os diplomas, representações, despachos e o expediente dirigido às autoridades e instituições;
- k) movimentar conjuntamente com o tesoureiro os fundos e as contas bancárias.

Parágrafo Único - Nas votações o Presidente terá o voto de qualidade, além do de membro titular, exceto para as de eleição dos cargos da Diretoria e de novos titulares.

Art. 7º - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Parágrafo Único - No exercício da Presidência, exercerá, o Vice-Presidente as prerrogativas e atribuições do Presidente.

Art. 8º - Ao Primeiro Secretário compete:

- a) manter e desenvolver as relações da Academia;
- b) promover a distribuição das publicações da Academia;
- c) auxiliar o Presidente nas providências de ordem administrativas, supervisionando o pessoal;

- d) expedir os diplomas dos membros da Academia, de qualquer categoria, subscrevendo-os, juntamente com o Presidente;
- e) assinar o expediente, comunicando aos interessados, em nome do Presidente, a realização das reuniões da Academia;
- f) substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- g) organizar e manter em dia o quadro social, encaminhando para publicação na Revista a lista de todos os membros e indicando ao Presidente as vagas a preencher;
- h) fornecer ao Presidente os elementos para o relatório anual.

Art. 9º - Ao Segundo Secretário compete:

- a) apresentar e ler em sessão o expediente;
- b) ter sob sua responsabilidade os livros de atas e presenças;
- c) substituir o Primeiro Secretário em suas faltas e impedimentos e auxiliá-lo em suas funções;
- d) redigir as atas de todas as sessões.

Art. 10º - Ao Tesoureiro compete:

- a) zelar pelo caixa e pelo patrimônio da Academia;
- b) cobrar e receber toda a renda da Academia, tendo sob sua guarda valores em moeda ou títulos e realizar despesas para o que for autorizado pelo Presidente;

- i) designar a secção a que irá pertencer o novo académico, observada a sua formação, especialidade, vivência e experiência pedagógica;
- j) rubricar todos os livros e documentos da Academia, assinar as atas das sessões, os diplomas, representações, despachos e o expediente dirigido às autoridades e instituições;
- k) movimentar conjuntamente com o tesoureiro os fundos e as contas bancárias.

Parágrafo Único - Nas votações o Presidente terá o voto de qualidade, além do de membro titular, exceto para as de eleição dos cargos da Diretoria e de novos titulares.

Art. 7º - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Parágrafo Único - No exercício da Presidência, exercerá o Vice-Presidente as prerrogativas e atribuições do Presidente.

Art. 8º - Ao Primeiro Secretário compete:

- a) manter e desenvolver as relações da Academia;
- b) promover a distribuição das publicações da Academia;
- c) auxiliar o Presidente nas providências de ordem administrativas, supervisionando o pessoal;

- d) expedir os diplomas dos membros da Academia, de qualquer categoria, subscrevendo-os, juntamente com o Presidente;
- e) assinar o expediente comunicando aos interessados, em nome do Presidente, a realização das reuniões da Academia;
- f) substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- g) organizar e manter em dia o quadro social, encaminhando para publicação na Revista a lista de todos os membros e indicando ao Presidente as vagas a preencher;
- h) fornecer ao Presidente os elementos para o relatório anual.

Art. 9º - Ao Segundo Secretário compete:

- a) apresentar e ler em sessão o expediente;
- b) ter sob sua responsabilidade os livros de atas e presenças;
- c) substituir o Primeiro Secretário em suas faltas e impedimentos e auxiliá-lo em suas funções;
- d) redigir as atas de todas as sessões.

Art. 10º - Ao Tesoureiro compete:

- a) zelar pelo caixa e pelo patrimônio da Academia;
- b) cobrar e receber toda a renda da Academia, tendo sob sua guarda valores em moeda ou títulos e realizar despesas para o que for autorizado pelo Presidente;

- c) dar quitação dos valores, quando de direito;
- d) arquivar todos os documentos relativos às finanças e à contabilidade da Academia;
- e) mandar escriturar, em livros próprios, a receita e à despesa da Academia;
- f) apresentar à Diretoria balancetes anuais.

Art. 11º - Ao Diretor da Revista e da Biblioteca compete:

- a) coletar e organizar o material para a publicação da Revista e do Boletim da Academia, responsabilizando-se pela respectiva obediência aos critérios e normas pertinentes;
- b) organizar a biblioteca da Academia, que deverá conter, principalmente, trabalhos e documentos relacionados com a educação baiana;
- c) controlar as atividades da Biblioteca, inclusive o fichário;
- d) viabilizar a consulta do acervo da biblioteca aos membros da Academia, bem como a outras pessoas e instituições interessadas;
- e) contactar livrarias, editoras e outras instituições, visando a angariar publicações e doações para constituir o acervo da biblioteca.

Art. 12º - Ao Diretor do Museu Pedagógico e do Arquivo compete:

- a) Organizar o acervo museológico da Academia, coletando material pedagógico, documentos, objetos, fotografias, vídeos e publicações de importância histórico-educacional;

- b) Organizar a documentação e a nomenclatura biográfica dos grandes educadores.

Capítulo III

Dos Direitos e Deveres

Art. 13º - São direitos dos membros titulares e eméritos:

- a) votar e ser votado, de acordo com o Estatuto e o Regimento;
- b) frequentar as sessões, apresentar trabalhos, participar dos debates em plenário e encaminhar para publicação na Revista trabalhos de interesse pedagógico, obedecendo suas normas e critérios.

Art. 14º - São deveres dos membros titulares e eméritos:

- a) respeitar e fazer respeitar o Estatuto e o Regimento, prestigiar a Diretoria e zelar pelo bom nome da Academia;
- b) desempenhar os encargos e funções para os quais forem designado pela Presidência;
- c) frequentar com assiduidade as sessões da Academia, observado o disposto no parágrafo único do art. 2º deste Regimento;
- d) contribuir financeiramente para custeio das atividades da Academia.

Art. 15º - É direito do membro correspondente e honorário frequentar e corresponder-se com a Academia.

Art. 16º - É dever dos membros, correspondentes e honorários contribuir, por todos os modos, para o progresso e engrandecimento da Academia.

Art. 17º - Os membros, correspondentes e honorários, não terão direito a voto, nem podem ser votados.

TÍTULO SEGUNDO

Das Sessões da Academia

Art. 18º - A Academia Baiana de Educação realizará sessões ordinárias e extraordinárias, públicas e reservadas.

§ 1º - As sessões ordinárias serão realizadas 1 (uma) vez por mês, em dia, hora e local previamente determinados, observado o estabelecido nos Arts. 8º e 9º do Estatuto:

- a) não havendo número legal, a mesa tomará conhecimento dos assuntos urgentes e o Secretário registrará o ocorrido;
- b) havendo número legal, o Presidente abrirá a sessão, que constará de leitura, votação e aprovação da ata da sessão anterior, de expediente e ordem do dia;
- c) os apartes serão concedidos desde que o orador permita;

d) os que falarem no expediente poderão usar da palavra uma vez e durante 5 (cinco) minutos, no máximo;

e) as moções serão apresentadas ao plenário assinadas pelo menos por 10 (dez) acadêmicos.

§ 2º - As sessões extraordinárias, que se realizarão por motivo de ordem superior ou para a eleição da Diretoria, serão convocadas pelo Presidente, observado o disposto nos Artigos 8º e 9º do Estatuto.

§ 3º - As sessões públicas serão realizadas:

- a) no dia 9 de setembro de cada ano, para celebrar a data de criação da Academia;
- b) na posse de novos acadêmicos;
- c) no elogio dos acadêmicos falecidos;
- d) quando a conveniência indicar, a juízo do Presidente.

§ 4º - Nas sessões solenes, deverá ser usado traje adequado à natureza do evento.

§ 5º - Quando a natureza do assunto o exigir, a Academia reunir-se-á em sessões reservadas tomando parte apenas os membros titulares.

TÍTULO TERCEIRO

DA CONSTITUIÇÃO DA ACADEMIA

Capítulo I

Da votação, Eleição e Posse

Art. 19º - As votações serão por escrutínio secreto.

Art. 20º - Para a eleição de novo membro titular, observado o disposto no Art. 1º deste regimento, a votação será por escrutínio secreto, cumprindo-se as seguintes determinações:

- a) o direito de voto será privativo dos membros titulares e eméritos;
- b) será permitido o voto por procuração;
- c) a posse de novo membro titular dar-se-á dentro de 60 (sessenta) dias após a eleição, salvo motivo de força maior, a juízo da Diretoria, cabendo-lhe escolher entre seus pares aquele que fará o discurso de recepção;
- a) ao ser empossado pelo Presidente, o novo membro titular fará o panegírico do respectivo patrono e dos seus antecessores e prestará o seguinte compromisso: "Prometo cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento e as resoluções desta Academia e trabalhar quanto em mim couber por seu engrandecimento e bom nome";

b) esgotado o prazo concedido na alínea "c" deste artigo, sem que o eleito tome posse, será declarada vaga a cadeira, com realização de nova eleição, na forma regimental, aplicando-se tal determinação a todos os casos em que o eleito não tenha tomado posse até a presente data, salvo motivo justificado, a critério da Diretoria.

Art. 21º - A eleição dos membros da Diretoria far-se-á por escrutínio secreto:

- a) só poderão concorrer aos cargos da Diretoria os membros titulares e eméritos em pleno gozo de seus direitos;
- b) as eleições para os cargos da Diretoria serão realizadas de 2 (dois) em 2 (dois) anos, no penúltimo mês do seu mandato;
- c) a posse da Diretoria será na sessão solene de 09 de setembro, no ano em que a mesma for eleita;
- d) as vagas que ocorrerem durante o biênio que se seguir à eleição da Diretoria serão preenchidas por eleição, salvo se faltar menos de 1 (um) ano para o término do mesmo biênio, devendo neste caso o Presidente designar o titular que deverá preencher a vaga até às próximas eleições;
- e) as eleições para os cargos da Diretoria serão realizadas 30 (trinta) dias antes do dia previsto para sua posse, em sessão extraordinária;

- f) nenhum membro titular poderá exercer cumulativamente dois cargos na Diretoria;
- g) a votação deverá estender-se por 1 (uma) hora, e em seguida será processada a apuração, para o que o Presidente designará, entre os acadêmicos, escrutinadores para a contagem dos votos, que deverão coincidir com o número de votantes, consignados em lista para este fim;
- h) o estatuído na linha acima só será aplicado à eleição dos membros titulares e eméritos e da Diretoria.

Capítulo II

Dos Patronos

Art. 22º - São considerados patronos da Academia, de acordo com o Art. 3º do Estatuto, 40 (quarenta) nomes de grandes vultos já desaparecidos da educação baiana, ou a ela intimamente relacionados, que passaram à posteridade como modelos de educadores ou de homens de notório saber pedagógico.

Parágrafo Único - As cadeiras serão numeradas cronologicamente de 1 a 40, conforme relação em anexo.

Capítulo III

Do Patrimônio

Art. 23º - O patrimônio da Academia será constituído de bens imóveis, devidamente avaliados, doações, títulos e contribuições, rendas de cursos e demais atividades, bem assim de outras receitas.

Capítulo IV

Dos Prêmios

Art. 24º - A Academia, de acordo com o Art. 2º, inciso V, do Estatuto, concederá prêmios aos autores de trabalhos de real mérito sobre Pedagogia, Psicologia de Aprendizagem, Filosofia da Educação e outras ciências correlatas.

§ 1º - Os prêmios a que se refere o artigo acima constarão do louvor acadêmico e de auxílio para publicação dos trabalhos premiados, ou de valores, especificamente, para esse fim destinados por doações.

§ 2º - Poderão concorrer aos prêmios da Academia educadores, professores e especialistas estudiosos e instituições de educação.

§ 3º - O julgamento dos trabalhos a prêmio competirá uma Comissão, designada pelo Presidente da

Academia, nos termos do Art. 2º, inciso V do Estatuto.

§ 4º - A Diretoria regulamentará a inscrição e a concessão desses prêmios.

TÍTULO QUARTO

Disposições Gerais

Art. 25º - A Diretoria exercerá suas funções gratuitamente.

Parágrafo Único - A Academia terá um quadro de funcionários, cujo número e vencimentos serão fixados pela Diretoria.

Art. 26º - A Academia poderá convidar pessoas estranhas ao seu quadro a fim de realizar conferências, sempre que tal convite envolver verdadeiro interesse científico e cultural, devendo tal proposta ser aprovada pela Diretoria.

Art. 27º - A Academia entrará em recesso durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, período em que haverá apenas reuniões da Diretoria, se esta assim deliberar.

Art. 28º - A Academia adota como lema LUCEAT LUX VESTRA (Luza vossa luz), inserido nas suas insígnias.

Art. 29º - O Estatuto e este Regimento somente poderão ser reformados mediante proposta assinada pela maioria absoluta dos membros titulares e eméritos ou da Diretoria.

Parágrafo Único - Proposta a reforma, o Presidente designará uma comissão composta de 4 (quatro) membros, escolhidos entre os titulares e eméritos, para, sob sua presidência, emitir "parecer", que deverá ser submetido à apreciação da Assembleia Geral.

Art. 30º - A Academia manterá intercâmbio com instituições co-irmãs, no campo das letras, das artes e das ciências, internacionais, nacionais, estaduais ou municipais, para o que serão organizados os devidos assentamentos.

Art. 31º - A partir da publicação e registro do Estatuto serão adotadas providências para:

- I - reconhecimento de utilidade pública nas esferas dos poderes federal, estadual e municipal;
- II - criação de subsidiárias em até 3 (três) municípios de grande porte no interior do Estado e,
- III - aquisição de sede própria.

Art. 32º - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Diretoria, *ad referendum* da Assembleia Geral.

Art. 33º - Este Regimento entra em vigor na data da sua aprovação.

**PATRONOS DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO
E ACADÊMICOS TITULARES**

Nº	PATRONO	VIDA	ACADÊMICO TITULAR
1	Abílio César Borges	1824- 1891	Ruy Simões - 1º José Simões e Silva Júnior - 2º
2	Alfredo Brito	1876-	Jair de Oliveira Santos
3	Alfredo Ferreira Magalhães	1873- 1943	Carlos Alberto Pedreira de Cerqueira-1º
4	Alípio Correia Franca	1871- 1957	José Francisco de Sá Teles
5	Alvaro Augusto da Silva	1890- 1977	Edivaldo Machado Boaventura
6	Amélia do Sacramento Rodrigues	1861- 1926	Germano Dias Machado
7	Anfrisia Santiago	1894- 1970	Remy Pompílio Fernandes de Souza
8	Anísio Spínola Teixeira	1900- 1971	Hermano José de Almeida Gouveia - 1º Maria Anália Costa Moura - 2º
9	Antonio Borges dos Reis	1859- 1952	Guimar de Andrade Florence - 1º Alírio Barboza Fernandes de Souza - 2º
10	Antonio de Castro Alves	1847- 1871	Consuelo Pondé de Senna
11	Antonio Pacífico Pereira	1846- 1902	Ângelo Lyrio Alves de Almeida
12	Arlindo Costa		Adroaldo Ribeiro Costa - 1º Bárbara Vasconcelos de Carvalho - 2º
13	Arthur de Salles	1879- 1952	Raul de Souza da Costa e Sá - 1º Elsior Moreira Alves - 2º
14	Augusto Alexandre Machado	1896- 1947	Enock Sena Souza
15	Cosme de Farias	1875- 1972	João Eurico Matta
16	Diógenes Gomes da Costa Vinhaes		Rolsle Alaor Metzker Coutinho - 1º
17	Egas Moniz Barreto de Aragão	1870- 1924	Maria Augusta de Carvalho Cruz Abdon
18	Ernesto Carneiro de Ribeiro	1839- 1920	José Newton Alves de Souza - 1º Maria Luígia Magnavita Galeffi - 2º
19	Francisco da Conceição Menezes	1896- 1959	Cid José Cavalcante Teixeira
20	Galásio de Abreu Farias	1882-	Hermano Augusto Palmeira Machado
21	Helvécio Carneiro Ribeiro	1880- 1969	Pedro Julio Barbuda - 1º Milton Almeida Rabelo - 2º
22	Henriqueta Martins Catarino	1886- 1968	Zilma Gomes Parente de Barros
23	Hugo Balthazar da Silveira	1888-	Rômulo Galvão de Carvalho - 1º Eraldo Tinoco - 2º

Nº	PATRONO	VIDA	ACADÊMICO TITULAR
24	Isaias Alves de Almeida	1888-1968	Antonio Pithon Pinto - 1º Joselice Macedo Barreira - 2º
25	João Alves Portela		Cícero Pessoa da Silva
26	João Florêncio Gomes	1846-1925	Astor de Castro Pessoa
27	José Olímpio de Azevedo	1843-1920	Thales Olímpio Góes de Azevedo - 1º Antônio Jesuino dos Santos Netto - 2º
28	Júlio Afrânio Peixoto	1876-1947	Oldegar Franco Vieira
29	Luiz da França Pinto de Carvalho		Luiz Fernando Seixas de M. Costa - 1º Hermes Teixeira de Mello - 2º
30	Luiz Gonzaga Cabral	1853-	Luiz Augusto F. Navarro de Brito - 1º Luis Henrique dias Tavares - 2º
31	Manoel Carlos Devoto	1853-	Adelmo Soares Pessoa
32	Maria Luiza de Souza Alves	1860-	Angelina Rocha de Assis - 1º Leda Jesuino dos Santos - 2º
33	Maria Romana Calmon de Bittencourt		Jorge Calmon Moniz de Bittencourt - 1º José Corgozinho Carvalho Filho - 2º
34	Paulo Fábio Dantas	1900-	Raymundo Nonato de Almeida Gouveia - 1º Fernando Floriano da Rocha - 2º José Rogério da Costa Vargens - 3º
35	Pedro Júlio Barbuda	1837-	Cassilandro Everaldo Barbuda - 1º João Fernandes da Cunha - 2º
36	Pedro Tenório de Albuquerque	1906-1982	Yeda Barradas Carneiro
37	Possidonio Dias Coelho		Francisco Pinheiro Lima Junior
38	Roberto Correia	1876-1941	Olga Pereira Mettig - 1º Marcelo Rocha - 2º
39	Rui Barbosa de Oliveira	1849-1923	Raimundo José da Matta - 1º Lafayette de Azevedo Pondé - 2º
40	Sátiro de Oliveira Dias	1844-1913	Antonino de Oliveira Dias - 1º Hildérico Pinheiro de Oliveira - 2º José Nilton Carvalho Pereira - 3º

MEMBROS EMÉRITOS DA ACADEMIA BAIANA DE EDUCAÇÃO

Bárbara Carvalho
Jorge Calmon
José Newton Alves de Souza

Oldegar Franco Vieira
Olga Pereira Metting
Raymundo Nonato de Almeida Gouveia

ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS TITULARES

ADELMO PESSOA

RUA BARÃO DE LORETO, N.º 38
GRAÇA - 40150-270
SALVADOR-BA
FONE: 247-2744

ALÍRIO FERNANDO BARBOSA DE SOUZA

RUA EDITE GAMA E ABREU, N.º 545
APT. 202 - ITAIGARA
40815-040 SALVADOR-BA
FONE: 358-5758 - T 242-7033

ANTÔNIO JESUÍNO DOS SANTOS NETO

RUA VISCONDE DE ITAMBORAÍ, N.º 109
AMARALINA - 41900-000
SALVADOR-BA
FONE: 248-0115 / FAX: 240-0461

ASTOR DE CASTRO PESSOA

RUA CAETANO MOURA, N.º 39
FEDERAÇÃO - 40210-350
SALVADOR-BA
FONE: 247-3832

BÁRBARA CARVALHO

RUA PRAIA DE ORANGE, QC17, LOTE 22
VILAS DO ATLÂNTICO - 42700-000
LAURO DE FREITAS-BA
FONE: 891-3887

CÍCERO PESSOA DA SILVA

PRAÇA PADRE ANCHIETA, N.º 126
PITUBA - 41830-380
SALVADOR-BA
FONE: 242-0994

CID TEIXEIRA

RUA DAS VIOLETAS, N.º 85
PQ. NOSSA SENHORA DA LUZ
PITUBA - 41810-080
SALVADOR-BA
FONE: 358-1089

CONSUELO PONDÉ DE SENA

AV. PRINCESA LEOPOLDINA, N.º 288
ED. MANSÃO PRINCESA LEOPOLDINA - APT. 301
GRAÇA - 40150-121
SALVADOR-BA
FONE: 336-6205

EDIVALDO MACHADO BOAVENTURA

RUA DR. JOSÉ CARLOS, 99
EDF. PARQ. DAS MANGUEIRAS, APT. 801
ACUPE DE BROTAS - 40290-040
SALVADOR-BA
FONE: 276-1242 / 8818-6199

ELSIOR MOREIRA ALVES

AV. EUCLIDES DA CUNHA, N.º 116
EDF. MANSÃO DA GRAÇA
GRAÇA - 40150-121
SALVADOR-BA
FONE: 245-7806

ENOCK SENA DE SOUZA

RUA EDITE GAMA E ABREU, N.º 53
EDF. PRIMO - APT. 1002
ITAIGARA - 41840-320
SALVADOR-BA
FONE: 358-5615 / 358-4750 / 358-5673

ERALDO TINOCO MELO

RUA VALDEMAR FALCÃO, 1821
EDF. TWENTY TOWER, APT. 901
BROTAS - 40295-001
SALVADOR-BA

FRANCISCO PINHEIRO LIMA JÚNIOR

RUA COMENDADOR HORÁCIO URPIA, N.º 4
GRAÇA - 40150-250
SALVADOR-BA
FONE: 247-0956

GERMANO DIAS MACHADO

RUA MANOEL BARRETO, N.º 688
EDF. CIDADE LARANJEIRA, APT. 102
Cep. 40150-360
SALVADOR-BA
FONE: 237-6909

GERMANO TABACOFF

AV. OCEÂNICA, N.º 2400
ONDINA APART HOTEL - APT. 107
ONDINA - 40170-010
SALVADOR-BA
FONE: 203-8351

HERMANO AUGUSTO PALMEIRA MACHADO

RUA GENERAL LABATUT, N.º 285 - APT. 1001
BARRIS - 40070-100
SALVADOR-BA
FONE: 243-2167

HERMES TEIXEIRA DE MELO
RUA PLÍNIO MOSCOSO, N.º 955
EDF. DANIEL - APT. 301
APIPEMA - 40155-020
SALVADOR-BA
FONE: 247-4338

JAIR DE OLIVEIRA SANTOS
RUA RIO DE JANEIRO, N.º 679
PITUBA - 41830-000
SALVADOR-BA
FONE: 345-4382

JOÃO EURICO MATTA
RUA PROF. EDGAR MATA, N.º 4
ONDINA - 40170-140
SALVADOR-BA

JOÃO FERNANDES DA CUNHA
FUNDAÇÃO JOÃO FERNANDES DA CUNHA
LARGO DO CAMPO GRANDE, N.º 8
CAMPO GRANDE - 40000-000
SALVADOR-BA
FONE: 329-5740 (FUNDAÇÃO) / 329-0541
RESIDÊNCIA 336-3497 / FAX: 329-5740

JORGE CALMON
RUA RUBENS CHAVES, N.º 561 - 9.º ANDAR
BARRA / APIPEMA - 40004-620
SALVADOR-BA
FONE: 245-1453

JOSÉ CARLOS ALMEIDA DA SILVA
RUA DES. BALDUÍNO DE ANDRADE, N.º 79
EDF. MANSÃO GREEN PARK - APT. 1101
CHAME-CHAME - 40000-000
SALVADOR-BA
FONE: 342-7503 / 7504

JOSÉ CARVALHO
FERBASA - FUNDAÇÃO JOSÉ CARVALHO
ESTRADA DE SANTIAGO S/N - POJUCA
POJUCA-BA - 48120-000
FONE: 845-8163

JOSÉ FRANCISCO DE SÁ TELES
RUA RENATO DE MENEZES BERENGUER, 177
APT. 1302 LOT. VELA BRANCA
PITUBA - 41830-310
SALVADOR-BA
FONE: 359-8187 / (75) 621-6353 CRUZ DAS ALMAS

JOSELICE MACEDO DE BARREIROS
RUA QUINTINO DE CARVALHO, N.º 84
EDF. VILA FLORA - APT. 1703
JARDIM APIPEMA - 40155-280
SALVADOR-BA
FONE: 245-7758

JOSÉ NEWTON ALVES DE SOUZA
ALAMEDA CAPIMIRIM N.º 2 - APT. 22
GRAÇA - 40150-070
SALVADOR-BA
FONE: 336-5832

JOSÉ NILTON CARVALHO PEREIRA
CONDOMÍNIO VALE DO JAGUARIBE
RUA C, CASA 162
PIATÁ - 41610-100
SALVADOR-BA
FONE: 367-5922

JOSÉ ROGÉRIO DA COSTA VARGENS
AV. MAGALHÃES NETO, N.º 81 - APT. 402
PITUBA - 41820-011
SALVADOR-BA
FONE: 248-7409

JOSÉ SIMÕES SILVA JÚNIOR
AV. MARQUÊS DE LEÃO, N.º 46
EDF. OCEANIA - APT. 66 BARRA
BARRA - 40140-230
SALVADOR-BA

LAFAYETTE PONDÉ
AV. PRINCESA LEOPOLDINA, N.º 270
EDF. PRINCESA ISABEL, APT. 101
BARRA AVENIDA - 40.000-000
SALVADOR-BA
FONE: 247-9159

LEDA JESUÍNO DOS SANTOS
RUA VISCONDE DE ITAMBORAÍ, N.º 109
AMARALINA - 41170-140
SALVADOR-BA
FONE: 248-0115 / FAX: 240-0461

LUIS HENRIQUE DIAS TAVARES
AV. PRINCESA LEOPOLDINA, N.º 21 - APT. 1003
GRAÇA - 40150-080
SALVADOR-BA

MARCELO AUGUSTO CARVALHO ROCHA
AV. PRINCESA LEOPOLDINA, 124
EDF. VILA DA GRAÇA, APT. 801
GRAÇA - 40000-000
SALVADOR-BA
FONE: 245-8699 / 243-8826

MARIA ANÁLIA COSTA MOURA
RUA DA MANGUEIRA, N.º 55
EDF. IMPÉRIO - APT. 302
NAZARÉ - 40040-400
SALVADOR-BA
FONE: 243-8502

MARIA AUGUSTA DA CRUZ ABDON
AV. SETE DE SETEMBRO, N.º 1736
EDF. VITÓRIA RÉGIA - APT. 504
VITÓRIA - 40080-001
SALVADOR-BA
FONE: 337-0032

MILTON DE ALMEIDA RABELO
RUA NESTOR RIBEIRO, N.º 436
CENTRO - 45200-000
JEQUIÉ-BA
FONE: (73) 525-2248

OLDEGAR FRANCO VIEIRA
RUA BENJOIM, N.º 866
ED. RECANTO TROPICAL
CAMINHO DAS ÁRVORES - 41810-000
SALVADOR-BA
FONE: 451-5422

REMY DE SOUZA
CONDOMÍNIO COLINA DA FRONTEIRA
RUA B (ALBERTO VITA) Qd. B - LOTE 2
ITAPUÁ - 41.630-74
SALVADOR-BA
FONE: 249-7969

YEDA BARRADAS CARNEIRO
ALAMEDA DOS SOMBREIROS, N.º 100
CAMINHO DAS ÁRVORES - 41820-420
SALVADOR-BA

ZILMA PARENTE DE BARROS
RUA DA FLÓRIDA, N.º 211
ED. EL PRADO, APT. 203
GRAÇA - 40055-000
SALVADOR-BA
FONE: 336-7583